



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVIII — Nº 29

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 6 DE ABRIL DE 1963

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, n. IV do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 16, 18, 23, 25 de abril; 7, 9, 14, 16, 20, 22, 28 e 30 de maio do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais abaixo mencionados:

Dia 16 de abril:

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4 806-A-62 na Câmara e número 180-62 no Senado, que estabelece normas para a restituição de receita, autoriza a reorganização interna das repartições arrecadadoras e dá outras providências;

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4 807-A-62 na Câmara e número 179-62 no Senado, que altera a legislação sobre o Fundo Federal de Eletrificação e dá outras providências;

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3 379-B-61 na Câmara e número 134-62 no Senado que dispõe sobre o funcionamento de novos cursos na Escola de Engenharia de Uberlândia e dá outras providências;

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1 293-B-59 na Câmara e número 34-62 no Senado que cria o Condomínio Rural do Piauí e dá outras providências.

Dia 18 de abril:

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4 54-B-63 na Câmara e número 182-62 no Senado, que orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1963;

— Veto total ao Projeto de Lei nº 1 663-B-60 na Câmara e número 159-62 no Senado, que assegura aos tarefeiros da Fábrica de Calçados do Estabelecimento Central de Material de Intendência do Ministério da Guerra os benefícios da Lei nº 3 433, de 8 de dezembro de 1958;

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3 199-B-62, na Câmara e número 2-63 no Senado que estabelece medidas de amparo à indústria de transporte aéreo e dá outras providências.

Dia 23 e 25 de abril:

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2 285-B-60 na Câmara e número 183-62 no Senado que dispõe sobre o Código Tributário do Distrito Federal;

Dia 1 de maio

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4 676-A-62 na Câmara e número 163-62 no Senado que aplica aos cargos e funções do Quadro do Pessoal dos Órgãos da Justiça do Trabalho da 3ª Região as disposições das Leis nºs 3 780, de 12 de julho de 1960 e 3 826, de 25 de novembro de 1960 e dá outras providências.

Dia 9 de maio:

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4 470-B-62 na Câmara e número 4-63 no Senado que altera o Anexo I da Lei nº 3 780 de 12 de julho de 1960 na parte referente aos Operadores Postais e dá outras providências;

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2 568-B-61 na Câmara e número 120-62 no Senado que transforma em unidades universitárias os cursos de Odontologia e de Farmácia da Universidade de Minas Gerais;

— Veto (total) ao Projeto de Lei nº 2 011-B-60 na Câmara e número 44-62 no Senado que desincorpora do Patrimônio da União e devolve à plena propriedade da Sociedade Filarmônica "Lyra" o imóvel situado à rua S. Joaquim nº 239, na Capital do Estado de São Paulo.

Dias 14 e 16 de maio:

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4 577-A-53 na Câmara e número 16-63 no Senado, que reestrutura o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, transformando-o em autarquia;

Dias 20, 22, 28 e 30 de maio:

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1 837-H-60 na Câmara e número 94-61 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural.

Senado Federal, 18 de março de 1963.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do nº VII, do art. 66, da Constituição Federal e eu, Camilo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1963

Concede autorização ao Presidente da República para ausentar-se do Território Nacional, a fim de atender ao convite oficial do Governo da República do Chile.

Art. 1º É concedida autorização ao Presidente da República Senhor João Belchior Marques Goulart, para ausentar-se do Território Nacional, durante o mês de abril de 1963, a fim de atender ao convite do Governo da República do Chile para uma visita oficial a este país.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de abril de 1963.

CAMILO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD-SP).

Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB-MG).

Primeiro Secretário — Ruy Palmeira (UDN-AL).

Segundo Secretário — Gilberto Marinho (PSD-GB).

Terceiro Secretário — Mourão Vieira (PTB-AM).

Quarto Secretário — Cattete Pinheiro (PTN-PA).

Primeiro Suplente — Joaquim Paente (UDN-PI).

Segundo Suplente — Guido Mondini (PSD-RS).

Terceiro Suplente — Carlos Jereissati (PTB-CE).

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Guimard — Acre.
2. Lobão da Silveira — Pará.
3. Eugênio Barros — Maranhão.

SENADO FEDERAL

4. Sebastião Archer — Maranhão

5. Victorino Freire — Maranhão.

6. Sigfredo Pacheco — Piauí.

7. Menezes Pimentel — Ceará.

8. Wilson Gonçalves — Ceará.

9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte

10. Ruy Carneiro — Paraíba.

11. Leite Neto — Sergipe.

12. Antônio Balbino (em exercício o suplente, Ernesto Cataião, do PTB) — Bahia.

13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.

14. Gilberto Marinho — Guanabara.
15. Moura Andrade — São Paulo.
16. Atilio Fontana — Santa Catarina.
17. Guido Mondini — R. G. Sul.
18. Benedito Valadares — Minas Gerais.
19. Filinto Müller — Mato Grosso.
20. José Feliciano — Goiás.
21. Juscelino Kubitschek — Goiás.
22. Pedro Ludovico — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Pessoa (em exercício o suplente, Edmar Assmar) — Acre.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRÁSILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

- Vivaldo Lima — Amazonas.
- Mourão Vieira — Amazonas.
- Artur Virgílio — Amazonas.
- Carlos Jereissati — Ceará.
- Dix-Huit Rosado — R. G. Norte.
- Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
- Barros Carvalho — Pernambuco.
- Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
- José Ermírio (em exercício o suplente Pinto Ferreira) — Pernambuco.
- Silvestre Péricles — Alagoas.
- Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
- Nelson Maculan — Paraná.
- Amaury Silva — Paraná.
- Nogueira da Gama — Minas Gerais.
- Bezerra Neto — Mato Grosso.

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

(UDN)

- Zacarias de Assunção — Pará.
- Joaquim Parente — Piauí.
- José Cândido — Piauí.
- Dinarte Mariz — R. G. Norte.
- João Agripino — Paraíba.
- Rui Palmeira — Alagoas.
- Eurico Rezende — Espírito Santo.
- Afonso Arinos — Guanabara.
- Padre Calazans — São Paulo.
- Adolpho Franco — Paraná.
- Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
- Antônio Carlos — Santa Catarina.
- Daniel Krieger — R. G. Sul.
- Milton Campos — Minas Gerais.
- Lopes da Costa — Mato Grosso.

PARTIDO LIBERTADOR

(PL)

- Aloysio de Carvalho — Bahia.
- Mem de Sá — R. G. Sul.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

(PTN)

- Catete Pinheiro — Pará.
- Lino de Matos (em exercício o Suplente Linneu Gomes) — São Paulo.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

(PSP)

- Raul Giuberti — Espírito Santo.
- Miguel Couto — Rio de Janeiro.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

(PSB)

- Aurélio Viana — Guanabara.
- #### MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR
- (MTR)
- Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

PARTIDO REPUBLICANO

(PR)

- Júlio Leite — Sergipe.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO

(PDC)

- Arnon de Melo — Alagoas.

SEM LEGENDA

- Josaphat Marinho — Bahia.
- Heribaldo Vieira — Sergipe.

RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (PR)	1

Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	64
Total	66

BLOCOS PARTIDARIOS

1º — Maioria (39 Membros):

PSD

PTB

UDN

PL

3º — Pequenas Representações (9 Membros):

PTN

PSP

PSB

MTR

PR

PDC

Josaphat Marinho (Sem Legenda).

LIDERANÇAS

I — DOS BLOCOS PARTIDARIOS MAIORIA

Lider

Barros Carvalho (PTB — PB)

Vice-Líderes

Victorino Freire (PSD — MA)

Vasconcelos Torres (PTB — RJ)

Jefferson de Aguiar (PSD — ES)

Lobão da Silveira (PSD — PA)

MINORIA

Lider

João Agripino (UDN — PB)

Vice-Líderes

Daniel Krieger (UDN — RS)

Mem de Sá — (PL — RS)

PEQUENAS REPRESENTAÇÕES

Lider

Lino de Matos (PTN — SP)

Vice-Líder

Aurélio Viana (PSB — AL)

II — DOS PARTIDOS

PSD

Lider

Benedicto Valladares (MG)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Sigefredo Pacheco (PI)

Walfredo Gurgel (RN)

PTB

Lider

Artur Virgílio (AM)

Vice-Líderes

Amaury Silva (PR)

Vivaldo Lima (AM)

Bezerra Neto (MT)

UDN

Lider

Daniel Krieger (RS)

Vice-Líderes

Eurico Rezende (ES)

Padre Calazans (SP)

Adolfo Franco (PR)

PL

Lider

Mem de Sá (RS)

Vice-Líder

Aloysio de Carvalho (BA)

PTN

Líder

Lino de Matos (SP)

Vice-Líder

Catete Pinheiro (PA)

PSP

Líder

Miguel Couto (RJ)

Vice-Líder

Raul Giuberti (ES)

Comissão de Constituição e Justiça

Presidente UDN — Milton Campos

Vice-Presidente — PSD — Wilson Gonçalves

PSD — Jefferson de Aguiar

— Ruy Carneiro

— Lobão da Silveira

— Japhat Marinho

PTB — Amaury Silva

— Bezerra Neto

— Pinto Ferreira

UDN — Alo, o de Carvalho

— Eurico Rezende

SUPLENTE

PSD — Menezes Pimentel

— Leite Neto

— Benedicto Valladares

— Aarão Steinbruch

— Heribaldo Vieira

PTB — Artur Virgílio

— Argemiro de Figueiredo

— Silvestre Péricles

UDN — Afonso Arinos

— Daniel Krieger

— João Agripino

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias

Oficial Legislativo PL-8.

Reuniões: Quarta-Feira, às 16 horas.

Comissão do Polígono das Secas

TITULARES

PSD — Ruy Carneiro — Presidente

PTB — Aurélio Viana — Vice-Presidente

PSD — Wilson Gonçalves

PTB — Dix Huit Rosado

PTB — Heribaldo Vieira

UDN — Dinarte Mariz

UDN — José Cândido

SUPLENTE

PSD — Sigefredo Pacheco

PSD — Leite Neto

PTB — Argemiro de Figueiredo

PTB — Arnon de Melo

PTB — Júlio Leite

UDN — João Agripino

UDN — Lopes da Costa

Reuniões: às 16,00 horas.

Secretário: José Ney Passos Dantas

Aux. Leg., PL-9.

Comissão de Legislação Social

Presidente

(PTB) — Senador Vivaldo Lima (9 membros)

Vice-Presidente

(PSD) — Senador Ruy Carneiro

TITULARES

PSD

Walfredo Gurgel

José Guimard

Raul Giuberti

PTB

Amaury Silva

Heribaldo Vieira

UDN

Eurico de Rezende

Antônio Carlos

MEMBROS SUPLENTE

PSD

Leite Neto

Lobão da Silveira

Eugênio Barros

Júlio Leite

Aurelio Vianna
Pessoa de Queiroz
Vasconcelos Torres

UDN

Lopes da Costa
Zacarias de Assumpção

Reuniões: As quartas-feiras, às 16:00 horas.

Secretário: Cid Brugger.

Comissão de Segurança Nacional

Presidente — Zacarias de Assumpção — U. D. N.
Vice-Presidente — Silvestre Péricles — P. T. B.
José Guionard — P. S. D.
Vitorino Freire — P. S. D.
Oscar Passos — P. T. B.
Irineu Bornhausen — U. D. N.
Raul Guberti — P. S. P.

Suplentes

1. Ruy Carneiro — P. S. P.
2. Atílio Fonta — P. S. D.
1. Jic-Huit Rosaço — P. T. B.
2. Eduardo Catalão — P. T. B.
1. Adolfo Franco — U. D. N.
2. Eurico Rezende — U. D. N.
1. Miguel Couto — P. S. P.

Senado Federal, em 3 de abril de 1963

DIRETORIA DAS COMISSÕES

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

PTE — Silvestre Péricles — Presidente.
PSD — Leite Neto — Vice-Presidente.
PTE — Nelson Maculan.
PSD — Sigefredo Pacheco.
UDN — Antônio Carlos.
UDN — Padre Calazans.
PL — Aloysio de Carvalho.

SUPLENTE

PTE — Pinto Ferreira.
PTE — Eduardo Catalão.
PSD — Victorino Freire.
PSD — Benedito Valladares.
UDN — Dinarte Mariz.
UDN — Lopes da Costa.
PL — Mem de Sá.

Reuniões: 4^{as}-feiras às 16:00 horas.

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar
— Oficial Legislativo PL-8.

ATA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

2ª REUNIÃO, EM 3 DE ABRIL DE 1963

As 16 horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob a Presidência do Senhor Senador José Feliciano, presentes os Senhores Senadores Irineu Bornhausen, Sebastião Archer e Bezerra Netto.

Deixa de comparecer, com motivo justificado, o Sr. Senador Zacarias de Assumpção.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Inicialmente o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Sebastião Archer, que lê parecer pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara número 8, de 1963, que regula o prazo de um exercício a vigência da Lei número 3.974, de 25 de outubro de 1961, que concede crê-

dito especial destinado a obras da rodovia Belém-Brasília.

Em discussão, a Comissão aprova o Parecer do Relator, por unanimidade.

Prosseguindo, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Irineu Bornhausen, que, em Parecer, manifesta-se pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara número 181, de 1961, que concede isenção das tarifas postais telegráficas aos sindicatos de telegráficas aos sindicatos de classe em todo o território nacional.

Em discussão, a Comissão aprova o Parecer do Relator, por unanimidade.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, da qual, eu, Alexandre Pfaender, Secretário, lavrei a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

(*) Republica-se por ter sido publicada com incorreção.

Ata dos trabalhos da Prova número dois (Ditado Taquigráfico) do concurso para Taquígrafo de Debates da Secretaria do Senado Federal.

Aos quatro dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e três, na Diretoria da Taquigrafia do Senado Federal, em Brasília, realizou-se a prova de número dois (Ditado Taquigráfico) do Concurso para Taquígrafo de Debates, início de carreira, da Secretaria do Senado Federal, para preenchimento de vagas existentes no Quadro. Presentes os Senhores Senador Guido Mondin, Presidente da Banca Examinadora, Glória Fernandina Quintela, Diretora de Publicações, e José Campos Brício, Diretor da Taquigrafia, examinadores, Antonio de Araújo Costa, designado secretário e José Euvaldo Peixoto, como auxiliar da Banca, às nove horas, teve início a prova com a chamada nominal dos candidatos, de acordo com a relação publicada no "Diário do Congresso", Seção II, de vinte e oito, vinte e nove e trinta de março último, e dois de abril corrente; e no "Diário Oficial" de vinte e nove de março último, primeiro, dois e três de abril corrente. Responderam à chamada, assinando a lista de comparecimento, depois de identificados, os sete candidatos habilitados na prova número um. Sortearam os lugares a serem ocupados, logo após procedeu-se ao sorteio do trecho para o ditado, o que foi feito por candidato que, a convite da Banca Examinadora, a todos dirigido, se apresentou voluntariamente. Dentre três volumes de "Anais" do Senado, postos à vista dos interessados, foi sorteado o relativo às sessões de primeiro a quinze de dezembro de mil novecentos e cinquenta e nove, do qual também foi sorteado o trecho situado às páginas cento e sessenta e oito e cento e sessenta e nove, compreendido entre as expressões: "Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente desejava formular uma queixa ao eminente Líder da Maioria..." e "...o Governo emitiu três bilhões e novecentos milhões de cruzeiros", contadas as palavras na forma das instruções. A seguir, realizou-se, como ensaio, ditado de trecho de outro volume de "Anais" do Senado, durante cerca de dois minutos, após o qual não houve qualquer reclamação quanto à audibilidade. Passou-se, então, ao ditado relativo à prova, efetuado pelo funcionário José Euvaldo Peixoto, designado pela Banca Examinadora, findo o qual não houve também qualquer reclamação da parte dos candidatos. Foram estes encaminhados às máquinas para a decifração, as quais, experimentadas não apresentaram defeitos. Distribuídas as folhas necessárias entre os candidatos, teve início a decifração das nove horas e trinta minutos, com o prazo de uma hora concedido pelas instruções. As dez horas e trinta mi-

nutos, dado o sinal de esgotado o tempo regulamentar, foram os candidatos entregando suas provas, acompanhadas das respectivas notas taquigráficas e assinando a lista de entrega, que contou com sete assinaturas, número que conferiu com o das provas recolhidas. A seguir, foram as provas rubricadas pelos membros da Banca Examinadora, depois de cerrados os cartões de identificação na presença dos candidatos. Transcorreu a prova sem que nenhuma anormalidade se verificasse. Concluíram-se, assim, os trabalhos da prova número dois (Ditado Taquigráfico) do Concurso para Taquígrafo de Debates da Secretaria do Senado Federal e, para constar, eu, Antonio de Araújo Costa, servindo de secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos membros da Banca Examinadora e por mim. Diretoria da Taquigrafia do Senado Federal, em quatro de abril de mil novecentos e sessenta e três. — Guido Mondin — José Campos Brício — Glória Fernandina Quintela — Antonio de Araújo Costa.

ATA DA 15ª SESSÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 15 DE ABRIL DE 1963.

PRESIDENCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA, CATETE PINHEIRO E JOAQUIM PARENTE.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Eduardo Assmar.
Catete Pinheiro.
Lobão da Silveira.
Eugênio Barros.
Joaquim Parente.
Menezes Pimentel.
Walfredo Gurgel.
Argemiro de Figueiredo.
João Agripino.
Pessoa de Queiroz.
Pinto Ferreira.
Silvestre Péricles.
Heribaldo Vieira.
Júlio Leite.
Leite Neto.
Josaphat Marinho.
Jefferson de Aguiar.
Eurico Rezende.
Raul Guberti.
Miguel Couto.
Aurélio Viana.
Milton Campos.
Nogueira da Gama.
José Feliciano.
Pedro Ludovico.
Bezerra Neto.
Adolpho Franco.
Guido Mondin — (27).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 27 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

Parecer nº 81, de 1963

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1962 (nº 2.748-B-1, na Câmara), que isenta dos impostos de importação e consumo uma central telefônica automática a ser importada pela Empresa Telefônica de Uberaba S. A., no Estado de Minas Gerais.

Relator: Sr. Irineu Bornhausen.

O projeto concede isenção dos impostos de importação e consumo para o equipamento constante da licença

nº DG-12-4.312-4.423, emitida pela Câmara de Comércio Exterior, a ser importado pela Empresa Telefônica de Uberaba S. A. E o texto esclarece, em sequência, que o favor fiscal concedido não abrange a taxa de despacho aduaneiro, nem o material com similar nacional.

Torna-se, diz a exposição de motivos do Ministro da Fazenda, de importância amparada por financiamento concedido pela Telefona Kiehlbajet L. M. Ericsson, Estocolmo, aprovada pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, conforme certificado de propriedade cambial nº 313, de 14 de março de 1953.

Sobre a concessão da medida pleiteada, opinou também favoravelmente o Conselho de Política Aduaneira. Na Casa de Irigem, o projeto mereceu detido estudo, com pronunciamento favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.

Assim, por estar a matéria em perfeita ordem e por dispor sobre medida de evidente interesse público beneficiadora dos serviços telefônicos de um centro urbano de importante relação econômica do país, opinamos pela aprovação do projeto.

É o parecer.
Sala das Comissões, em 3 de abril de 1963. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Irineu Bornhausen, Relator. — Leite Neto — Pessoa de Queiroz — Daniel Freire — Mem de Sá — Bezerra Neto — Lopes da Costa — Eduardo Catalão.

Pareceres nºs 82 e 83, de 1963

Nº 82, DE 1963

Da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Lei da Câmara, nº 64, de 1962 (nº 1.214-B-55, na Câmara), que isenta de imposto de importação e consumo equipamento a ser importado pela firma Ruptur S. A. Explosivos, destinado à produção de nitroglicerina.

Relator: Sr. Del Caro.

O projeto concede isenção dos impostos de importação e consumo para o equipamento constante da licença de importação de nº DG-1.479 — ... 1.367, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, a ser importada pela firma Ruptur S. A. Explosivos e destinado à produção de nitroglicerina.

Existe, outrossim, o texto da proposição, dispositivo no sentido de que a isenção não abrange as taxas de Despacho Aduaneiro, Renovação de Licença Mercante e Melhoramento dos Portos.

Ao dirigir-se ao Sr. Presidente da República, para pleitear o favor fiscal, em apêço, a Ruptur S. A. Anônima Explosivos alegou a condição de empresa genuinamente nacional, com quase meio século de existência no setor de trabalho em que age, resistindo sempre à pressão da concorrência estrangeira e agora com o programa de estabelecer em nosso país uma grande indústria de explosivos.

Justamente com vistas a essa finalidade, a empresa em referência deseja substituir os equipamentos de produção por outros de maior eficiência. As novas máquinas produzidas por hora, quinhentos e cinquenta e sete toneladas — o que é de alto interesse para o próprio desenvolvimento econômico do país.

A isenção fiscal pleiteada com base na Instrução nº 1, tem por objetivo criar condições que permitam a importação das máquinas necessárias ao reaparelhamento a indústria.

Guido sobre o assunto, o projeto de Guerra reconheceu a importância da

equipamento completo para produção de nitroglicerina representa para a mobilização industrial militar, bem como para fins outros, em diferentes setores da indústria civil.

Existem, portanto, no projeto, elementos que configuram como bastante evidência, em nosso entender, a conveniência para os interesses econômicos do país, da importação de equipamentos isento de tributos.

Em fidelidade, mais às considerações externadas, dentro da área de exame reservado a este órgão, concluímos opinando favoravelmente ao projeto.

Sala das Comissões, em 11 de julho de 1962. — *Gastão Veloso, Presidente. — Del. Celso Relator. — Nogueira da Gama. — Paulo Fender.*

Nº 83, DE 1963

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1962 (nº 1.214-B-72, na Câmara), que isenta do imposto de importação e consumo equipamento a ser importado pela firma Runturita S. A. Explosivos, destinada à produção de nitroglicerina.

Relator: Sr. Victorino Freire.

O projeto concede isenção dos impostos de importação e consumo para o equipamento constante da licença de importação de nº DG-59-1.479 — 1.587, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, a ser importado pela firma Runturita S. A. Explosivos e destinado à produção de nitroglicerina.

Fica, ainda, esclarecido que o favor fiscal nela previsto não abrange as Taxas de Despacho Aduaneiro, Renovação da Marinha Mercante e Melhoramento dos Portos.

A isenção de que trata o projeto dentro das normas que regulam a matéria, foi pleiteada pelos interessados junto aos competentes órgãos fazendários. Camaradas, assim, satisfatoriamente, os requisitos exigidos, o Ministério da Fazenda encaminhou, sobre o assunto, emissão de motivos ao Senhor Presidente da República, dando as razões justificadoras da medida proposta.

A exposição de motivos do Ministério da Fazenda, diz, na sua parte final, que "de acordo com os pareceres emitidos" decidiu aquele órgão solicitar "isenção do imposto de importação para o equipamento constante da licença nº DG-59 — 1.479 — 1.587, expedida pela Carteira de Comércio Exterior, a ser importado pela Runturita S. A. Explosivos".

Apreciando a matéria, no seu mérito, opinou favoravelmente a ela a ilustrada Comissão de Economia desta Casa.

No que se refere às implicações financeiras do projeto, especificamente nada existe, em nosso entender, que contra-indique sua aprovação, razão pela qual opinamos a favor dela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1963. — *Argemiro da Figueiredo, Presidente. — Victorino Freire, Relator. — Leito Neto — Pessoa de Queiroz — Daniel Krieger — Irineu Bornhausen — Eduardo Catalão — Bezerra Neto — Lopes da Costa.*

O SR. PRESIDENTE:

A Presidência deferiu, hoje, o Requerimento nº 84, lido ontem, em que o Sr. Senador Bezerra Neto solicita informações referentes à situação dos servidores da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

O requerimento nº 85, em que S. Exa. pedia à Mesa informações sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1063, referente ao Tratado de Roboré, foi arquivado, em vista de

haver a Presidência fornecido, logo após a leitura do Requerimento, as informações desejadas. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

Terminou ontem o prazo previsto no § 1º do art. 497 do Regimento 1963.

Art. 1º No texto proposto para substituir o art. 67 do Regimento incluiu-se a Comissão de Economia entre as 11 (onze) comissões.

Justificação

O desenvolvimento sempre crescente que tem tido a Comissão de Economia está a exigir o aumento da sua composição, a fim de que se torne possível melhor distribuição das matérias, evitando-se sobrecarga aos seus membros.

Sala das Sessões, 4 de abril de 1963. *Filinto Muller.*

EMENDA Nº 2

Acrescente-se:

O SR. PRESIDENTE:

Art. 2º No art. 259 do Regimento, onde se diz "dezesseis membros digam-se vinte e um membros".

Justificação

A emenda visa a aumentar a composição das Comissões Especiais destinadas a emitir parecer sobre Projetos de Emenda à Constituição.

A composição desses órgãos era de 16 membros, isto é, da quarta parte do total dos componentes do Senado. Isso tinha por fim tornar possível às Comissões, quando entendesse, oferecer substitutivo aos projetos, com o número mínimo de subscritores de:

Ao primeiro nenhuma emenda foi apresentada.

O segundo recebeu emendas que vão ser lidas pelo Sr. Primeiro Secretário.

São lidos e apoiadas as seguintes

EMENDA Nº 1

Ao Projeto de Resolução nº 7 de prescrito na Constituição.

Sucede, porém, que com o aumento da composição do Senado para 66 Senadores, a sua quarta parte parte passou a ser de 16. Haveria, pois, necessidade de aumentar as Comissões em apêgo. No momento, entretanto, em que disse se trata, vale lembrar a conveniência de se prever uma margem para os votos discordantes e os Senadores ausentes. Elevando para 21 essas Comissões, aumentam-se as possibilidades de apresentarem elas substitutivos, quando entendessem conveniente.

Sala das Sessões, 4 de abril de 1963. — *Guido Mondim.*

O SR. PRESIDENTE:

Os projetos irão às Comissões de Constituição e Justiça e Diretoria.

Sobre a mesa projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido, apoiado e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, o seguinte

Projeto de Lei do Senado

nº 17, de 1963

Dá nova denominação à Estação Aduaneira de Importação Aérea de São Paulo e dá outras providências.

Art. 1º. A Estação Aduaneira de Importação Aérea de São Paulo passa a denominar-se: Alfândega de São Paulo com jurisdição nos aeroportos habilitados ao tráfego internacional no mesmo Estado.

Art. 2º. Enquanto não for elaborado o seu próprio Regimento Interno,

para o que é fixado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a organização e o funcionamento da Alfândega de São Paulo obedecerão, no que couber, às normas adotadas pelas Alfândegas de igual categoria na ordem da arrecadação, sem prejuízo da legislação específica.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Justificação

A Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas Alfândegas (COLAMBRA), que data de 1834, menciona, como repartições aduaneiras por excelência, as Alfândegas e as Mesas de Rendas Alfândegas e reflete, de modo vago e como querendo aludir a algum organismo de menor relevância que as Alfândegas e Mesas de Rendas, a outras repartições aduaneiras.

Verifica-se, outro lado, que, com objetividade fiscal, e comum desdobram-se as Alfândegas ou Mesas de Rendas em Postos Fiscais, subdivididos que visam levar equipes da fiscalização aduaneira a pontos específicos sem a deslizar da repartição matriz que é a Alfândega ou poderá ser a Mesa de Rendas Alfândegada.

Surgiram, depois, também, com finalidade e específica, os Serviços de Importação Aérea em aeroportos.

Em 1948, pelo Decreto-lei nº 8.851, de 24 de janeiro, foi criada a Estação Aduaneira de Importação Aérea em São Paulo.

Aparecia, então, na nomenclatura aduaneira, uma nova denominação "Estação", como intitutivo, eis que "estações" são todas as repartições aduaneiras do País.

De algum modo, como organismo novo e dado ao pequeno volume de atividades no seu início, veio sendo mantido o título de Estação, sem que chegasse a impressionar a alguém ou causar qualquer embaraço ou transtorno ao seu funcionamento.

Contudo, a Estação Aduaneira de Importação Aérea, que se tem desenvolvido constantemente e é hoje classificada como aduana de 1ª categoria, sendo a 3ª do País em arrecadação, tem-se nos últimos anos ressentido da impropriedade de sua intitulação, problema que, parecendo embora insignificante, tem causado sérios transtornos a administração e embaraços ao contribuinte, chegando mesmo a criar determinados conflitos de jurisdição.

É sabido que a Alfândega é conhecida internacionalmente como a repartição aduaneira por excelência. Assim, o embaraço começa quando passageiros de aviões internacionais são encaminhados a tratar de assuntos de desembarque de bagagem, cargas, etc. à "estação" aduaneira e não à Alfândega.

Os consulados de países estrangeiros, o próprio Banco do Brasil e outras tantas repartições públicas dirigem-se à Estação Aduaneira, tratando-a, com acerto, com Alfândega.

Terá sido talvez o título de Estação Aduaneira que fez com que o seu Chefe não fosse convocado para o encontro de Inspectores realizado em 1958, apesar da expressão da referido repartição no conjunto do Serviço Aduaneiro do País.

Até mesmo o Conselho de Contribuintes, apreciando recurso em processo originário de infração das Leis do Imposto de Consumo, entendeu e decidiu que o Chefe da Estação não tem competência para julgar processos relativos a imposto de Consumo, sabendo-se, como se sabe amplamente, ser esta uma das atribuições dos Inspectores da Alfândega. Ademais, faz-se, tratava-se de julgamento de processo de revisão de despachos. Ora o imposto de Consumo sobre mercadorias estrangeiras é cobrado pela Estação mediante verificação de cálculos e "conferências" por agentes fis-

cais do imposto aduaneiro; a revisão de despacho, tanto no que respeita ao imposto de importação e demais taxas aduaneiras como relativamente ao imposto de consumo, e processada nas repartições aduaneiras; aos chefes das repartições aduaneiras — de um modo geral aos Inspectores — compete o julgamento de tais processos. Mas, no caso desta repartição, sendo ela uma "Estação" e o seu dirigente um "Chefe" e não um "Inspector", entendeu o Conselho de Contribuintes que falava a esse funcionário ocupante de função gratificada (de confiança do Senhor Presidente da República), como o são os Inspectores de Alfândegas, competência para julgar processo tão especificamente ligado à especialização de sua repartição, para deslocar esse julgamento para outra repartição, de reconhecida capacidade, inegavelmente, mas que tem também as suas próprias atribuições e responsabilidades.

Tudo, toda a coisa, por conta exclusiva de denominação de repartição imprópria batizada de "Estação", ao invés de Alfândega, como é de fato e porque o texto da lei diz: "Decreto nº 45.422, de 12 de fevereiro de 1959."

Art. 310. O julgamento dos processos compete:

a) aos Delegados Fiscais, Diretores

de Recebedorias e Inspectores de Alfândegas — quanto aos autos, representações e notificações instaurados nas zonas que lhes sejam diretamente subordinadas.

Trata-se, por outro lado, de uma repartição aduaneira que, além das suas próprias atribuições, tem sob sua subordinação direta várias outras estações, tais como os Serviços de Importação Aérea de Curitiba e Belo Horizonte e Porto Fiscal Aduaneiro de Brasília.

Tem uma arrecadação anual — por exemplo a de 1961 — que supera a várias Alfândegas reunidas, exceção feita às Alfândegas do Rio de Janeiro e Santos.

Isso posto, nada mais lógico, racional e justo do que a mudança da denominação desta repartição para Alfândega de São Paulo, que com mais propriedade exprimirá o seu gênero e por si só dirá da sua finalidade. Consequentemente, passará o seu dirigente, sem qualquer aumento de vantagem — portanto sem qualquer onus para o erário — a ser designado Inspetor, pondo-se termo, desta forma, aos embaraços e conflitos que tanto têm constrangido a repartição na passagem do seu dirigente e de todos os seus servidores.

Senado Federal, 4 de abril de 1963. — *Senador Guido Mondim.*

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Adolpho Franco, por cessão do ilustre Senador José Cândido.

O SR. ADOLPHO FRANCO:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há alguns dias submeti à apreciação da Mesa e do Plenário requerimento em que solicitei informações aos Exmos. Srs. Ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio sobre a conta dos agios do café e da retenção atual da dólares na sua exportação.

Quero confessar à V. Exa. e aos eminentes colegas que ao encaminhar aquele pedido não esperava e não contava com a resposta pronta ou ao seu atendimento perfeito.

A conta dos agios do café ou o confisco de dólares na sua exportação é um enigma. E não é enigma deste Governo, mas também dos outros que o antecederam. Na minha terra o povo já se acostumou a ouvir e falar que a essa conta são debitados ou foram debitados as despesas com a ui-

sição de palácios para as nossas Embaixadas, custeio de caravanas, despesas comissões, inúmeras ao exterior, concursos de missões e rainhas, campanhas políticas e outras coisas mais.

A nós homens do interior sempre custou acreditar nessas notícias. Mas hoje quando de perto verificamos a dificuldade do Governo em nos demonstrar o saldo dessas contas, o seu débito e o seu haver, aceitamos como verdades aquilo que se divulga, pertencemos a ideia de que o Governo, ao jogar injusta e impiedosamente sobre a lavoura cafeeira o ônus e a responsabilidade da inflação, se mantém e se sustenta com o sacrifício e o empobrecimento dos produtores do café.

Efetivamente, os nossos homens, os nossos conselheiros financeiros, os homens das fundações e dos grupos de trabalho, tão à moda nos dias de hoje muito pouco sabem, muito pouco conhecem da história e do destino do café cafeeiro. Eles ainda acreditam que o nosso cafeicultor é o Barão do Império, o dono da Casa Grande, que ao fundar a sua colheita demandava à Europa e aos balneários internacionais.

Ele não sabe que a força da produção do café reside hoje num pequeno espaço de terra, onde moram e habitam milhares de pequenos produtores, num exemplo digno de ser imitado e cumprido de distribuição da terra, de socialização do esforço e do trabalho.

O café é o único produto brasileiro que ao ser negociado e exportado suporta o confisco e a apropriação de quase dois terços do seu preço em custo, paga, subsidia e bonifica produtos exportados e importados, com baixa ou alta cotação no mercado internacional.

Sofre, ainda, a mentira das estatísticas oficiais, que continuam aumentando e valorizando os cálculos da sua produção, para legitimar a ação desapropriativa do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores não quero me demorar na fixação do drama cafeeiro. O café vai tendo neste país o mesmo sentido de todo esforço e produtivo. Vai acabar. Não está longe os dias em que não produzimos o suficiente para cumprir a nossa quota exportável.

E ainda hoje, Sr. Presidente, leio no jornal "O Globo", esse trecho:

"Tempos houve em que às e produções do café chegou a cobrir 80% das necessidades do mundo. Graças a isso, a política, valorizada a que se viu, aos a fio, vimos essa nossa participação no comércio mundial do café reduzir-se para 50%. No comércio internacional, assinado a 28 de setembro último, reduzimos uma quota de apenas 20%. Na realidade, atualmente não cobrimos mais do que 30% das necessidades do mundo".

Os jornais estão anunciando a concessão que faz o Governo para os produtores e a fixação dos preços da nova safra cafeeira.

A nós representantes de uma região, sempre o dever de alerta do Governo e de suas autoridades, monetárias. Criou-se neste país, que ainda precisa do café, que tem no café o seu grande produtor de divisas, um clima anti-cafeeiro. Não é raro assistirmos na nossa imprensa duras atitudes ao cafeicultor, que chega a chamar de criminoso contra a Nação e de delapidador do erário público.

Não é a verdade.

Temos a nosso favor a palavra oficial, a palavra governamental que, ao firmar os seus acordos internacionais, ao se vincular às exigências do Fundo Monetário ao estabelecer as condições mínimas de recuperação e estabilização da moeda brasileira, diz alto e bem scdm. que do café, só neste ano de 1963, espera tirar pelos menos, 100 bilhões de cruzeiros para o equilíbrio do "deficit" da Caixa do Tesouro.

A lavoura cafeeira conhece a sua posição no quadro social e político brasileiro. Sabe que a hora é de sacri-

fício e de concessão. Não nega a sua cooperação à obra meritória do Governo que todos conhecemos, está vivamente empenhado na tarefa de recuperação e saneamento da moeda. Mas, essa mesma lavoura sofrida e desamparada tem o direito, pelo muito que dá e pelo pouco que recebe, de pedir ao Governo que examine honestamente as suas condições atuais, que lhe assegure um preço justo e equitativo para o resultado do seu esforço e do seu trabalho. Este o nosso apelo. Esta a demonstração de nossa inquietação pelo destino de uma riqueza, que é ainda a vira mestra do nosso mercado internacional. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador João Agripino, como Líder da Minoria.

O SR. JOÃO AGRIPINO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, na noite de ontem, o Senador José Cândido Ferraz sofreu um distúrbio no seu aparelho circulatório e recebeu recomendação médica de não comparecer às sessões do Senado nos próximos dias. Viajou S. Exa. para a Capital do Estado da Guanabara a fim de submeter-se a um pronto tratamento de repouso.

Devia S. Exa. pronunciar discurso na sessão de hoje, na impossibilidade de fazê-lo, pediu-me que o lesse, para conhecimento do Senado e da Nação.

E o seguinte o discurso do nobre Senador José Cândido Ferraz:

"Sr. Presidente, Srs. Senadores: Quero trazer hoje a esta tribuna um assunto ao qual estou ligado desde os meus tempos de deputado desde as suas origens locais. Refiro-me à instauração do monopólio estatal do petróleo e à Lei nº 2.304, que criou a Petrobras.

Nesta época, Srs. Senadores, a a estima e a convivência que me ligavam ao grande e saudoso Presidente Getúlio Vargas, deram-me um papel de que me orgulho e que gosto de imaginar que não foi inútil à elaboração daquela lei decisiva para os destinos do país. Foi eu, várias vezes, portador do pensamento do Presidente Vargas, junto aos redatores da matéria nas duas Casas do Congresso, e especialmente junto aqueles que pertenciam ou pertencem ao meu Partido, cuja responsabilidade na elaboração da lei é sozinha conhecida.

Coube-me, ainda, Sr. Presidente, naqueles tempos tormentosos em que se firmava uma política para o petróleo brasileiro, em meio a dificuldades imensas das quais hoje muitos estão esquecidos, participar dos entendimentos que levaram ao posto de primeiro presidente da Petrobras um dos nossos um dos brasileiros de maior autoridade e de mais ampla volta de serviços no Brasil — o Governador Juraci Magalhães.

Juraci Magalhães, indicado e escolhido pelo Presidente Vargas para a chefia da empresa estatal naquela hora, levou para lá, não só as suas qualidades de administrador e de dirigente de homens, como o peso da sua vasta autoridade política. Sua presença à frente da Petrobras, naqueles tempos ainda indecisos, foi um fator preponderante de consolidação da política petrolífera brasileira, como obra de todo o país, como esforço nacional, por trás do qual estavam todas as correntes políticas responsáveis do Brasil.

Sem esta coesão, sem esta unidade de vistas entre facções adversas, cimentadas pelo patriotismo comum, sem esta união de vontades que me coube ajudar a construir, muito mais difícil teria sido o caminho do monopólio estatal petrolífero, e muito mais longínquos estariam os frutos que ele haveria de trazer para o Brasil.

Sr. Presidente, são essas ligações íntimas com as origens da Petrobras, aliada à fidelidade que mantenho para com os princípios que me orientaram naquela época, os princípios do monopólio estatal do petróleo, são essas ligações e fidelidades que me levam hoje a examinar, com franqueza e sem ambages, a realidade atual da questão petrolífera no Brasil e o estado de coisas reinantes no interior da própria Petrobras, entregue, hoje, às mãos do Professor Francisco Magalhães.

A Petrobras está em crise. Sr. Presidente. Não chega isto a ser uma afirmação inédita, mas não há dúvida de que muitos, dentro e fora do Congresso Nacional, estão longe ainda de terem a noção exata do quanto e profunda e grave esta crise — que precisa ser atacada de frente — em demora, sob pena de riscos muito graves para a política do monopólio estatal e para o próprio desenvolvimento econômico do país do qual a Petrobras é uma peça essencial.

Por incapacidade dos seus dirigentes, Srs. Senadores, e porque o governo não encontra em si mesmo forças para traçar rumos seguros à grande empresa a Petrobras — está hoje diante de uma encruzilhada difícil, da qual é nosso dever libertá-la.

Mas, Sr. Presidente, definamos desde logo os rumos que ao parecer correis para o desenvolvimento da política do petróleo brasileiros que incluem os melhores técnicos do monopólio estatal petrolífero, e que o governo hesita em seguir, devido por uma trama de contradições políticas e pela própria inoperância de alguns dos seus principais representantes, talvez num tempo essencial de produção do país.

Os a definição de rumos é necessária para que, desde logo, se que bem claro o ponto de vista a partir do qual criticamos, com tanto fervor de a Petrobras tem assumido como base, no que diz respeito a grandes interesses e paixões etílicas, a uma única carta delatadora de o próprios e indispensável a qualquer debate produtivo.

Somos Sr. Presidente, por uma política de integração progressiva do monopólio estatal, com o comprometimento pela Petrobras de todas as forças que conduziram a esta integração e que a empresa não está cumprindo atualmente. Sustenta nos seus meios expostos na mensagem presidencial, no capítulo sobre petróleo, e defende em sua prática as concessões, a alienação da Lei nº 2.304, que instituiu o monopólio de Estado no campo petrolífero.

Alinharei, a seguir, os pontos que me parecem essenciais desta política de integração, antes de comentá-los:

Primeiro — Monopólio da importação de óleo cru e derivados. Esta medida foi aprovada pelo Conselho Nacional do Petróleo em agosto de 1952, mas até hoje permanece à espera de uma decisão do governo. Seu objetivo — concentrar nas mãos da Petrobras

toda a importação de cru e derivados, mediante autorização do CNP e ouvidas as autoridades fazendárias.

Segundo — Ingresso progressivo da Petrobras na distribuição de derivados, em grosso. Sabemos que, neste campo, a necessidade de um considerável capital de giro não permitiria a adoção de decisões bruscas e globais. Mas é indispensável que o governo caminhe com firmeza neste sentido. Já na administração do ilustre Senador Juraci Magalhães à frente do CNP, por recomendação do então Ministro das Minas e Energia, o atual líder nesta Casa da corrente a que pertencem — o nobre Senador João Agripino — foram concedidas a Petrobras autorizações para distribuir derivados, com exclusividade, na área de Brasília e nas áreas vizinhas a rematadas pertencentes ao monopólio. Ainda o CNP, através da Resolução nº 5-62, autorizou a Petrobras a fornecer seus produtos diretamente aos órgãos das administrações federal, estaduais e municipais, além das sociedades de economia mista.

Deverá, portanto, ser programado o ingresso da Petrobras na atividade de distribuição, para que a empresa possa, a curto prazo, assumir os encargos e obter as vantagens da distribuição, sem prejuízo, e claro, das suas atribuições específicas, sobretudo as de lava, pesquisa e produção de cru.

Terceiro — Encampação das refinarias particulares a começar por aquelas cujo controle é mais necessário a uma política coordenada com as necessidades do abastecimento nacional. A encampação das refinarias particulares, Sr. Presidente, que deu origem a este problema não pode ser mais tarde do que a encampação das refinarias particulares, Sr. Presidente, que deu origem a este problema não pode ser mais tarde do que a encampação das refinarias particulares, Sr. Presidente, que deu origem a este problema.

Até 1963, o Brasil tem criado a Petrobras, em 1953, 2.000 postos de distribuição de petróleo e derivados, com uma rede de refinarias, com a capacidade de refinagem de 10 milhões de barris por ano, com a capacidade de refinagem de 10 milhões de barris por ano, com a capacidade de refinagem de 10 milhões de barris por ano.

Quarto — Controle da Petrobras sobre os terminais e oleodutos. Alguns deles já estão sob o controle da empresa, mas a sua eficiência a sua rede de pontos de distribuição de cabotagem.

Quinto — Desenvolvimento da indústria petroquímica, no interesse do desenvolvimento nacional e da própria segurança do país. Neste terreno, o Brasil está perdendo um tempo precioso enquanto outros países como a Itália, através da sua própria empresa estatal, dão passos gigantescos. A indústria petroquímica, Sr. Presidente, é hoje politicamente mais importante que o ferro, e talvez tão significativa para o futuro do país quanto a indústria atômica. Com base na petroquímica, aliás os setores vitais já estão chegando a uma a nuclear, a energia nuclear, a energia nuclear, a energia nuclear.

Sr. Presidente, estes cinco pontos básicos da política de integração do monopólio estatal petrolífero estão, como não pode deixar de estar, em absoluta conformidade com o que se diz na última mensagem presidencial ao

Congresso, e com o que estatui a Lei nº 2.004, a cujo espírito devamos ser fiéis.

É claro que, atualmente, a Petrobrás não tem quadros nem estrutura para suportar estas responsabilidades que deve assumir em benefício do país. Pode-se dizer, aliás, que não tem quadros nem estrutura, nem mesmo para atender corretamente aos seus atuais deveres — e esta é, como se sabe, uma das causas das dificuldades em que está sofragando a empresa.

A Petrobrás precisa ser revista, Sr. Presidente, precisa ser reformulada sem demora — e não me intimida dizê-lo francamente.

Nenhuma empresa do porte da Petrobrás, Sr. Presidente, em nenhum lugar do mundo, é dirigida apenas por 4 pessoas, das quais só uma, o presidente da empresa, tem poderes reais e efetivos.

É preciso dar à Petrobrás flexibilidade administrativa, se quisermos que ela possa levar adiante os seus atuais encargos, assim como as novas responsabilidades que o país terá que entregar-lhe, no quadro da política de integração que preconizamos.

É preciso criar subsidiárias para a Petrobrás, institucionalizar departamentos autônomos, desburocratizar e descentralizar corajosamente a empresa, de acordo com as técnicas modernas de administração.

É preciso mais, Sr. Presidente. É preciso garantir à Petrobrás uma administração justa e equilibrada, que freqüentemente lhe tem faltado. É preciso pôr à sua frente administradores nacionalistas, e não apenas intelectuais nacionalistas, certamente honestos e bem intencionados como o Professor Mangabeira, mas inexperientes e incapazes a um ponto que chega a surpreender mesmo os mais pessimistas.

Sr. Presidente, os erros e desacertos da atual administração da Petrobrás acumulam-se de tal forma, em todos os campos da atividade da empresa, na pesquisa, na produção, no refino e na petroquímica — que não vemos como possa o governo, sem rever os seus quadros, sequer pensar em pôr em prática o programa traçado pelo Plano Trienal de Desenvolvimento, no campo do petróleo.

Mas, passemos a uma análise da atual situação da Petrobrás.

Sr. Presidente, enquanto o aumento do consumo de derivados de petróleo, que vinha se situando em torno de 8% ao ano, cresceu cerca de 15% de 1961 para 1962, a produção de petróleo da Petrobrás, que aumentava à razão mínima de 18% (1960-1961), sofreu um retrocesso, baixando de 95.363 para 91.510 barris diários.

Para que não se agravasse o problema da importação de cru, a Petrobrás deveria aumentar de 42.000 barris a sua produção média-diária, ao invés de deixá-la cair de 4%. A não realização desse objetivo obrigou a Nação a despende no ano referido, mais de 34 milhões de dólares, ou seja, cerca de dezesseis e meio bilhões de cruzeiros com óleo importado (a dólar de 475 cruzeiros).

Se a Petrobrás não pudesse ampliar a sua produção, como vinha fazendo, mas pelo menos tivesse mantido, em 1962 os 95.000 barris diários que, em média, produziu em 1961, a Nação teria economizado cerca de três milhões de dólares.

Quais as razões do decréscimo, Sr. Presidente? Em primeiro lugar,

segundo os próprios dados da empresa, a média diária de sondas em operação decresceu. Isto significa que maior foi o número de sondas paradas. O número de metros perfurados em 1962, ficou apenas a 2/3 do que se havia alcançado em 1961. A produtividade, isto é, o número de metros perfurados por sonda-dia, também declinou (de 26.23 para 19.8). Os poços de desenvolvimento, responsáveis, em parte, pela ampliação da capacidade produtiva dos campos, foram concluídos, em menor número do que em 1961 e, até mesmo, de que a previsão que a própria Petrobrás fizera para o ano de 1962! A empresa, concluiu 110 poços, quando em 61 terminara 176 e a sua meta para 62 era de 150.

Mas não parou aí a regressão, Sr. Presidente. Enquanto, em 1961, a Petrobrás conseguia alcançar a média de 240 barris por poço, nos 400 que então produziam, no ano findo, com 578 poços em produção, aquela média caiu para 190 barris diários de óleo. Como explica a atual administração da empresa esse decréscimo?

Certamente não terão sido os 12 dias de greve no início do ano em causa, os responsáveis por tão acentuado decréscimo de produção, com reflexos tão danosos na economia do país, e na sua balança de pagamentos.

Embora se possa argumentar que a produção máxima obtida pela Empresa em toda a sua vida, foi alcançada em dezembro de 1962, com 193.000 barris por dia, cabe apurar que fatos ocasionaram tão indesejáveis consequências como as que estou apontando.

Teria sido o não desenvolvimento das novas e promissoras áreas encontradas? Teria sido o cancelamento prematuro de contratos para a perfuração de poços? Ou seria o insuficiente crescimento de campos já em produção como o de D. João? Ou a lentidão na aquisição de peças acessórias às sondas, a falta de previsão de estoque? Quais as razões, Sr. Presidente?

Em 1961 e 62, a Petrobrás canalizou 24 e 41% do seu total de investimentos, respectivamente, para a exploração e a produção de petróleo; para 1963, no entanto, o investimento previsto e proposto para essas atividades não atingirá sequer a 35% do total! Isto revela, Sr. Presidente, que a Empresa está desviando para atividades menos prioritárias, dotações que cumpriam inverter no seu ponto mais crítico e que constitui sua principal finalidade: a busca e produção de óleo bruto necessário ao País, única possibilidade de garantir a real independência econômica de uma Nação, no setor de combustíveis e transportes.

Cabe ressaltar que o Plano Trienal, nesse particular, foi conservador, já que previa um consumo de derivados, em 1963, da ordem de apenas 110,6 milhões de barris. Ora, essa cifra já foi ultrapassada em 1962, quando aquele consumo atingiu a nada menos de 127 milhões de barris, em números redondos. É absolutamente indispensável que a Petrobrás faça um esforço invulgar para que a curva de produção de óleo cresça mais rapidamente do que a de consumo! Que espera a sua atual Administração, Sr. Presidente?

Da leitura dos Relatórios da Petrobrás de 1961 e 1962 e das estatísticas divulgadas pelo Conselho Nacional do Petróleo, concluímos que também nas atividades de refinação há fatos incompreensíveis, a exigir cabal esclarecimento.

No que se refere à Refinaria Landulfo Alves, em Maratipe, continuavam sem solução satisfatória os problemas advindos de sua imprópria operação. Embora produzindo mais derivados leves, de maior valor unitário, do que óleo combustível (orientação digna de elogios), a Refinaria ficou muito aquém do que ela programara para 1962, no que concerne à produção de gases liquefeitos, gasolina (tipo B) e óleo Diesel.

Ho se situa aí, porém, a sua maior falha. Com uma Unidade de Óleos Lubrificantes inaugurada em 1960, após decorridos dois anos, ainda não conseguiu a atual administração operá-la continuamente. Tudo que logrou fabricar até dezembro do ano findo, não corresponde senão a três dias de sua produção nominal e limitada a um tipo só de lubrificante.

Sr. Presidente, a própria Petrobrás previra produzir 665.700 barris de lubrificantes. O que fez, segundo divulga ela mesma, sem, entretanto, que tal surja nas estatísticas oficiais do CNP, soma apenas 7.700 barris, isto é, pouco mais do que um por cento do que estimara fazer!

Teve a Nação que importar, em consequência, o equivalente ao que não produziu em Maratipe, despendendo, no ano findo, e só com essa parcela, a cifra de 7 e meio milhões de dólares.

A previsão constante do Plano Trienal (Quadro XL — Oferta Global de Derivados de Petróleo — 1963-65, pág. 120) para 1963 é de 800 mil barris de lubrificantes. Se essa Refinaria funcionasse a plena carga (2.500 barris), precisaria de 320 dias para alcançar aquele número. Como já se escolheu perto de um terço daquele tempo sem que a Petrobrás consiga produzir lubrificantes, no ritmo desejado, compreende-se facilmente que o previsto no Plano não poderá ser cumprido, com novos prejuízos para o programa governamental e o balanço de divisas do país!

A produção de lubrificantes, Sr. Presidente, situou-se em menos de meio por cento do consumo. Se a Unidade de Lubrificantes tivesse funcionado a plena carga, teria satisfeito apenas a 50% do consumo. Para satisfazer ao consumo total, a Empresa há tempos vem estudando a duplicação da sua capacidade produtora.

Com a insatisfatória organização da Empresa o assunto continua aguardando decisão quanto ao local em que se deva montar as novas unidades. A demora no trato da matéria resultará em substancial adiamento do início da operação daquelas fábricas, o que significará não só lucros cessantes para a própria Petrobrás, mas, o que é pior, um dispêndio adicional de divisas pela Nação equivalente exatamente ao custo de importação dos 2.500 barris diários não produzidos, ou seja, cerca de dois milhões e oitocentos e setenta mil dólares por dia de atraso.

Não se compreende ainda por que, tendo as outras refinarias da Empresa Estatal conseguido operar durante os 365 dias de 1962 a Refinaria Landulfo Alves só funcionou durante 242 dias daquele ano.

Segundo consta, a paralisação pela greve foi de menos de um mês. Mas, Sr. Presidente, quanto à produtividade, a refinaria brasileira menos eficiente é a Presidente Bernardes. Basta dizer que, processando, no ano que findou quase um milhão de barris a mais

do que em 1961, produziu perto de 106 mil barris a menos de derivados. Essa Refinaria além de seguir a orientação falha de produzir cada vez menos óleo diesel e outros produtos leves, de maior valor, em dólares, se transforma de ano a ano, em maior produtora daquilo que a Nação menos desejaria fabricar — óleo combustível residual.

Nada menos do que 43% de sua produção total é constituída desse derivado, em detrimento da obtenção de gás liquefeito, de valor muitas vezes superior, e que, esse sim, vem sendo importado, em escala crescente.

O panorama na Refinaria Duque de Caxias, Sr. Presidente, também não difere muito do acima exposto. Produziu menos derivados (sobretudo gás liquefeito) do que programara para 1962.

A Empresa, em suas três refinarias, situou sua produção média de gás liquefeito 13% abaixo do que previra, deixando de produzir perto de 360 mil barris, no valor aproximado de dois milhões e 300 mil dólares, que tiveram de ser importados.

O Plano Trienal prevê a produção de 4 milhões e 700 mil barris de gases liquefeitos este ano, mas, tendo em conta que no ano findo a produção nacional foi de apenas 3 milhões e 400 mil barris, e que tal produção vem diminuindo, novamente aí o Plano não será atendido!

Sr. Presidente, o esquema de refinamento adotado pela Empresa parece não ser, assim, aquele que mais convém à Nação.

Os derivados que se destinam à indústria petroquímica, como o eteno, o propeno e os resíduos aromáticos, foram obtidos em quantidades substancialmente menores em 62 do que em 61.

Há, assim, uma flagrante contradição. Produz-se cada vez menos matérias primas para a indústria petroquímica, enquanto se diz desejar expandi-la no país.

Sabe-se, Sr. Presidente, que uma das mais importantes metas do governo é o estímulo à agricultura, e a divulgação de métodos e a utilização de equipamentos e produtos químicos que elevem a baixa produtividade das nossas zonas agrícolas.

O uso de fertilizantes, hábito ainda não convenientemente difundido entre nossa gente do campo, depende essencialmente de se poder oferecer um adubo de alta eficiência a baixo preço. O produto importado nem sempre está ao alcance da grande massa rural.

A unidade de Fertilizantes Nitrogenados da Refinaria Presidente Bernardes desempenha, assim, papel de relevo na luta contra o subdesenvolvimento. Sua capacidade nominal (340 ton./dia de nitrato) pode ser alcançada utilizando-se gases residuais daquela Refinaria ou outros derivados de petróleo. Seu processo é flexível bastante a permitir esse recurso.

Não se compreende, assim, que após tantos anos de operação ela ainda não tenha atingido a sua plena carga. Segundo divulga a Petrobrás em seu último Relatório, o nitrato produzido se limitou a 2/3 do que poderia ter sido fabricado e apenas 5% mais do que a produzido no ano anterior.

Em termos de nitrogênio, as quantidades fabricadas se aproximam de um terço do que o Brasil importa em adubos nitrogenados.

Porque não conseguiu a Empresa fazer com que a sua Unidade de Fertilizantes alcançasse a plena capacidade?

A Petrobrás repete em seus relatórios de 1962, Sr. Presidente, certos títulos de projetos e instalações de petroquímica observados em 1961, referentes ao desenvolvimento da economia de base da Nação e de interesse para a Segurança Nacional, sem contudo dizer claramente como vêm progredindo a implantação de tais Unidades. É o caso, por exemplo do Conjunto Petroquímico da Bahia, cuja unidade de amônia está com o início de sua operação fixada para o segundo semestre de 1965; das fábricas de asfalto da Bahia e do Ceará, cuja terraplenagem já deve estar concluída.

Também do mesmo relatório consta referência a estudos e projetos que estariam sendo elaborados para a construção de Unidades Petroquímicas, como a de Butadieno e Latex, na Fábrica de Borracha Sintética; a de Tetramero de Propano, na Refinaria Landulfo Alves; a de Dedecilbenzeno, Hexano; a de Expansão da Produção de Eteno; a de Chumbo Tetraetila. A Empresa precisa esclarecer quais os que são economicamente viáveis, inclusive diante da ALALC, qual o prazo estimado de sua concretização, a fim de que não se imagine como tudo faz crer que tais títulos encontram-se no Relatório apenas como um modo de esconder a falta de atenção devida para essa grave questão da petroquímica, cujo crescimento, em outros países se realiza a um ritmo ainda maior do que o da própria indústria refinadora que lhe deu origem.

Srs. Senadores, peço-me a uma extensão dessa análise, que eu não quis abreviar para não privar o Senado e o país de nenhum dos aspectos da situação crítica em que se encontra a política petrolífera brasileira e a sua executora, a Petrobrás.

Estou certo de que o Senado saberá apreciar esses fatos, dando-lhes a importância que merecem.

Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa dois requerimentos de informações, dirigidos ao Conselho Nacional do Petróleo e à Petrobrás, através do Ministério das Minas e Energia, nos quais solicito esclarecimentos oficiais sobre os principais pontos que acoordei em meu discurso de hoje.

Espero que ambos mereçam do governo uma pronta resposta, a fim de que possamos prosseguir no exame desta matéria de tão relevante interesse nacional.

Sr. Presidente, dispense-me da leitura destes requerimentos do nobre Senador José Cândido porque a Mesa o fará nos termos regimentais.

Ham estas pois, as palavras que queria proferir na sessão de hoje, e vou retornar ao Pálio (Muito bem).

Diante o discurso do Sr. João Acunha, o Sr. Nogueira da Gama deu a Presidência, assumindo a o Sr. Catete Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa projeto que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1963

Dispõe sobre o congelamento dos preços dos produtos farmacêuticos, proíbe o fabrico e distribuição de "amostras grátis", e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Pelo prazo de um ano, a partir da publicação desta lei, nenhum laboratório, farmácia ou drogaria poderá cobrar, por quaisquer produtos farmacêuticos, preços superiores aos vigentes em 31 de dezembro de 1962.

Art. 2º É vedado aos laboratórios fabricantes de produtos farmacêuticos conceder às farmácias e drogarias quaisquer bonificações sobre o preço de venda desses produtos.

Art. 3º Fica proibido o fabrico e a distribuição, aos consultórios médicos, hospitais ou outros estabelecimentos de assistência médica social, de "amostras grátis" de produtos farmacêuticos.

Parágrafo único. A propaganda dos produtos a que se refere este dispositivo será feita exclusivamente através de circulares ou impressos explicativos.

Art. 4º Os laboratórios fabricantes de produtos farmacêuticos devem usar, para os mesmos, embalagens convenientes e de custo módico.

Parágrafo único. Nenhuma licença será concedida para a distribuição e venda desses produtos sem concomitante aprovação, pelo órgão licenciador, dos tipos de embalagem que devem ser usados em cada caso.

Art. 5º A infração do disposto nesta lei constitui crime contra a economia popular e sujeita o infrator a multa de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), obedecendo-se, no mais, ao disposto na Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A justificação do projeto será feita oralmente.

Sala das Sessões. 5 de abril de 1963. — Nogueira da Gama.

O SR. PRESIDENTE:

O projeto de lei que acaba de ser lido depende de justificação de plenário. Para fazê-la, tem a palavra o nobre Senador Nogueira da Gama.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a indústria farmacêutica brasileira e a alta continua dos preços de seus produtos têm sido objeto de debate recentemente, na Câmara dos Deputados, no Senado e em outros órgãos de atividade social e política. No dia 2 de março, recentemente, tive a honra de proferir a aula inaugural dos cursos das Faculdades de Farmácia e de Odontologia agora autônomas e independentes, em virtude de lei de 1 de fevereiro do corrente ano ambas integrando a Universidade de Minas Gerais. Nesse ensejo debati também o assunto que, segundo todos reconhecemos, é de magna importância.

Estudando, Sr. Presidente, à luz de elementos seguros, baseados em inquérito: sobre essa atividade, cheguei a conclusões penosas a respeito do que ocorre com a indústria farmacêutica no Brasil. Em consequência, assumi comigo mesmo o compromisso de trazer a matéria para o Senado e até mesmo, dentro das minhas possibilidades, de formular um projeto de decreto legislativo a respeito

Antes que tivesse o ensejo de abrir aqui, a discussão, fê-lo o nobre Senador pelo Estado do Rio, meu companheiro de representação trabalhista, Sr. Vasconcelos Torres, em discurso proferido, há cerca de duas semanas, neste plenário.

Sr. Presidente, segundo as mais recentes estatísticas, o capital estrangeiro diminui hoje cerca de 90% da indústria farmacêutica do Brasil e ela é, no que concerne ao investimento desse capital, em nosso País, a terceira em importância. Acima da indústria farmacêutica existem apenas duas — a siderúrgica e a de máquinas e implementos. — da implantação do capital estrangeiro na indústria farmacêutica da sua absorção por esse capital, decorre da Instrução nº 113 da SUMOC, baixada ao tempo do Presidente Café Filho, quando Ministro da Fazenda o renomado economista Eugênio Gudin. Essa Instrução, como todos sabemos, concedeu, discriminadamente, às indústrias estrangeiras o direito de importarem máquinas e equipamentos, sem cobertura cambial. Enquanto que às firmas nacionais, esses benefícios eram recusados e ainda o são até os dias de hoje.

Segundo dados estatísticos de 1955 a 1961, obtidos na própria SUMOC, foram importados por laboratórios estrangeiros máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, no valor de nove milhões, oitenta e um mil e cento e trinta e quatro dólares, sendo de proveniência dos Estados Unidos, cinco milhões, quinhentos e trinta e cinco mil e oitocentos e trinta e cinco dólares; da Suíça, três milhões, novecentos e setenta e cinco mil dólares. O restante veio da França, do Canadá, do Panamá, da Inglaterra e do México.

Para fugir às tarifas altas que incidiam sobre os produtos farmacêuticos manufaturados, muitos laboratórios alienígenas vinham, já antes mesmo da Instrução nº 113, associando-se aos nacionais e com o advento do documento da SUMOC, fácil lhes foi completar a sua obra de domínio de absorção e de comando do mercado brasileiro de medicamentos.

O Sr. Bezerra Neto — Permite V. Exª um aparte?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Com muito prazer.

O Sr. Bezerra Neto — A informação que V. Exª presta com detalhes tão importantes e tão concretos da discriminação a favor do capital estrangeiro contra o capital nacional. Se fosse apenas a favor do capital estrangeiro, seria admissível; mas subordinar, negar o favor ao capital nacional, como ocorreu na gestão do Sr. Eugênio Gudin, é de gravidade inegável. Embora quem aponta essa desigualdade possa ser acusado de comunista, afirmo que o fato é impressionante.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Agradeço o aparte do nobre Senador Bezerra Neto, que tem, de fato, toda razão nos conceitos emitidos, a respeito da Instrução nº 113, aliás sujeita a muitas controvérsias. Estou de acordo com S. Exª. Entendo que ela trouxe ao País mais malefícios do que benefícios, estabelecendo uma concorrência desleal. Permitindo que o capital estrangeiro aqui se implantasse criou situação difícil à nossa balança de pagamento, com remessa para o exterior de lucros, dividendos, royalties à custa das nossas pobres disponibilidades, obtidas com a exportação das nossas matérias primas. Assim, graças à Instrução nº 113, passaram os laboratórios a fabricar seus produtos no Brasil, usando os vastos cabedais de que desfrutaram no terreno da Química e da maquinaria moderna. É indiscutível e irreversível que se estabeleceram, por essa forma, autêntico processo de des-nacionalização, segundo de consequen-

te e inevitável monopólio, em favor dos laboratórios estrangeiros.

O Sr. Miguel Couto — Com crescente aumento de preços já absurdos.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Exatamente.

O domínio, a preponderância desses laboratórios, com sua força econômica, traria, como consequência inevitável, esse monopólio e com ele o crescente aumento dos preços dos produtos farmacêuticos a que se refere, no seu aparte, o nobre Senador Miguel Couto.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exª um aparte?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Com prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — O discurso de V. Exª, é, sem dúvida, dos que mais impressionaram o Congresso, nos últimos tempos. V. Exª, não mais está salientando o problema grave da influência do poder econômico, nas atividades econômicas e sociais do Brasil. Trata de fato de um problema mais grave: a criação, a instituição de um monopólio oficializado por um ato do Governo. Creio que V. Exª, representará o pensamento de todos os Senadores aqui presentes e de toda a Casa mesmo, porque a nenhum nego o sentimento de compen-sação dos deveres públicos e espírito de patriotismo. V. Exª, representará bem o espírito da Casa, se, através de projeto de lei — parece-me que ouvi V. Exª, falar nesse sentido — conseguir a imediata revogação dessa Instrução. Não se trata de política de hostilidade ao capital estrangeiro. Este, quando vem cooperar no desenvolvimento das nossas indústrias e nas nossas atividades econômicas, merece nosso aplauso e apoio. No entanto o que se instaura no País por essa forma contando com o prestígio do próprio Governo, para instituição de monopólios merece a repulsa de todos os brasileiros, de todos os patriotas.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Agradeço o aparte do estimado colega e brilhante Senador Argemiro de Figueiredo.

Efetivamente, não me move, na iniciativa que tomei de apresentar projeto de lei a respeito da matéria, outro sentimento senão o de contribuir para a solução, pelo menos parcial, do problema, que não pode continuar nas condições em que se encontra.

Sr. Presidente, desejo justificar meu projeto de lei. Embora seja o assunto do conhecimento de todos, é necessário que, no meu discurso, eu quem consignados alguns dados para um exame oportuno da matéria por aqueles que não a conhecem perfeitamente. Assim, é preciso que se diga que existiam, registrados no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, 703 laboratórios, hoje reduzidos a menos de 400, pela absorção do capital estrangeiro na indústria farmacêutica. Grande número fechou as portas em virtude de falência. Outro número não pôde continuar suas atividades por falta de meios para competir com o grupo poderoso que montou seus recursos nessa indústria. Em 1960, os laboratórios estrangeiros venderam trinta e um bilhões e setecentos milhões de cruzeiros.

Em 1961, este montante se elevou a quarenta e dois bilhões.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exª um aparte?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Com muita honra.

O Sr. Pedro Ludovico — Há algum tempo falei sobre este assunto. Disse que 32 por cento dos laboratórios nacionais tinham passado para as mãos de estrangeiros e cheguei a afirmar que uma garrafa de água oxigenada cujo preço de custo na época — hoje deve estar um pouco mais, em virtude mesmo da desvalorização da moeda — era aproximadamente

quinze cruzeiros e estava sendo vendida por cinquenta cruzeiros. Atualmente, um vidrinho de água exigida custa cento e vinte cruzeiros. Por aí se verifica que o abuso existe.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Agradeço ao nobre Senador Pedro Ludovico pelo testemunho do exemplo que fornece a meu discurso, corroborando minhas palavras.

O Sr. Pedro Ludovico — Afirmei ainda que só em propaganda eram gastos de dois a três bilhões de cruzeiros por ano.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — V. Exa. está com a razão.

Sr. Presidente, estou me utilizando de dados estatísticos que vão até o ano de 1961, porque apenas quero basear-me em informes seguros e incontestes. Mas, compulsei dados do ano de 1962, e posso afirmar ao Senado que essas vendas globais que foram, em 1961, a quarenta e dois bilhões ultrapassaram em 1962 de sessenta bilhões.

Sr. Presidente, ainda ontem o "Jornal do Brasil" publicava um artigo do Economista Omer Mont Alegru, baseado em dados fornecidos pela "Revista Guanabara Industrial" onde se afirma: exatamente isto, ou seja que as vendas ultrapassaram a sessenta bilhões de cruzeiros em 1962. A "Revista Guanabara Industrial" traz informações ainda mais interessantes ao demonstrar que de 1953 a 1962 as vendas de produtos farmacêuticos no Brasil se elevaram de cinco bilhões para sessenta bilhões de cruzeiros o que equivale ao câmbio de todo este período, a cento e quinze milhões e quatrocentos mil dólares.

Sr. Presidente, é interessante observar, com base ainda na estatística de 1961 — o que é exato e é certo porque figura nos relatórios da Comissão Parlamentar de Inquérito e do Grupo de Trabalho recentemente organizado pelo Governo Federal que já concluiu as suas investigações — é interessante observar que seis dessas empresas, as mais importantes, venderam em 1961 mais de um bilhão de cruzeiros cada uma delas, num total global de sete bilhões seiscentos e quarenta milhões de cruzeiros com diferença pequena de mais para outra, na ordem que vou enunciar:

Pfizer Corporation do Brasil,
Laboratório Bristol S. A.
S.A.R.S.A.
Pontouira e Wfeith,
Química Rhodia Brasileira,
Produtos Químicos GIBA S. A.

Nenhum desses laboratórios é brasileiro. Outros três, também estrangeiros, Imidas-Laborfarma, Squib e The Sydney Ross venderam, no mesmo ano, respectivamente 985 milhões, 980 milhões e 860 milhões de cruzeiros.

Em 1962, segundo dados estatísticos, que também compulsei, vários foram os laboratórios cujas vendas excederam de quatro bilhões de cruzeiros.

Sr. Presidente, grande número de laboratórios apresenta vendas entre quatrocentos e oitocentos milhões, e novecentos milhões a um bilhão de cruzeiros. Há laboratórios que venderam acima de novecentos milhões de cruzeiros, alcançando sobre o total a percentagem de 36,8%. Os que venderam de quatrocentos e oitocentos milhões de cruzeiros atingiram a 28% do total. Os que venderam de duzentos a quatrocentos milhões de cruzeiros alcançaram 20,2%, e os que venderam de cem a duzentos milhões de cruzeiros atingiram 8,3%. Os que venderam menos de cem milhões de cruzeiros situaram-se na faixa de 8,2%.

Por essa demonstração se vê que os de mais de oitocentos milhões alcançaram 63,3%, ou seja mais da metade do total. Esses índices irrecusáveis demonstram, portanto, e comprovam inquestionavelmente aquilo a que ainda há pouco se referia o nobre Sena-

dor Argemir de Figueiredo, como fato absoluto, pente verdadeiro e irretorquível — o monopólio do capital estrangeiro na indústria farmacêutica em nosso País.

Esse monopólio, Sr. Presidente, consta, apurado, do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, da qual foi relator o ilustre Deputado Unirio Machado. Dêsse relatório tenho, em mãos, um exemplar. E o reconhecimento desse monopólio consta também das conclusões do Grupo de Trabalho recentemente organizado pelo Presidente da República, o Sr. João Goulart, trabalho publicado no *Diário Oficial* e do qual tenho, em mãos, um exemplar. Nele se afirma o seguinte: "O processo de desnacionalização da indústria químico-farmacêutica já atingiu tal grau que cerca de oitenta e cinco por cento do valor das vendas são feitas por laboratórios controlados por capitais alienígenas. Entre as causas determinantes desse processo destacam-se o monopólio de certas matérias-primas e de patentes de processo e técnica de produção por parte das grandes empresas internacionais".

Sr. Presidente, falando recentemente aos jornais do Rio de Janeiro, o Dr. Fernando Luz F. Filho, Diretor do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia confirma a existência desse monopólio. Anuncia que vai dirigir-se ao Governo pedindo providências no sentido de coibir a propagação desses cânceros que hoje aniquila completamente as atividades do capital nacional aplicado ainda na indústria de remédios, em nosso País.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Com prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — V. Excelência discute problema importantíssimo para o nosso País, principalmente para a população pobre os camponeses e assalariados que não podem pagar remédios aos preços atuais. Afirmei há pouco que os laboratórios despendem três bilhões de cruzeiros por ano, só em propaganda comercial, e, por esse motivo, é raro o jornal que cogita do assunto para censurar esses fatos. E preciso discutir o problema não só no Senado como na Câmara dos Deputados a ver se o Governo põe um parafuso a este estado de coisas.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Muito grato a V. Excelência.

Muitos desses laboratórios, Sr. Presidente, além dos lucros e dividendos que remetem para o exterior, pagam royalties aos titulares da marca que eles aqui exploram e, a maioria das vezes, são casas matrizes desses laboratórios. O pagamento desses royalties incide pesadamente sobre as pobres, divisas que o Brasil consegue reunir no exterior. Tudo isso mostra claramente porque não temos uma indústria nacional. O que se faz no nosso País é apenas a manipulação de matérias-primas importadas. Em verdade, esses laboratórios, embora disponham de maquinaria moderna, em grande parte têm necessidade de importar matéria-prima do exterior, porque a indústria farmacêutica ainda demanda cerca de setenta e cinco por cento de matéria-prima alienígena.

O que fazem os laboratórios é importar o produto manufaturado, ou semi-manufaturado; aqui apenas se realiza o acabamento. O produto vem em fase de elaboração final e aqui é completada a fabricação.

Os laboratórios estrangeiros dão, portanto, no Brasil, a última mão nesses produtos e o fazem, Sr. Presidente, — o que é mais lamentável — sem oferecer ao nosso País o elemento de que eles dispõem que é a técnica. Os funcionários que servem nos seus labo-

ratórios, todos possuidores de altos conhecimentos, poderiam contribuir para o desenvolvimento da pesquisa no campo da química que está em franco progresso, e que é, como todos sabemos, uma ciência de base que precisa de investigações continuadas.

Diante da pobreza franciscana do Brasil em matéria de técnicas, a esses laboratórios nada de mais seria dar uma ajuda nesse terreno. O capital, apenas, não resolve. Hoje — isto é truísmo, é lugar comum — a indústria, graças ao processo tecnológico cada vez mais aperfeiçoado, reclama a técnica, o *know how*, os conhecimentos científicos.

Assim, é lamentável — repito — que esse capital estrangeiro não ofereça o concurso dessa técnica preciosa e adequada que possuem, para ajudar as nossas escolas e faculdades a formar um elenco de alunos ou de professores no campo experimental da ciência química.

Falou-se aqui, ainda há pouco, da alta constante dos preços dos medicamentos, e o nobre Senador Pedro Ludovico acrescentou, com toda a exactidão, que isto é verdadeiramente clamoroso. As estatísticas documentam que, de 1953 a 1962, esses aumentos se fizeram na base de trezentos, quatrocentos, quinhentos e seiscentos por cento.

Isto, consta dos trabalhos das Comissões de Inquérito mandadas realizar pelo Governo anterior e pelo atual. Não é, portanto, denigação dizer-se hoje, no Brasil, que a nossa indústria farmacêutica fabrica remédios para os ricos e não para os pobres, porque estes, infelizmente, realisticamente, desgraçadamente, estão expostos a morrer inanes na miséria, sem medicamentos. Não há possibilidade de o pobre adquirir remédios aos preços esbochantes pelos quais são, hoje, vendidos nas farmácias e drogarias.

São conhecidas as causas determinantes desse aumento. Ainda há pouco, o nobre Senador Pedro Ludovico falou nas despesas com publicidade. Elas montam, seguramente, de acordo com apurações feitas por esse inquérito, em 90% das despesas gerais, quando as demais indústrias do País gastam, apenas, 1,84% em publicidade, dos seus produtos. Mas, além desses gastos excessivos em publicidade que recaem no preço dos remédios, que acarretam o aumento do custo, devemos considerar outro aspecto já aqui focalizado pelo Senador Vasconcelos Torres — os gastos excessivos com as amostras de luxo, de embalagem mais luxuosas, mais ricas do que a dos perfumes franceses mais finos.

Os remédios, Sr. Presidente, não são feitos para agitar as toilettes das senhoras, mas para curar doentes. Não são amostras de luxo que dão valor ou efeito aos remédios. É preciso que o Governo se disponha a pôr um parafuso a esse absurdo que se pratica hoje em nosso País, coibindo, não apenas esse sistema de publicidade cara, como também essas amostras de embalagens ricas e, também, as amostras que são enviadas aos médicos desnecessariamente. Bastará que os laboratórios remetam aos médicos uma simples circular explicativa da fórmula aplicada no medicamento, das combinações químicas a que chegaram os técnicos que elaboraram a fórmula, a fim de que os médicos conheçam as preparações e a sua aplicação para os diversos casos.

Não é preciso que se enviem amostras grátis para os consultórios médicos, que vivem cheios delas e, de vez em quando, as jogam fora, para se livrarem das mesmas.

O Sr. Mem de Sá — Para ver-

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Sr. Presidente, não estou falando

contra o capital estrangeiro. Não pertence a esse grupo que, sistematicamente, ataca o capital estrangeiro. Apenas, refiro-me ao capital estrangeiro aplicado na indústria farmacêutica, e que é, de fato, pernicioso, malefício ao nosso País. Tanto é verdade que provas existem nos próprios Estados Unidos de que lá essa indústria faz a mesma coisa, cobra também preços exagerados. Consta de uma conferência feita pelo Tenente-Coronel Dr. Mário Victor de Assis Pacheco, proferida no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, fato expressivo que denuncia esse capital estrangeiro na sua própria pátria.

Diz, em certo ponto, o Dr. Mário Pacheco.

(Lê):

"A revista 'Business Week', de 21 de março de 1960, informa que existiam diferenças de preços de até 7.000% entre o custo da matéria-prima de alguns produtos farmacêuticos e o preço pago pelo consumidor norte-americano nas farmácias."

— Mais adiante acrescenta:

"Uma empresa norte-americana cobrou do Governo 26 dólares e 63 centavos por 1.000 comprimidos de um produto que era vendido ao consumidor por 175 dólares; outra empresa vendeu ao Governo 1.000 comprimidos de outro produto por 25 dólares e 80 centavos e por 175 dólares ao povo norte-americano."

O técnico Sidney Margolin revela no número 15 de "Labor Fact Book", que o consumidor norte-americano é obrigado a pagar 40 a 50 centavos de dólares por uma cápsula de TETRACILINA (o antibiótico que mais se vende nos EE.UU.) embora seu custo para a indústria seja apenas de 2 e meio centavos de dólares."

Pergunta, a seguir, nesta sua conferência, o Dr. Victor Pacheco:

"Quanto iremos nós pagar por essas cápsulas quando nossa indústria farmacêutica for totalmente absorvida e começarem os laboratórios a vendê-las também aqui no Brasil?"

Sr. Presidente, o nosso País precisa do capital estrangeiro que se disponha a vir para aqui trabalhar em setores de relevante interesse para o nosso desenvolvimento econômico. Não, porém, desse capital espólio, tivo que apenas vem montar suas máquinas para explorar produtos de consumo forçado. Desse capital não precisamos; a esse capital devemos pôr todo o nosso combate, porque ele será verdadeiramente predatório da nossa economia, da poupança do nosso povo.

O pobre, no Brasil, não dispõe de recursos para comprar remédios, repito, e a maior parte de nossa população tem a sua saúde entregue às próprias reações de seu organismo, está exposta aos influxos da natureza, sejam eles favoráveis ou desfavoráveis. O povo desgraçado e pobre do Brasil está apenas sob a proteção de Deus, porque de remédios ele não pode dispor.

Sr. Presidente, na aula inaugural que tive a honra de proferir na Faculdade de Farmácia e Odontologia do meu Estado, a 2 de março último, examinei este assunto sob seus vários ângulos, do modo mais amplo possível, e assumi com os acadêmicos daquela Faculdade e, sobretudo comigo mesmo, o compromisso de dar minha contribuição para a solução, ainda que parcial, como disse há pouco, desse magno problema.

É necessário que tomemos providências para conter os preços dos re-

médicos e despesa do período inflacionário em que nos encontramos. Várias são as alternativas que temos diante de nós. Para a contenção dos preços, em períodos de inflação, são usados os seguintes processos: primeiro, fixação de preços; segundo, racionamento; terceiro, importação em choque; quarto, subsídio.

E' evidente, Sr. Presidente, que não podemos cogitar de racionamento. Não se podem racionar remédios. O remédio é feito para a verdade em quantidade certa, determinada, constante de suas fórmulas. Não pode ser racionado.

Racionam-se, em período de inflação, produtos destinados à subsistência ou manutenção de determinado serviço, mas não se racionam remédios destinados à vida humana, à saúde dos doentes.

Não se pode cogitar, por outro lado, da importação chamada em choque, isto é, a importação para causar um choque contra aquele grupo que domina o mercado. Não podemos importar remédios em maior quantidade, não só devido à sua multiplicidade como porque não podemos saber, *a priori*, quais os que devem de preferência ser importados para estabelecer, o choque, o pânico, o impacto, nos laboratórios que concorrem com preços extorsivos.

Não podemos cogitar desse tipo de importação para evitar a alta dos preços. Podemos cogitar — e isso o Governador deve fazer — da importação de matérias primas que infelizmente ainda nos vêm do estrangeiro em cerca de setenta e cinco por cento.

Disso, sim, o Governador deve cuidar, mas é assunto que só pode ser resolvido tecnicamente, com mais demora dentro de um plano de estudos de um planejamento. A providência que se impõe para deter a marcha da alta dos preços é urgente, é imediata e não comporta mais delongas.

Assim, Sr. Presidente, se não puder o Governador dar subsídios para minorar o custo dos medicamentos, não venha outro meio senão estabelecermos, pelo período de um ano, o congelamento dos preços dos remédios.

Minha opinião é contrária ao congelamento de preços em período de inflação. Tenho meditado demoradamente sobre o assunto e não me animaria a tomar tal atitude se não me encontrasse diante de um caso que reputo excepcional, de grande urgência, de solução que não comporta delongas.

Ben sei que o congelamento de preços, num período de inflação, pode determinar o deslocamento do capital para outras atividades mais remunerativas e que, fora da área tributária, possam dar mais resultados aos que as exploram. Compreendo as desvantagens do congelamento mas, no campo dos produtos farmacêuticos, não há outra saída. A ganância dos donos de laboratórios é tremenda, e, assim, é indispensável que tomemos uma atitude heróica contra esse mal que cresce dia a dia.

O projeto que enviei à Mesa e já foi lido, cuida do congelamento dos preços, pelo período de um ano, tomando por base os preços vigentes a 31 de dezembro de 1962. Precisamos adotar providências. Um ano será bastante um ano não quebrará os poderosos laboratórios estrangeiros, mas será suficiente para que o Governador estude a matéria com a técnica que ela reclama.

O assunto é complexo. Sei que precisa ser examinado atentamente, mas é indispensável que a marcha da alta desses preços seja detida. Então, para que esses laboratórios não se venham

queixar do congelamento, meu projeto sugere também a abolição das taxas gráficas. E mais ainda: proíbe sua distribuição, determinando que a propagação dos produtos a que se refere o dispositivo seja feita exclusivamente, através de circulares ou impressos explicativos. Os laboratórios obterão, com a supressão das anotações gráficas, uma economia apreciável.

Durante esse período de um ano haverá tempo de sobra para que os estudos convenientes sejam realizados, de modo a atender aos interesses do povo e dos laboratórios.

Cogita também meu projeto, no Artigo 4º, das embalagens, dispõe:

Art. 4º Os laboratórios fabricantes de produtos farmacêuticos devem usar, para os mesmos, embalagens convenientes e de custo módico.

Parágrafo único: Nenhuma licença será concedida para a distribuição e venda desses produtos, sem concomitante aprovação, pelo órgão licenciador, dos tipos de embalagens que devem ser usados em cada caso.

O Projeto está redigido em termos que permitem aos próprios laboratórios, apreciável economia em um ano período em que os preços vão ficar congelados.

Sr. Presidente, sei que meu tempo está esgotado e peço ao Senado, que me releve. A magnitude do assunto obrigou-me a estender um pouco minhas considerações. Mas ao término aqui, Sr. Presidente, deixando ao Senado da República meu mais caloroso e instantâneo apelo no sentido de ajudar o povo brasileiro a vencer as dificuldades com que hoje se defronta, aprovando o Projeto, o mais urgentemente possível.

Não podemos ficar à espera de soluções procrastinadoras; ao contrário, devemos, para atender a uma necessidade imperiosa, adotar medidas drásticas que domem esse mal tão grave. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

O Projeto depende de apoio do Plenário.

Os Srs. Senadores que o apoiam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. Irá às Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde, de Economia e de Finanças, depois de publicado.

Tem a palavra o nobre Senador Catete Pinheiro, nos termos do Artigo 163, do Regimento Interno.

O SR. CATETE PINHEIRO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, está quase esgotado o tempo regimental. Desejo, portanto, apresentar uma indicação que não possa interferir para outras oportunidades visto ser motivada por fato da maior gravidade que, desta tribuna, venho denunciar a S. Exa.

Sr. Presidente da República e ao Congresso Nacional. Talvez seja ele o conhecimento da Casa, porque toda a imprensa o divulgou.

Trata-se do ato do Sr. Prefeito de Brasília decretando a intervenção nas fundações do Distrito Federal, em nome da necessidade de repressão manifestada de todas as fontes. As reclamações visam principalmente ao setor educacional cujos problemas anuais vêm seguindo os trabalhos escolares no presente ano letivo.

Lamento, Sr. Presidente, não poder ler, porque o tempo não o permite, as razões do Prefeito de Brasília, Sr.

João Magalhães para baixar o decreto de intervenção. Mas diz S. Exa.:

“As freqüentes críticas ao sistema educacional de Brasília bem como as deficiências observadas nos setores de Saúde Pública, Assistência Médica-Escolar e em outras atividades públicas, e a situação das fundações, levaram o Prefeito de Brasília a tomar medidas de intervenção de vários órgãos administrativos, considerando a necessidade de maior eficiência e maior atividade no setor de tais serviços que são essenciais à população de Brasília”.

Acontece, Sr. Presidente, que em requerimento de informações que há pouco, apresentei à Mesa, tive ocasião de salientar o problema que agora vem sendo enfrentado de rijo, pelo Sr. Ivo de Magalhães, e que era justamente o que recomendava, naquela oportunidade. Assim sendo, julguei-me no dever de vir a esta tribuna para manifestar ao Prefeito de Brasília, Sr. Ivo de Magalhães, não só minha solidariedade mas também minha admiração pela decisão de S. Exa., atendendo aos reclamos os mais vários, da população de Brasília.

Estando esgotado o tempo regimental, encaminharei à Mesa a indicação a fim de que a faça chegar à Comissão do Distrito Federal para que, esta examine principalmente os problemas atinentes aos planos de ensino de Brasília, o estado de conservação dos prédios escolares, a situação dos professores, o processo de admissão, aspecto habitacional, níveis salariais, forma de aquisição e emprégo de material de consumo, funcionamento do ensino industrial, situação jurídica do órgão que deverá ser o encarregado do ensino público do Distrito Federal.

Sr. Presidente, deste modo, completo minha denúncia contra as influências negativas, por parte de elementos estranhos ao setor educacional que vêm, de há muito, pressionando o Sr. Prefeito de Brasília, no sentido de não só suspender como impedir a publicação do ato por S. Exa. em tão boa hora assinado e tão reclamado pela população. Essa interferência estranha que lamentamos porquanto parte de pessoas que de nenhum modo deram sua contribuição ao ensino.

E' necessário, é imperioso que ao Sr. Presidente da República e à Nação sejam denunciadas a fim de que a influência negativa dos grupos que se formaram em Brasília, não venha a impedir o crescimento desta cidade que muitos consideram a Capital da Esperança, a Capital do futuro!

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O Sr. Nogueira da Gama reassume a Presidência

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa indicação que vai ser lida.

E' lida a seguinte

Indicação nº 1, de 1963

Nos termos do artigo 220 do Regimento Interno, tendo em vista a competência que estabelece,

Indico à Comissão do Distrito Federal o exame dos problemas atinentes ao Plano de Ensino para Brasília especialmente sobre:

I) o estado de conservação dos prédios escolares;

II) a situação dos professores, quanto ao processo de admissão, aspecto habitacional e níveis salariais;

III) a forma de aquisição e emprégo do material de consumo;

IV) o funcionamento do ensino industrial;

V) a situação jurídica do órgão encarregado do ensino público no Distrito Federal.

O artigo 222 do Regimento Interno adverte que a Indicação não poderá conter “sugestão ou conselho a qualquer Poder, ou órgão seu, no sentido de realizar ato de determinação material”.

Tal mandamento nos impede de solicitar providências imediatas a fim de se tenha o tempo para solucionar definitivamente, como necessariamente se impõe, a situação do ensino em Brasília, disciplinada em recente Requerimento de informações que apresentamos. Mas, se isso é verdade, e, se também é verdade que, de acordo com o artigo 222-A, do Regimento Interno, a Comissão do Distrito Federal tem competência para emitir “recomendações legislativas pláticas ao Distrito Federal”, é-lhe facultado, por isso, apresentar projeto de lei dispondo sobre a espécie, nos termos igualmente regimentais (arts. 221 e seguintes).

Os o propósito da presente indicação, que submetemos ao alto exame da Ilustrada Comissão do Distrito Federal.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1963. — Catete Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE:

A Indicação que acaba de ser lida pelo nobre Senador Catete Pinheiro depende de apoio.

Os Srs. Senadores que a apoiam queiram permanecer como se encontram. (Pausa)

Apoiada.

A Indicação vai às comissões competentes.

Há requerimentos sobre a mesa que vão ser lidos pelo Sr. Primeiro Secretário.

São lidos os seguintes:

Requerimento nº 87, de 1963

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno, venho requerer a Vossa Excelência que solicite do Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, as seguintes informações:

1) Quanto o Governo brasileiro recebeu realmente como resultado do II acordo do trigo;

2) Foi a importância recebida pela aplicação de acordo com o decreto nº 30.621, de 31 de maio de 1961;

3) da quota destinada ao Estado da Guanabara quais as percentagens.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1963. — Senador Gilberto Marinho.

Requerimento nº 83, de 1963

Requeiro, nos termos regimentais, sejam solicitadas do Exmo Sr. Ministro das Minas e Energia as seguintes informações, referentes à PETROBRAS S. A.:

balano, em barris, foi objeto de exportação em 1962? Qual a razão da diminuição dessa exportação? Qual o montante em dólares e em cruzeiros?

2) Qual a sistemática de vinculação entre as quantidades de óleo exportado e a de óleo importado? Essa vinculação não demandou no menor preço de exportação do óleo bruto acima da cotação internacional? Que prejuízos foram ocasionados ao País?

3) Quantos navios foram empregados pela PRONAF, no ano de 1962? Quantos navios estão empregados, em dólares e em cruzeiros?

4) Existem navios afretados para o cabotagem?

5) E' verdade que a PETROBRAS pretende vender navios próprios a indústria do Nordeste? Qual o montante da transação e qual o valor efetivo de cada um dos navios?

6) Porque a PETROBRAS pretende vender navios próprios quando está efetuando parte da cabotagem

com navios afretados? Justifica-se essa política?

7) Qual o número de empregados, por refinarias, da empresa, em dezembro de 1961? Discriminar o número de técnicos dos empregados em atividades administrativas e de apoio. Qual a atual? Se houve acréscimo, por que?

8) Há verbas secretas na PETROBRAS? Porque? E em que montante? verbas próprias? Em que montante?

9) A que órgão está subordinado o setor de Relações Públicas? Dispõe de verbas próprias? Em que montante?

10) Qual o número de empregados da PETROBRAS, em dezembro de 1961, categoria por categoria, unidade por unidade? Qual o número total em março de 1963? Se houve acréscimo, porque?

11) Quantos aumentos salariais foram deferidos pela administração da empresa a partir de janeiro de 1962? Em que percentual? Em quanto acresceu a despesa com o pessoal?

12) Além do salário, quais as vantagens, independentemente do décimo terceiro mês, que estão atribuídas ao pessoal da empresa, inclusive bonificações, riscos diversos, férias pagas em dobro e participação do lucro? Em quanto montam as despesas com o pagamento dessas vantagens? Quais delas foram deferidas a partir de 1962?

13) Há convênios salariais firmados pela empresa com os sindicatos, tendo em conta o exercício de 1962? Qual o inteiro teor desses convênios?

14) Há quanto mo- tam esses contratos?

15) Qual foi a produção diária-média de petróleo, no ano de 1961 e no de 1962? No caso de queda de produção, qual a razão ou razões a que se deva atribuí-la?

16) Qual o número de sondas de que dispõe a PETROBRAS; quantas estavam em operação em dezembro de 1961 e quantas em igual mês de 1962; quantas estavam paradas em 1962 e por que razão?

17) Qual o número de operações de "pescarias" que a empresa realizou em 1962; quantos dias as sondas ficaram paradas por força de "pescarias"?

18) Qual o número de metros perfurados em 1961 e em 1962? Qual a razão do decréscimo ou do aumento, caso se verifique um ou outro? Qual o número de metros perfurados por sonda-dia?

19) Foram cancelados contratos com firmas especializadas em perfurações ou são renovados tais contratos? Em caso positivo, as sondas passaram a ser operadas por pessoal da própria PETROBRAS? Qual a produtividade (metro por mês ou dia de operação) dessas sondas, quando operadas por firmas contratadas e por pessoal da própria empresa, na mesma região e subsolo?

20) Qual era a meta de poços a concluir pela empresa, para 1961 e 1962? Quantos realmente concluiu em 1961 e 1962. Se houve acréscimo, explicar porque.

21) Quantos novos campos de petróleo foram encontrados e suas reservas cubadas em 1962. Esses novos campos foram encontrados nas áreas em que mais se perfurou, em relação a 1961, ou ao contrário? Em caso positivo se se tivesse perfurado mais nas outras áreas, em 1962 as possibilidades de se encontrar novos campos seriam sido maiores ou menores?

22) Quantas novas locações foram apontadas pelo Departamento de Ex-

ploração em 1961 e em 1962, a fim de que se executassem poços pioneiros? Quantas perfurações foram iniciadas em cada ano?

23) Quantos poços em produção existem ao fim de 1961 e de 1962?

24) Qual a média de produção diária por poço, em cada ano supracitado?

25) Qual a média de gás-óleo dos poços em produção, no mês de dezembro de 1961 e no ano de 1962?

26) Quais as sondas que tiveram de sustar a sua operação por falta de peças? Existia estoque dessas peças? Em caso negativo, quando foram encomendadas essas peças pelo órgão requisitante? Quando foram adquiridas e entregues para serem utilizadas? Qual o prazo decorrido?

27) Qual o aumento percentual de produção esperado para 1963? Quantos barris-diários ou metros cúbicos de produção constitui a meta da PETROBRAS para 1963?

28) Qual o aumento de consumo de derivados de petróleo em 1960 para 1961, de 1961 para 1962 e de 1962 para 1963 (estimado)? Qual o aumento percentual por ano?

29) Qual o aumento da produção nacional de petróleo nos mesmos períodos e intervalos supracitados? Dar os valores absolutos e as percentagens de crescimento ou decréscimo.

30) Qual o investimento a ser feito pela empresa, em 1963, nas atividades de exploração e nas de produção (desenvolvimento), constantes de sua previsão orçamentária. Qual o total de investimentos? Quantos por cento são aqueles do total?

31) Porque as refinarias da empresa produziram menos gás liquefeito de petróleo do que haviam programado para 1962? Quanto menos. Porque produziram mais óleo combustível em 1962 do que o programado? Quanto mais? Qual o custo em dólares e em cruzeiros, do gás liquefeito, do óleo e do óleo combustível importados (Preço CIF — Rio ou Santos) por unidade (barros)?

32) Quando começou a operar normalmente a Unidade 13 (Óleo Lubrificantes) da Refinaria Landulfo Alves? Quantos dias operou em 1962 e em 1963? Ainda está operando? Em caso negativo, porque está parada? Quantos barris de óleo lubrificante e de que quantidades e qual o preço de venda? Discriminar por comprador e dar as datas e locais de entrega para consumo.

33) Quantos barris de óleos lubrificantes a PETROBRAS havia previsto produzir em 1962 e quantos realmente produziu naquele ano, nas especificações do CNP?

34) Qual a previsão de produção de lubrificantes para 1963 e de que tipos? Discriminar. Qual a quantidade já produzida até a data? Se diferente da parcela correspondente à previsão, esclarecer a diferença, dando as razões de forma clara.

35) Quais as medidas já tomadas para ampliar a produção de lubrificantes pela PETROBRAS? Onde será localizada a nova instalação? Por que? Quando se espera iniciar a sua construção? Quando se estima poderá ser iniciada a sua operação?

36) Quantos dias operou a Refinaria Landulfo Alves em 1962 e no primeiro trimestre de 1963? Explicar as razões das paradas, dia por dia, caso tenham ocorrido.

37) Esclarecer se os fornos de craqueamento da Refinaria Presidente Bernardes e a sua Unidade de Topamento funcionaram normalmente em 1962 e no primeiro trimestre de 1963.

38) Dar as razões da elevada percentagem (a maior de todas as refinarias brasileiras) de produção de óleo combustível da Refinaria Presidente Bernardes, em 1962. Dizer qual é essa percentagem na produção média diária total observada no primeiro trimestre deste ano.

39) Por que a PETROBRAS produziu menos eteno, propeno e resíduos aromáticos, na Refinaria Presidente Bernardes, em 1962 do que em 1961? Qual o valor de venda de cada produto em causa? Qual a produção daqueles derivados observando no 1º trimestre deste ano. Quantos barris menos, por produto, durante o ano de 1962 em relação a 1961.

40) Qual a produção de nitrocálcio em 1962? Total, e expressa em toneladas de nitrogênio? Qual a capacidade nominal da Unidade de Fertilizantes da Refinaria Presidente Bernardes. Por que no foi ainda atingida aquela capacidade? Qual o valor da diferença diária entre a capacidade real atual e a nominal, expresso em cruzeiros e dólares?

41) Qual o processo empregado para a produção de hidrogênio necessária à produção de nitrocálcio? É o processo flexível bastante para permitir o emprego de outras matérias primas além dos gases saturados ou não saturados, residuais da refinaria? Pode ser utilizado o óleo combustível existente em abundância na refinaria? Foi tentada alguma adaptação para o uso desse óleo? Caso no tenha sido tentada, dar as razões. Impeditivas.

42) Está sendo estudada a possibilidade dessa Unidade de Fertilizantes? Desde quando? Quando serão terminados tais estudos, e a cargo de quem estão?

43) Qual o cronograma de execução das obras: a) do Conjunto Petroquímico da Bahia; b) das Fábricas de Asfalto de Fortaleza e da Bahia; c) do oleoduto Rio Belo Horizonte; d) das Refinarias Gabriel Passos e Alberto Pasqualini, separadamente; e) dos terminais de São Sebastião e de Ilhéus.

44) Quando foram iniciadas tais obras, quando se pretende concluí-las qual a percentagem da obra, por natureza de serviço, já realizada em cada caso.

45) Em que ponto se encontram os estudos para a construção das Unidades de Butadieno e Latex da Fábrica de Borracha Sintética; da Tetramero de Propano da Refinaria Landulfo Alves; de Dodecibenzeno, de Hexano, de expansão da produção de Eteno e da Fábrica de Chumbo Tetraetila? Indicar quais os estudos já realizados, ou em realização quais os grupos de técnicos responsáveis, os obstáculos encontrados, os processos escolhidos (caso já haja sido ultrapassada essa fase e a data fixada para conclusão dos estudos preliminares, em cada caso).

Brasília, 5 de abril de 1963. — José Cândido Ferraz.

Requerimento nº 89, de 1963

Requeiro, nos termos regimentais, sejam solicitadas do Exmo. Sr. Ministro das Minas e Energia, as seguintes informações, referentes ao Conselho Nacional do Petróleo:

1) Tem a Petrobrás cumprido os programas de produção de petróleo e de refinados que submeteu à aprovação do Conselho Nacional do Petróleo, em 1962? Em caso negativo, por que? Que medidas tomou o Conselho para reparar o não cumprimento do plano aprovado? De que poderes dispõe o CNP para tal?

2) Tem o Conselho verificado discrepâncias entre as estatísticas de produção de derivados de petróleo, divulgadas pela Petrobrás em seus Boletins e Relatórios, e os dados estatísticos do próprio CNP? Em caso positivo, dizer quais são as razões dessas discrepâncias. Apontá-las, em cada caso, e por produto, no que concerne aos anos de 1961 e 1962 (realizado) e ao programado para esse último ano.

3) Tem o Conselho acompanhado a execução das unidades em construção pela Petrobrás, fiscalizando em cada caso o seu fiel cumprimento de con-

formidade com os cronogramas pre-estabelecidos e aprovados? Em caso negativo, dar as razões.

Brasília, 5 de abril de 1963. — José Cândido Ferraz.

Requerimento nº 90, de 1963

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, sejam requisitadas as seguintes informações do Sr. Ministro da Fazenda:

a) se o Instituto Brasileiro do Café ou qualquer outro órgão do Governo doou, vendeu, permutou ou transferiu Sacas de Café a instituições Hospitalares ou quaisquer outras entidades nacionais e estrangeiras, inclusive à Cruz Vermelha, de 1º de fevereiro de 1961 até esta data;

b) em caso positivo, quantidades, tipos, meios de transporte, local de recebimento, datas, etc.;

c) enviar cópia integral dos expedientes trocados, pareceres proferidos e autorizações ou determinações constantes dos processos respectivos, inclusive e especialmente os recibos ou documentos firmados pelos beneficiários das doações ou operações realizadas.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1963. — Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos lidos vão à publicação e serão oportunamente despachados pela Presidência.

Está finda a hora do expediente. Passa-se à Ordem do Dia. Compareceram mais os Senhores Senhores:

Adalberto Sena.
José Guomard.
Eduardo Assmar.
Zacharias de Assumpção.
Sebastião Archer.
José Cândido.
Dix-Huit Rosado.
Dinarte Mariz.
Eduardo Catalão.
Vasconcelos Torres.
Gilberto Marinho.
Irineu Bornhausen.
Antônio Carlos.
Mem de Sá — 14.

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1962, de autoria do Sr. Senador Ary Vianna, que proíbe a remoção do servidor público civil ou autárquico da União, tendo Pareceres (sob ns. 791 e 792, de 1962) das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; e — de Serviço Público Civil, favorável, com as emendas que oferece, sob ns. 1-CSPC e 2-CSPC.

Há pedido de audiência da Comissão de Segurança Nacional, que vai ser lido pelo Sr. Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 91, de 1963

Senhor Presidente:

Para opinar sobre o Projeto de Lei nº 15 e emendas aprovadas pela Comissão de Serviço Público, solicito audiência da de Segurança Nacional. Sala das Sessões, em 5-4-63. — Aurélio Vianna.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento.

O SR. EURICO REZENDE:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a perspectiva de, oportunamente, me ausentar de Brasília conduz-me, na ocasião em que se encaminha o requerimento de autoria do ilustre Senador Aurélio Vianna, a manifestar meu ponto de vista, desde já, sobre a matéria.

Visa a proposição Ary Vianna, secundado por outros Srs. Senadores, a

ceder a vantagem consubstanciada art. 1º, que assim dispõe:

"Nenhum servidor público civil ou autárquico da União, casado com servidor público ou autárquico, poderá ser removido de uma localidade para outra sem que ambos os cônjuges o sejam ao mesmo tempo, salvo vontade expressa manifestada pelo servidor, por escrito, à autoridade competente."

A inovação se inspira, segundo alega o autor da proposição, em dar maior assistência e proteção à família do servidor público ou autárquico, não para ruim, no entanto, que os poderão ser as inovações no sentido de se ampliar a capacidade assistencial do Estado relativamente à sua comunidade funcional.

Nota, Sr. Presidente, que há uma ocupação constante, poderíamos dizer, histórica dos corpos legislativos e legislativos que exclusivamente gerando a concessão de direitos e vantagens de funcionalismo e ao opo-
do referindo-se quase sempre da glória em sua atuação no que diz respeito aos deveres e obrigações dessas classes.

É justo, Sr. Presidente, é relevante, Sr. Senadores, que o Congresso Nacional cida em toda ocasião e em qualquer circunstância, de melhorar de qualquer e ampliar cada vez mais os orizontes das vantagens e das prerrogativas das classes tuteladas pelo Poder público, nos atos positivos de sua legislação. Mas, devemos nos lembrar de vivermos numa época em que se efende, com ardor e as vezes até com emagogia, a estatização das atividades sócio-econômicas.

Este é um momento em que todo o País, mereço da onda de nacionalismo que se divice em dois setores: — um, cujos autores trazem na ilharga propósitos inconfessáveis de dessangrar nossa formação cristã e vocação democrática; o outro, que realmente tem como líderes aqueles que procuram perorar as páginas do verdadeiro evangelho econômico do País. — Este é momento, em que não devemos de modo algum faltar ao nosso dever precioso, que é para com o Estado e a administração pública. Por isso, eu me permito dizer ao Senado da República que se este projeto for aprovado, se convertida em lei a medida preconizada, a sua prática irá causar sérios embargos à administração pública, sobretudo porque estimulará mais uma vez, como se outras tantas não bastassem, a política do empreguismo que existe neste País.

O projeto assegurado ao servidor público o direito de permanecer na sua base, por isto mesmo trancando a administração a prerrogativa de transferir-lo para outro local, outra cidade, outro setor, terminará por embarçar a administração pública.

Citarei um exemplo. Sabemos que a tendência da administração pública no provimento das serventias funcionais é a especialização. Admitamos que o Governo da República deseje transferir para Brasília um Procurador — propositalmente citamos a classe dos procuradores, que são os mais abonados financeiramente neste País. A esposa do Procurador, em nosso exemplo, é servidora pública ou é servidora autárquica na Guanabara. Obviamente, por interesses domésticos, pelo comodismo de viver numa cidade cosmopolita, este servidor e esta servidora não irão praticar o ato de heroísmo de consentir na transferência de ambos para Brasília. E neste caso, se a autarquia ou a repartição pública existente em Brasília realmente necessitar de um Procurador, o Governo da República não terá outra alternativa senão criar mais um cargo de Procurador e provê-lo, em Brasília consequentemente engravando mais ainda os encargos financeiros do Estado.

Entendo, Sr. Presidente, que o Estatuto do Funcionário Público Civil da União já prevê o recurso, já oferece o remédio em termos para situações desta natureza, quando garante ao servidor público transferido de um lugar para outro, e cujo cônjuge tem também a qualidade de servidor público ou autárquico, o direito de ser aproveitado em cargo federal porventura vago no local destinatário. Ou então, inexistindo a vaga, ao cônjuge, nessas condições e nessas circunstâncias, será concedida a licença para tratar de interesses particulares, indefinidamente, contando-se as vantagens do tempo para efeito de disponibilidade ou aposentadoria. Entendo que o legislador já facilitou, e facilitou em termos equânimes e racionais, porque no interesse público, a situação do cônjuge transferido de um setor para outro da Administração Pública.

Assim, Sr. Presidente, ao ensejo do encaminhamento da votação do Requerimento Aurélio Viana, eu me permito expender essas considerações, que se afinam, sobretudo, com a necessidade que temos de contar a pontica de concessões imoderadas de vantagens e de direitos ao funcionalismo público.

Não sou, Sr. Presidente — mesmo porque pertencço à classe — avesso à outorga de benefícios a esta comunidade; mas, no instante em que o Senhor Presidente da República, por intermédio do seu ilustre e honrado Ministro da Fazenda faz um apelo veemente e mais do que veemente, dramático ao Congresso Nacional, a fim de contermos as despesas públicas, quero, embora pertencendo a um Partido contrário à orientação política de S. Exª cumprir o dever de, nesta hora decisiva, como nos encontramos na encruzilhada dos nossos destinos também outorgar à Administração Pública a sinceridade da minha colaboração, evitando que esta Casa do Congresso, por medidas desta natureza que, se porventura se forem reproduzindo, terminarão por alquebrar inteiramente o Plano de Contenção de Despesas posto em prática pelo Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (*fazendo soar os timpanos*) — Permito-me lembrar ao nobre orador que o tempo de que dispõe está esgotado.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

Com este ponto de vista, e porque o requerimento do nobre Senador Aurélio Viana é legítimo e é regimental, e porque há emendas relativas ao funcionalismo militar, entendo que a Comissão de Segurança Nacional deverá, igualmente, ser ouvida, para o melhor desate da matéria em foco. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*) Está aprovado.

O SR. SILVESTRE PERICLES:

Pego a palavra pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Silvestre Pericles.

O SR. SILVESTRE PERICLES:

(*Pela ordem* — *Sem revisão do orador*) Sr. Presidente, como vêm V. Exª e o Egrégio Senado, foi Relator desse projeto na Comissão de Constituição e Justiça o nosso digno, nobre e honrado colega Senador Heribaldo Vieira.

Na ocasião, apresentei emendas que, infelizmente, não foram aprovadas; entretanto na Comissão de Serviço Público, apresentadas novamente foram aceitas por maioria.

Do avulso da Ordem do Dia de hoje consta o parecer do nobre colega Senador Jarbas Maranhão, mas não consta talvez por um lapso o meu parecer

vencedor, porque por maioria as emendas foram aceitas. Desejaria, então, constasse do avulso da próxima Ordem do Dia exatamente o meu parecer, para que os nobres colegas tivessem conhecimento das minhas razões.

Acho necessário, visto como, já disse aqui de uma feita, o Exército e uma parte da Nação; ele existe porque a Nação existe.

Tenho certa inclinação para defender as classes armadas porque aos quatorze anos de idade, me-mo contra a lei, já era reservista do Exército, de primeira categoria. Tive desenvolvimento precoce e minha mãe, que era uma patriota, logo que o Marechal Hermes da Fonseca aprovou a lei do serviço militar, mandou que os filhos se apresentassem. Assim, dos quatorze anos, tive a honra de ser reservista do Exército.

Servi durante dezenove anos à Justiça Militar do meu País e uma só me afastei quando, em plena Ditadura, tive uma questão com o Tribunal Superior Militar porque defecia o pequeno contra a alta autoridade. Foi, então, nomeado Presidente do Conselho Nacional do Trabalho, por sua razão cedi, como não cedo, um milímetro em face da justiça e da minha pátria.

Fato interessante neste País é que esse pequeno que defendi naquela ocasião, acabou Ministro do Tribunal Superior Militar. Hoje é Brigadeiro e lutou na época contra um Ministro do Presidente Getúlio Vargas, que no princípio de sua ditadura, tinha que defender um membro de seu governo, e eu defendi o então, capitão-de-corveta da Marinha.

Tenho, portanto, interesse em dizer que as Forças Armadas são parte da Nação.

Sustento outro ponto de vista: não pode haver pátria sem família. Por isso, sou a favor desse projeto de lei, porque desligar o marido de sua esposa é um perigo. Não se pode separá-los, a família, se resente. O homem tem que viver com a esposa, para criarem bem os seus filhos. Há de haver remédio, providência para que a família não fique separada.

E não haverá pátria, Sr. Presidente, neste mundo, sem família. Era o que tinha a dizer. (*Muito bem!*)

O SR. HERIBALDO VIEIRA:

Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Heribaldo Vieira.

O SR. HERIBALDO VIEIRA:

(*Para uma questão de ordem. Não foi revisto pelo orador*) — Senhor Presidente, minha questão de ordem visa justamente a esclarecer e contrariar a levantada pelo nobre Senador Silvestre Pericles.

O projeto de lei de autoria do nobre Senador Ary Viana recebeu emenda do Senador Silvestre Pericles, que mandava aplicar o mesmo preceito aos militares, em tempo de paz. Nas Comissões de Constituição e Justiça e de Serviço Público, Civil os pareceres foram contrários à emenda. Haja vista, este trecho do Parecer da Comissão de Serviço Público Civil:

De fato, parece-nos acertada, data veta a decisão da Comissão de Constituição e Justiça, não só porque são inteiramente distintos os regimes, a que se subordinam servidores civis e militares, senão, também, à vista da diferenciação de efeitos de uma mesma norma nesses dois campos jurisdicionais.

Assim, por exemplo, a remoção de militares obedece, sobretudo, a um princípio de segurança nacional, situação esta que não se apresenta em relação ao servidor civil.

E daí por diante.

Entretanto no final do Parecer da Comissão de Serviço Público Civil,

não entendi por que estão transcritas as duas Emendas, uma, a de nº 1, justamente a reprodução da emenda do Senador Silvestre Pericles, rejeitada pelas duas Comissões e assim redigida:

"Acrescente-se ao art. 1º o seguinte parágrafo único:...

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, também, em tempo de paz, ao servidor militar. Quanto à Emenda nº 2, esta sim, manda dar nova redação ao art. 2º, especificando:

"As disposições desta lei vigoram a partir de 21 de abril de 1960".

O projeto determina que os efeitos da lei se contem a partir da mudança da Capital Federal para Brasília.

Esta é a emenda que temos de votar. Diz o Parecer da Comissão de Serviço Público Civil:

A Comissão de Serviço Público aprovou por unanimidade, o Projeto na conformidade da conclusão do Relator, Senador Jarbas Maranhão e por maioria de votos, contra o voto do mesmo Sr. Relator, aprovou as duas emendas aditivas que perante ela apresentava o Senado: Silvestre Pericles, nos seguintes termos:

Conforme me advertiu o nobre Senador João Agripino e agradeço a cooperação de S. Exª — o Relator, de fato deu Parecer contrário, mas a Comissão não adotou o Parecer do Relator na parte referente à emenda do nobre Senador Silvestre Pericles: que foi aceita. O erro está em ter-se colocado como emenda da Comissão, quando é do Senador Silvestre Pericles.

A Comissão apenas aprovou a emenda do Senador Silvestre Pericles contra o voto do Relator.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

Solucionando a questão de ordem levantada pelo nobre Senador Silvestre Pericles, que foi suficientemente esclarecida pelo nobre Senador Heribaldo Vieira cabe me dizer que, conforme consta do processo e do avulso as emendas oferecidas pelo eminente representante alagoano foram rejeitadas pela Comissão de Constituição e Justiça, mas aceitas pela Comissão de Serviço Público Civil, que as adotou integralmente.

O exame da matéria apenas nos conduz ao encontro de uma lacuna: no avulso não foi transcrito o voto do eminente Senador Silvestre Pericles perante a Comissão de Constituição e Justiça e por ela não aceito.

Em tais condições, a Mesa determinará que, no próximo avulso a ser elaborado, já com o Parecer da Comissão de Segurança Nacional, que vai ser ouvida, seja incluído o referido voto em separado do nobre Senador Silvestre Pericles.

A Presidência esclarece que há uma emenda ao projeto apresentada pelo nobre Senador João Agripino, que será lida quando o projeto voltar à Ordem do Dia depois de ouvida a Comissão de Segurança Nacional.

O SR. EURICO REZENDE:

Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(*Pela ordem. Sem revisão do orador*) — Senhor Presidente, Solicitara à V. Exª, que mandasse proceder à leitura da emenda do nobre Senador

João Agripino porque, se houver pertinência quanto à audiência da Comissão de Segurança Nacional, ela será envolvida nos efeitos do requerimento do nobre Senador Aurélio Viana.

O SR. PRESIDENTE — Não é possível proceder-se à leitura da emenda, neste momento, porque a discussão do requerimento não foi aberta.

Houve um requerimento de audiência da Comissão de Segurança Nacional que, submetido à votação, foi aprovado. Em consequência, o requerimento não foi submetido à discussão e, assim, a emenda não pode ser lida.

A leitura se fará quando o Projeto voltar da Comissão de Segurança Nacional. Este será o momento oportuno, conforme dispõe o Regimento.

O SR. EURICO REZENDE — Senhor Presidente, minha intervenção foi motivada pelo fato de V. Exa. haver anunciado a existência de emenda sobre a Mesa. Anunciei emenda a ser lida oportunamente.

O SR. EURICO REZENDE — Sr. V. Exa. anunciou, deu ensejo ao Plenário para argüir qualquer questão de ordem. Muito agradecido a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE:

A segunda matéria da Ordem do Dia é:

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem número 45 (nº de origem 32), de 15 de fevereiro de 1963, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Diplomata Armando Braga Ruy Barbosa para exercer a função de Enviado Especial e Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Popular da Bulgária.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 92, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra p, e 214, letra b, do Regimento Interno, requiro adiamento da discussão do Parecer constante do item 2 da Ordem do Dia, a fim de ser feita na sessão de 15 do corrente.

Sala das Sessões, em 5-4-1963. — Bezerra Neto, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE:

Em virtude da aprovação do requerimento que acaba de ser lido, a matéria referente ao item II é retirada da Ordem do Dia.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador José Feliciano.

O SR. JOSÉ FELICIANO:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, a semana anterior, tive a honra de trazer ao conhecimento da Casa os números relativos ao custo de Brasília, até 31 de dezembro de 1962, no total de Cr\$ 63.015.727.863,60.

E hoje posso discriminar essas despesas pelos três períodos governamentais:

1956 a 1961: 36.418.176.631,10
de 1961 a 25 de agosto de 1961: 7.944.208.451,40

e de agosto de 1961 a 31.12.1962: 18.653.342.781,10

mostrando que o atual Governo não se tem descurado de oferecer os recursos financeiros para Brasília, a maior parte dos quais, foi aplicada no pagamento de dívidas deixadas pelo Governo que o antecedeu.

Manifestei-me, então, por um exame detalhado do custo, da experiência, dos erros e acertos verificados na con-

dução dos serviços de implantação da Capital no Planalto Brasileiro, oferecendo elementos para os estudos necessários à reformulação dos planos que nos deverão conduzir à nova arrancada tendente à consolidação da obra cíclopica e à obtenção dos salutar frutos que dela esperamos na conquista do interior do País e na implantação de novas normas da administração pública nacional.

Dou prosseguimento, hoje, à matéria, oferecendo ao Senado o exame do principal organismo que se estabeleceu na Capital da República, aquele que primeiro aqui foi implantado.

Refiro-me à Novacap e quero que as minhas palavras iniciais traduzam a minha admiração e o meu respeito pelos homens que, sob o comando de Israel Pinheiro e de Bernardo Sayão realizaram a façanha admirável da edificação de Brasília, principalmente os técnicos, pela demonstração da capacidade que evidenciaram nos trabalhos, e aos candangos pelo sacrifício de um trabalho vigoroso em condições difíceis suportadas pelo entusiasmo que a obra despertou.

Figura *sui generis* no direito Pátrio, sociedade anônima tendo a União como única acionista e administrada por Diretoria e Conselho, de que participam, ao lado de elementos de livre escolha do Executivo, representantes da posição, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil deu provas de eficiência e mobilidade insuperáveis, exemplo de um órgão de excepcional dinamismo na Administração Pública. Em quatro anos, fixou uma cidade no descampado de Brasília; ligou-a às estradas do litoral distante; estendeu o sistema de microondas por 1.300 quilômetros, pondo-a em comunicação rápida com todo o País e com o mundo; edificou palácios e viadutos; construiu redes de água e esgotos; construiu linhas telefônicas e de eletricidade por muitos quilômetros; abriu e pavimentou ruas, praças e avenidas; insereveu-se, enfim, na história simbolizando a capacidade de uma geração que realizou, com Brasília, a obra brasileira de maior repercussão do mundo.

Entendo, todavia que, com a inauguração da Capital, cabia, de início, a reformulação da Empresa, despojando-a imediatamente das tarefas peculiares à administração governamental do território que se erigira em nova unidade política da Federação, abolindo-se o aspecto de canteiro de obras, de acampamento, para transformar-se no órgão administrativo da Capital Federal.

Nem se diga que o problema haja escapado à aguda percepção dos homens que comandaram a grande arrancada de Brasília, eis que ainda em 1960, estudos foram encetados com o objetivo do enquadramento da NOVACAP. Técnicos da expressão de João Carlos Vilal e Hélio Beltrão aqui vieram, convocados para oferecer os planos de reformulação da NOVACAP, de modo a habilitá-la a prosseguir as tarefas que lhe incumbiam, na exploração dos serviços públicos locais e ainda em setembro daquele ano, os Estatutos da Empresa sofriram as reformas capazes de colocá-la dentro de um novo plano na vida do Distrito Federal.

O que todos desejavam evitar era que as crises e as agitações de um país subdesenvolvido lutando pela sua completa emancipação, viessem a repercutir negativamente no centro administrativo do País, comprometendo o seu futuro. No entanto, está se dando o que se queria evitar.

As sucessivas modificações verificadas na administração da empresa, as crises políticas que marcaram os dois últimos anos da política nacional e — digamos corajosamente — a omissão do Congresso Nacional em oferecer a Brasília as leis dele reclamadas, tudo provocou a manutenção do status quo que tantos prejuízos nos

tem trazido, agravando a situação dia a dia, o que dentro em pouco transformará a empresa, em incontornável complexo burocrático.

Os fatos, sociais e da própria natureza, o desenrolar da vida urbana, estão forçando as administrações locais a tomar medidas. Algumas como boas soluções, outras más, todas, porém, efetivadas diante da pressão normal e incoercível dos fatos.

Que o Congresso tem estado omissos, prova-o a falta de leis no Distrito Federal, que, após 3 anos, obteve do Legislativo, um apressado Código Tributário, decretado em 1962, para vigorar a partir de 1º de janeiro de 1963. Onde estão os Códigos de Postura e de Obras? As leis aprovando o quadro do pessoal da Prefeitura e quase três dezenas de projetos submetidos ao Congresso desde 1960? Tais como:

MENSAGENS DO EXECUTIVO QUE AGUARDAM PRONUNCIAMENTO DO CONGRESSO, EM NUMERO APROXIMADO DE 25.

Nº 2.445-60 — Cria o Departamento Nacional de Polícia, na Comissão de Orçamento.

Nº 1.876-60 — Cria a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Distrito Federal — Comissão de Orçamento;

Nº 1.921-60 — Cria o Conselho de Supervisão e Controle de Arquitetura, Arte e Urbanismo de Brasília — Comissão de Justiça;

Nº 2.339-60 — Cria a Fundação Rádio Nacional — Comissão de Legislação Social;

Nº 2.397-60 — Cria em Brasília, a Recebedoria Federal, Comissão de Orçamento;

Nº 2.438-60 — Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a constituir o Banco do Planalto — Comissão de Justiça;

— Organiza a Polícia Metropolitana do Distrito Federal — Comissão de Justiça;

2.480 — Cria o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal — Comissão de Justiça;

2.481 — Dispõe sobre os estabelecimentos destinados ao cumprimento de penas de prisão simples, detenção e reclusão — Comissão de Justiça;

Nº 2.498-60 — Introduce alterações na Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal.

Nº 2.398-60 — Cria, em Brasília, Administração da Sede do Ministério da Fazenda — Pronto para Ordem do dia;

Nº 2.399-60 — Cria, em Brasília, Delegacia Regional do Imposto de Renda — Comissão do Serviço Público;

Nº 2.400-60 — Cria, em Brasília, a Delegacia do Serviço do Patrimônio da União — Comissão de Justiça;

Nº 2.402-60 — Cria, em Brasília, uma Estação Aduaneira — Comissão de Orçamento;

Nº 2.758-61 — Introduce alterações da Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal — Comissão do Distrito Federal;

Nº 2.894-61 — Reorganiza a Prefeitura do Distrito Federal que deveria ser Estruturar a Prefeitura do Distrito Federal. — Comissão de Justiça;

Nº 2.980-61 — Transfere para o Tribunal de Contas do Distrito Federal a competência para tomar contas da NOVACAP; — Comissão de Justiça; declinou

Nº 2.991-60 — Cria na Justiça do Trabalho, da 3ª Região, duas Juntas de Conciliação e Julgamento, sede em Brasília — Comissão do Distrito Federal;

Nº 3.540-61 — Retifica o Orçamento da Prefeitura do Distrito Federal — Comissão do Distrito Federal;

Nº 2.732-61 — Cria o Banco Nacional de Exportação, em Brasília;

Nº 4.014-62 — Cria recebedorias do Distrito Federal — Comissão de Justiça;

Nº 4.327-62 — Organiza os serviços do Tribunal de Contas do Distrito Federal — Comissão do Distrito Federal;

Nº 4.497-62 — Cria a Biblioteca Nacional de Brasília — Comissão de Justiça;

Nº 4.752-62 — Transferência do Regimento de Cavalaria de Guarda — Dragões da Independência para Brasília.

E mais os projetos de extrema necessidade na vida administrativa do Distrito Federal, submetidos ao Congresso em 1960:

— Criação do Quadro do Pessoal da Prefeitura;

— Autorização das transferências de imóveis às Fundações instituídas pela Prefeitura e

— No Senado a emenda constitucional que atribui ao Senado as funções legislativas do Distrito Federal ante-projeto este, elaborado por uma Comissão Mista de Deputados e Senadores.

Dentro desse ambiente de uma Unidade Política sem leis, proliferam as improvisações. Acodem ao administrador situações que o encontram desarmado. A Prefeitura já conta com mais de 4 mil servidores, admitidos a vários títulos. Afirma-se que o Quadro do Pessoal da Novacap foi aumentado de cerca de 3.000 empregados na data da inauguração de Brasília, para mais de 10.000 nos dias de hoje e as folhas de pagamento do pessoal da empresa, de uns 45 milhões de cruzeiros, naquela época, passaram para mais de meio bilhão de cruzeiros mensais, nos dias que correm, excluídas as despesas de pessoal na obra de administração contratada.

Uma centralização excessiva, agrupando numa mesma empresa serviços por demais heterogêneos, desde a construção de ferrovias e rodovias, construção de edifícios e pontes, exploração dos serviços de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica; de telefones urbanos e interurbanos; dos serviços de águas e esgotos, etc., tarefas que deveriam pertencer a um *holding* de empresas e que se agrupam em uma única, daí, resultando ineficiências, dispersões de recursos e de atividades. E' o quadro atual de Brasília.

FORÇA E LUZ

Temos assim o Departamento de Força e Luz da Novacap, responsável por um dos setores de maior importância na vida da cidade. Sem autonomia administrativa e, o que é mais importante no caso, com a sua contabilidade centralizada na empresa, sem sequer poder cumprir as exigências legais, que impõem normas especiais para as entidades que exploram serviços do gênero. A simples aquisição de materiais urgentes, fica sujeita a regimes burocráticos insuperáveis para uma atividade que deve revestir-se da máxima eficiência.

A ausência de relativa liberdade de administração, de um lado e a impossibilidade de orientar-se por um planejamento rigoroso de expansão, de outro lado, muitas vezes, são as causas da ineficiência dos serviços, não obstante a dedicação de uma equipe de engenheiros e funcionários de primeira ordem.

Daí perguntamos: Por que motivo não foi cumprida, até hoje, a decisão da Assembleia Geral da Novacap, de 1º de setembro de 1960, que autorizou a criação de uma subsidiária para exploração dos serviços de energia elétrica de Brasília de que a Novacap é concessionária? Por que não se interessou a participação da Eletrobrás na nova empresa, ela que já é acionista da Centrais Elétricas de Goiás S. A. e da Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., tendo, assim, me-

condições para assegurar a ração munda entre os detentores sistemas de produção de energia e de proporcionar suprimento regular de eletricidade no Distrito Federal?

Sr. Bezerra Neto — Permite V. Ex. um aparte?

SR. JOSÉ FELICIANO — Com o prazer.

Sr. Bezerra Neto — Indago que o de vista tem V. Exa. sobre o lema da energia elétrica de Brasília a empresa de Paranoá não ganhou dentro de uma previsão apacitada necessária não só para presente mas de uma estimativa para o Distrito Federal?

SR. JOSÉ FELICIANO — O de abastecimento de energia elétrica de Brasília foi elaborado com o objetivo de se obter o fornecimento para a produção de energia elétrica de Cachoeira Dourada. Mais le viria o reforço da usina de Paranoá nas margens do lago. Futuramente ainda mais o fornecimento do sistema nacional de Três Marias ou Usina de Peixoto. Acontece que o ad de Goiás vem fornecendo energia elétrica a Brasília. A usina de Paranoá possui duas turbinas de 9 kw cada uma, num total de 18.000. Acrescida do fornecimento da Cachoeira Dourada, teremos aproximadamente 50.000 kw.

Sr. Pedro Ludovico — Existe ainda usina termoeletrica.

SR. JOSÉ FELICIANO — E mais usina termoeletrica. Acontece que a energia elétrica, dentro do Distrito Federal abastece no momento as oito mil unidades habitacionais, enquanto os Institutos, a Caixa Econômica, os Ministérios programam em número quase idêntico de unidades. Portanto, precisaremos do dobro de energia elétrica.

Mas, não há programação alguma, o há qualquer previsão para atender às necessidades da população de Brasília, no espaço menor de dois ou três anos. Seria, então, o momento de o Departamento de Energia elétrica, com a sua autonomia administrativa, programar obras para captação da energia elétrica no ponto mais próximo que seria a Cachoeira Dourada. E por fim de 1964 ou 1965, uma segunda etapa, quando aquela usina, com cerca de 140 mil kw, estivesse já concluída. Antes, a meu ver, a solução ideal para o problema de fornecimento de energia elétrica em Brasília, é indicada na planta do sistema da Usina Peixoto, na cidade de Uberlândia, ligada por uma rede e pouco mais de cem quilômetros à Usina de Cachoeira Dourada. É lá se faria a remessa da energia através de linha alta tensão com capacidade para cem mil quilowatts, e que está sendo com apenas dez mil.

O SR. BEZERRA NETO — Quer dizer que para reformar o ritmo anterior de construções, é necessário em primeiro lugar atender para o problema de fornecimento de energia elétrica.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Creio que este é problema fundamental para construção do ritmo das obras de construção da nova Capital do Brasil.

O Sr. Bezerra Neto — Impulsionar as obras referentes à energia elétrica, é essencial.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Exatamente. Afastar-se imediatamente, dentro de um planejamento para aproveitamento dessa nova fonte de energia elétrica que seria a ligação da Usina Peixoto à Cachoeira Dourada já que des a para cá o sistema já está concluído.

O Sr. Bezerra Neto — Creio que até agora não se ouviu esse brado de alerta, importantíssimo.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Os técnicos responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica em Brasília estão sentindo o problema. Já enca-

minham inúmeros memoriais às autoridades superiores. Acontece, porém, que as peças da administração atualmente existentes, as quais ligam esse Departamento à NOVACAP, não permitem qualquer decisão, e muito menos qualquer planejamento para resolver este assunto.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tudo está a aconselhar, portanto, mais ação no trato de assunto de tamanha importância na vida e no desenvolvimento da Capital. O que não é possível é a paralisação que nos conduza ao agravamento da crise de energia elétrica que aqui já se verifica, tendente a acentuar-se dia a dia.

TELEFONE

Da mesma forma os serviços de telefones urbanos e interurbanos, a cargo da DTUI, ressentem-se de maior autonomia administrativa.

Desde 1960, foi autorizada a construção de um circuito Uberaba-São Paulo, duplicando-se consequentemente, a capacidade do sistema atual o que evitaria as interrupções a que estamos sujeitos com o único circuito através de Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Nada se fez, porém, até hoje, não obstante sabermos que as despesas que se fizessem seriam cobertas com apenas 2 anos, tamanha a rentabilidade desse serviço.

O Sr. Bezerra Neto — Então, o problema é o mesmo quanto aos telefones?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Quanto à utilização do serviço de telefones urbanos e interurbanos de Brasília, existem as mesmas dificuldades de administração pública e a mesma falta de previsão para o futuro. Dentro de pouco tempo estará esgotada a capacidade das linhas telefônicas de Brasília, e o Departamento não tem nenhuma previsão para o futuro.

Neste ponto, queremos afirmar perante o Senado, que a renda mensal do Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos é de cerca de oitenta milhões de cruzeiros, quase um bilhão de cruzeiros anuais de renda, renda essa que é transferida à NOVACAP e incluída na receita geral, mas que não permite o desenvolvimento do serviço telefônico da Capital Federal.

O Sr. Bezerra Neto — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Com prazer.

O Sr. Bezerra Neto — Em matéria de telefones, V. Exa. conhece o sistema de auto-fornecimento, que está dando resultados positivos, em lugares de bem maiores dificuldades do que as que Brasília apresenta, mas onde não há esse caráter de fundação.

O sentido empresarial de qualquer serviço telefônico, principalmente em cidade como esta, é sem dúvida positivo.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Exatamente. Com autonomia administrativa e financeira, o próprio serviço telefônico poderá lançar essa orientação empresarial na solução do problema.

(Lendo)

Sr. Presidente, devo esclarecer que o pessoal pago, está em condições de trabalhar nesse setor. E não faltam, como nunca faltaram, financiamentos dos próprios vendedores de materiais para a cobertura dos gastos necessários.

A prova da NOVACAP, estendendo, em 6 meses, através de 1.300 quilômetros, as ligações Brasília-Uberaba, Uberaba-Belo Horizonte-Juiz de Fora-Rio, seria melhor apreciada se atentássemos para o fato de que a Light consumiu quase 2 anos para

construir a ligação Rio-São Paulo, de 400 quilômetros.

E a ampliação para 30.000 aparelhos prevista para atender Brasília?

O Sr. Guido Mondin — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Com prazer.

O Sr. Guido Mondin — Não acha V. Ex. que é hora de fundarmos a NOVACAP e a Prefeitura de Brasília? Não acha V. Ex. que essa seria a solução para uma superação desses problemas que dia a dia, hora a hora, se agravam? O povo de Brasília desconhece — e também nós, parlamentares — em que brasileiro estamos presos. No entanto, nós, que aqui residimos, não podemos permitir que tal situação prossiga. O discurso do Senador José Feliciano é altamente instrutivo e impressionou-me particularmente quando revelou a Casa que trinta projetos de lei do interesse de Brasília estão parados.

Brasília estão parados nas Comissões respectivas. Não ouvi bem qual a Casa que os detém, se o Senado ou a Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Estão vinte e nove na Câmara dos Deputados e um no Senado.

O Sr. Guido Mondin — O curioso é que temos, tanto no Senado como na Câmara dos Deputados, comissões especiais para cuidar de Brasília — as Comissões do Distrito Federal. São elas então culpadas dessa situação, e, no Senado, também devemos pedir que isso ocorra por sua culpa.

O SR. JOSÉ FELICIANO — A culpa do Senado reveste-se de maior gravidade, porque a Emenda à Constituição que existe nesta Casa pode, exatamente a transferência da competência para legislar sobre Brasília exclusivamente para o Senado da República, evitando-se assim o tumulto e o acúmulo de serviço existentes na Câmara dos Deputados.

O Sr. Guido Mondin — Não gosto do aspecto subjetivo de toda essa situação. Parece-me não haver muito amor a Brasília, e teremos de fazê-lo existir, não acha V. Ex.?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Exatamente, é esse o nosso pensamento.

(Lendo)

E os nossos técnicos aí estão, capazes e desejosos de continuar a obra encetada.

Faz-se mister, porém, seja também o D.T.U.I. encluído em empresa autônoma, como condição para adquirir maior eficiência na execução de um largo plano de comunicações no interior, dentro da autorização da mesma Assembleia Geral de 1º de setembro de 1960.

Respondendo agora à pergunta do Senador Guido Mondin: É preciso, no entanto, para isso, que a Prefeitura, concessionária dos serviços, e a NOVACAP, que os executa, ponham-se em campo, possuídas do propósito de vender a rotina e enveredar por caminhos novos das reformas estruturais, que já constituem lugar comum no Parlamento, na imprensa e em todos os setores da atividade brasileira.

AGUA E ESCOTO

O Departamento de Águas e Esgotos da NOVACAP possui serviços tecnicamente considerados de primeira ordem.

O sistema de recalque de água no Ribeirão do Torto; a moderna estação de tratamento, ao lado do Cruzeiro; os reservatórios ali existentes, tudo funciona com rara eficiência, como eficiente é o serviço de esgotos sanitários, cuja estação de tratamento, às margens do Lago, é das mais modernas do mundo, de fabricação inglesa. O Departamento que a opera, porá em funcionamento, em abril próximo, também a estação de tratamento de lixo domiciliar coletado em Brasília. A sua capacidade é de 40 toneladas

diárias, constituindo verdadeira fábrica de adubos, de que tanto carece o Distrito Federal.

A reestruturação do Departamento, como dos demais setores atrás mencionados, é tarefa urgente para a qual pedimos a atenção.

EXPLORAÇÃO RURAL

Conbe ao Governo de Goiás efetuar a desapropriação das terras do Distrito Federal, compreendendo 5.800 quilômetros quadrados, ou seja, cerca de 119.000 alqueires geométricos (alqueire de 48.000 m²). O trabalho de catequeses junto aos proprietários, convencendo-os de que a grandiosidade da obra estaria a exigir cooperação e todos, levou-os a aceitar uma indenização irrisória pelas suas terras traduzida em Cr\$ 800.000 por alqueire geométrico. E assim, perto de 80 da área foi desapropriada.

O Conselho de Administração da NOVACAP, pela Resolução nº 6, de lavra do então Conselheiro Barão Lima Sobrinho, regulou o aproveitamento, através de arrendamento, dos lotes a serem distribuídos aos agricultores. Seria uma experiência séria para uma reforma agrária mais ampla.

Mas, o que vimos?

Os antigos proprietários entregaram as terras que seus familiares tinham ocupando há mais de 200 anos, um milagre de fixação que constitui um das páginas mais admiráveis da nossa história.

O Sr. Guido Mondin — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Com muito prazer.

O Sr. Guido Mondin — Temo inclusive, embarques futuros e cito um caso concreto. Há muitos anos em minha cidade Porto Alegre apareceram uns vendedores de terras de loteamento que se faziam, então aqui, nesta Região. Recentemente um comprador indagava-me, em carta, onde estariam localizados os lotes que ela comprara. Fiz uma investigação pessoal tanto quanto pude. Ele estava situado debaixo do Palácio de Alvorada. O que acontecerá no futuro quando tudo isso for investigado?

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. um aparte, para contra-argumentar o nobre Senador Guido Mondin?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Com muita honra.

O Sr. Pedro Ludovico — Isto não é exato; esses lotes não estão situados nesta zona. De fato existem. A venda deles constitui verdadeira fraude, fraude de alguns espertalhões, chamados vendeiros, que venderam por preço de trinta, noventa e dez cruzeiros cada. Eles chamavam e dizer que os terrenos estavam situados à beira-mar... Muitos, entre estes vendeiros, contam do vizinho. Aliás a NOVACAP está indenizando, da melhor forma possível, as pessoas que foram ludibriadas.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Também posso esclarecer o contra-argumento do nobre Senador Pedro Ludovico.

No levantamento efetuado pelo D. T. U. I. de Goiás, quando fazia essas desapropriações, verificou-se que havia prescrição aquisitiva em favor dos proprietários que transmitiram ao Distrito Federal a propriedade da terra. Não resta portanto mais nenhuma dúvida a qualquer pessoa que a terra, riu lotes de terra, parece-me que em 1922, e de vez que a Prefeitura não indenizava os que realmente a ocupavam a posse e o domínio da propriedade, através da prescrição aquisitiva, o que é a aquisição.

E o Governo, até hoje, se tem limitado a indenizar os proprietários em lotes e em áreas nos arredores das cidades, as propriedades.

Não tínhamos, quando as desapropriamos, o objetivo de ver essas áreas transformadas em desertos mas, antes queríamos que, além de arrendá-las a preços módicos, a Novacap, a cujo domínio foram transferidas, estabelecesse um sistema de eficiente assistência aos agricultores que aqui se radicassem, assegurando abastecimento fácil à cidade.

Também disso cuidou a Assembléia Geral de 1º de setembro de 1930 cuja decisão igualmente, não foi cumprida, até hoje.

Conclamo ao trabalho, para execução de um plano que transforme o Distrito Federal em verdadeiro laboratório para a grande reforma agrária, que aí virá.

CONCLUSÃO

Assim, juízo haver trazido ao Senado os elementos que lhe dão um retrato atual da Novacap, empresa que tem a seu crédito a obra grandiosa de Brasília, mas que precisa retomar a eficiência perdida e precisa, sobretudo, reformular urgentemente a sua estruturação, de modo a habilitá-la ao dinamismo que sempre a caracterizou.

Para isso necessário se faz, antes de tudo, esvaziá-la do excesso de pessoas que tanto a onera, sem produção que justifique tal despesa.

Poco nesse particular, a atenção dos Senhores Senadores, para o projeto que venho fazer o aproveitamento dos servidores da Novacap, no quadro do funcionalismo civil da União, apresentado pelo Deputado Plínio Lemos.

E em seguida, extirpar dos seus técnicos, onerados e funcionários que se dedicam, com redobrado esforço na conclusão da obra que aí está triunfante porém sem boas perspectivas para o futuro.

Faz-se mister a retomada em ritmo acelerado das construções do Edifício do Tribunal de Contas da União, da Torre de Televisão do Teatro Nacional e do Palácio do Itamaraty, todas paralisadas. Somente esta última, para não falar nas demais, seria capaz de carrear para Brasília uma soma enorme de novas inversões, já que quase uma centena de representações diplomáticas acreditadas junto ao Governo Brasileiro, têm prontos os projetos para a construção dos seus edifícios sede e dos de residência dos respectivos funcionários nesta capital e somente não os põem em execução porque ignoram quando o Ministério das Relações Exteriores estará em condições de funcionar em Brasília. Essas construções empregariam toda mão de obra disponível em Brasília, onde os nossos candidatos curtem horas de desemprego e aflições, e arrearíam para o Brasil, somas elevadas de divisas.

Urge, da mesma forma, sejam criados incentivos à iniciativa privada nesta capital, onde o comércio ainda tímido e pequenas indústrias de transformação trabalham num regime de pioneirismo, sem que, até hoje, alcançassem a desejada estabilidade. Os altos e baixos verificados na condução das obras públicas refletem de maneira perigosa na vida financeira dessas empresas, às quais falta o estímulo governamental e a segurança mínima para a movimentação dos seus negócios.

Acreditamos que mais um largo passo seria dado se o Congresso, na sua alta sabedoria, regulasse a venda dos apartamentos aqui construídos pela Previdência Social, e a reinversão na edificação de novas unidades habitacionais, dos fundos obtidos, eis que, o problema de residência em Brasília constitui, no momento, o maior entrave à aceleração da transferência dos órgãos do Poder Executivo para a capital da República.

Concluindo, peço a atenção do Congresso Nacional para a necessidade

de redobrado esforço, em cooperação com o Executivo, que nos conduza à definitiva fixação de toda alta administração federal em Brasília, que não pode ser considerada obra suspeita sorvedouro dos dinheiros públicos, mas, pelo contrário com seriedade empreendimento de alto sentido patriótico, sonhado e defendido, arduamente pelo Patriarca da nossa Independência e cuja repercussão na conquista da vastidão territorial do Oeste foi inscrito na visão profética de São João Bosco. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, agradeço ao nobre Senador Antônio Carlos a bondade de vender-me sua inscrição, permitindo-me, assim, cumprir, nesta sessão, o dever de um registro triste.

Há alguns anos, Sr. Presidente e Senhores Senadores, na Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, em que leciono, aproximou-se de minha mesa jovem estudante, novo na classe, simpático e educado, queria identificar-se perante o professor. Fe-lo com singular educação e cordialidade. Era o acadêmico Juracy Magalhães Júnior.

Na apresentação, a um tempo franca e polida, desejava sobretudo deixar claro, sem dizê-lo, que, filho de um político, na Faculdade, entretanto, desconhecia fronteira partidária.

Passel a seguir-lhe a trajetória, a partir daquele instante. Vivo, inteligente, militante das lides acadêmicas, era, por outro lado, exato cumpridor de seus deveres escolares.

Ainda acadêmico, elegeu-se Deputado estadual no mesmo pleito em que, da trincheira da oposição, conquistava o Governo seu pai, o ex-Senador Juracy Magalhães.

No exercício do mandato, revelou-se atento aos problemas legislativos, vigilante aos interesses do Estado, com a sóbria preocupação de ajudar o progenitor na grave tarefa da administração estadual. Estava cumprindo o seu mandato quando, tendo participado ativamente da campanha presidencial, o Presidente Jânio Quadros, ao tomar posse, o convocou, fazendo-o um dos subchefes do Gabinete Civil da Presidência da República.

Nesta Capital, ele não era apenas o auxiliar cuidadoso do Presidente da República — era, ao mesmo tempo, um advogado constante dos interesses baianos. Era mais, porém, era um amigo de todos os baianos que, participando ou não das tarefas governamentais, tivessem interesses respeitáveis a orientar no Distrito Federal.

O Sr. Cattle Pinheiro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Cattle Pinheiro — Foi testemunha, como Ministro da Saúde do Governo Jânio Quadros, desse período da vida de Juracy Magalhães Júnior, período que tão bem V. Exa. acaba de definir. Por isso mesmo, permita-me V. Exa. que venha trazer, não só em meu nome como no do Partido Trabalhista Nacional, a manifestação mais sentida do nosso pesar pela morte de tão ilustre filho do Estado da Bahia.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Muito grato a V. Exa. Nessa época em que aqui residia, mereci a distinção de sua hospitalidade, na qual requintava em atenções aquela que, pelo casamento, dele se tornou a companheira fiel e dedicada, solidária nos deveres, nas lutas e nas amarguras da vida.

Deixando a função federal retornou, ele ao exercício do mandato de Deputado à Assembléia Legislativa do Estado, e prosseguiu no seu empenho de

realizar a carreira política, pela qual revelava, evidentemente, mais do que um interesse, uma paixão incontida.

Jovem ainda, sem haver chegado até aqui aos trinta anos, manifestava a cada passo, o propósito de alcançar na vida pública as posições que pudesse conquistar pelo esforço, pela inteligência e pelo trabalho.

Ainda menos de um ano, no último pleito, frustrado, por impedimentos constitucionais, a expectativa de conquistar um lugar no Congresso Nacional, reelegeu-se Deputado à Assembléia Legislativa.

Procurador do Município de Salvador, deveria ele a 7 de abril deste mês, afastar-se de suas funções para retomar a atividade legislativa.

Ontem, porém, chegou a esta cidade a desgraçada notícia de que o destino lhe cortou a existência. A sociedade baiana, abalada pela surpresa do golpe, ontem mesmo o levou ao cemitério.

De longe, embora, posso avaliar a tristeza que dominou a cidade baiana rompendo os limites partidários, para que o sentido justo e nobre da unanimidade traduzisse os sentimentos da alma baiana.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Lobão da Silveira — Em nome do Partido Social Democrático quero associar-me à homenagem que V. Exa. presta à memória de Juracy Magalhães Júnior, nesta hora em que não só a Bahia mas todo o Brasil choram sua morte porque, realmente, Juracy Magalhães Júnior era uma expressão viva de inteligência, de trabalho, a serviço não só da Bahia como do Brasil.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Agradeço o aparte do nobre Senador Lobão da Silveira.

O Sr. Mem de Sá — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Mem de Sá — Desejaria que V. Exa. recebesse dos Partidos da Minoria desta Casa a expressão de plena solidariedade no pesar pelo falecimento de Juracy Magalhães Júnior.

Não posso fazê-lo, sem externar o sentimento de solidariedade ao grande Senador que foi o Senhor Juracy Magalhães, que, nesta hora, sofre um dos golpes mais brutais que o destino lhe poderia reservar. Sabemos que o ex-Senador e Governador Juracy Magalhães tinha todos os motivos para ver, no filho que lhe trazia o nome o continuador da sua excepcional carreira política, que manteria o nome dos Magalhães entre os grandes líderes do Brasil democrático.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — As sinceras palavras que acabam de ser proferidas pelos nobres colegas confirmam que não estou sendo exagerado no registro que venho fazendo.

O Sr. Pinto Ferreira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Pinto Ferreira — Em nome do Partido Trabalhista Brasileiro associo-me à homenagem à memória do jovem político que tragicamente faleceu ontem. Conheci-o há poucos anos, e minha impressão a seu respeito foi magnífica, em consequência do cavalheirismo e da amabilidade com que me cercou na Bahia. Era ele uma das esperanças luminosas da política baiana, essa política que se irradiou com tanto brilho no Brasil desde o Império até a atualidade. E, pois, com tristeza que, hoje registramos o falecimento desse meu jovem amigo. Por isso, em meu nome e no da bancada do meu Partido, associo-me à homenagem que V. Exa. está prestando ao jovem político. Sabedor da tristeza que ora amargura o coração de seu pai, político emi-

nente, quero exprimir-lhe, em nome da minha Bancada, os sentimentos de pesar que, aliás, a todos envia.

O Sr. Silvestre Péricles — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Silvestre Péricles — N. Senador Josaphat Marinho: V. é professor e, consequentemente, mem das altas luzes. Associo-me, às suas palavras, verdadeiras e radadas. Devo dizer, em nome dos volucionários de 1930 que Jur Magalhães foi um dos bons, um ótimos dentre eles. Fui para a volução em 1929, quando se organizava, em Porto Alegre, o núcleo fundamental da vitória do Brasil. 1930, seguimos juntos, com aqueles que tinham o mesmo ideal. No N. te, entre eles, combateu Juracy Magalhães. O Chefe Militar da revolução — é preciso que se diga sem — foi o General Góes Monteiro, tão Tenente-Coronel. Naquela época também era Tenente-Coronel para o Exército através de concurso e promovido a Tenente-Coronel trinta anos de idade, sendo assim dos mais jovens tenentes-coronéis hoje. Sou honorário, pois nem o gr. de Duque de Caxias foi tenente-coronel com essa idade. Isso para mim é uma honra muito grande, porque fiz o concurso, em razão dos meus trabalhos, no Rio Grande do Sul, que é uma terra heróica. Foi o professor, no mundo civil, o inolvidável Borges de Medeiros e, no militar, a corrente é grande — o v. de Caxias, Osório, Deodoro, Floriano, Benjamin Constant e do General Góes Monteiro. A esses todos e unido o nome de Juracy Magalhães que se portou corretamente em 19 e em 1932. Disto dou meu testemunho Associo-me pois a V. Exa. a homenagem que está prestando a um homem digno, cearense e baiano pelas suas condições políticas, pelos serviços relevantes prestados àquela terra centro do nacionalismo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — A tantas expressões de solidariedade que fortalecem o pronunciamento da bancada baiana em cujo nome falarei, devo acrescentar, a pedido expresso do sentimento do nobre Senador Daniel Krieger por motivos imperiosos, a seguinte sessão.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — O nobre Senador Mem de Sá já expressou em nome das bancadas da Minoria desta Casa, a solidariedade do seu pesar pelo falecimento do Deputado Juracy Magalhães Júnior. Quanto a Espírito Santo, quero particularizar o sentido da homenagem, porque, jovem desaparecido estava afetivamente vinculado ao meu Estado principalmente quando, integrando um dos setores do Gabinete Civil da Presidência Jânio Quadros, foi um espécie de embaixador ao lado do Dr. Ademar Martins, dos interesses do Espírito Santo diferenciando o sentido de que fossem drenados para nosso Estado os recursos técnicos e financeiros indispensáveis ao seu desenvolvimento. Em consequência interpretando o sentimento unânime do povo capixaba, deposito na biografia e na homenagem, retracadas por V. Exa. a emoção capixaba mais cativante, diante do túmulo que se abriu para recolher os restos mortais daquele moço que inspirado, nos exemplos dignificantes da vida pública de seu pai iria sem dúvida desenvolver uma carreira das mais envidadas, honrando e dignificando o Espírito Santo e enobrecendo a sua geração. A vida dos mortos consiste na memória dos vivos. Esta é uma sentença que, através o prolongar dos séculos, se esculpe nas coordenadas de uma grande verdade filosófica.

contestavelmente a vida de Juracy Magalhães Junior se constituirá numa inspiração para que a sua geração prossiga com a mesma tenacidade, com o mesmo patriotismo, com a mesma capacidade de trabalho, servindo à Bahia e ao Brasil.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Desapareceu, assim, Sr. Presidente, a jovem de merecimento, cujo início de carreira política prenunciava êxitos assinaláveis!

O Sr. João Agripino — Permite Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Não!

O Sr. João Agripino — Tive maior proximidade com Juracy Magalhães Junior. Quando eu era Ministro das Minas e Energia e aquele jovem iliano, subchefe da Casa Civil do residente Jânio Quadros, comecei admirar nele a pertinácia na defesa dos interesses da Bahia, ligados ao Ministério de que eu era titular. Minha admiração cresceu quando constatei a sua dedicação e a fidelidade ao Presidente da República a que servia. Incansável nas tarefas que lhe eram confiadas, portador de uma aguda inteligência, era embora ainda muito novo, um legítimo herdeiro do nome que trazia, porque o significava e o honrava, senti profundamente a morte de Juracy Magalhães Junior. E' como se le tivesse trabalhado comigo no Ministério. E V. Exa., que também nos honrou com sua colaboração, teve a oportunidade de observar a dedicação, o zelo daquele jovem em tudo que dizia respeito aos interesses nacionais. Não falo em nome da Minoridade, porque já o fez o nobre Senador Mem de Sá; não falo em nome da Maioria, porque seria desnecessário; falo no meu próprio nome, porque sei que tanto quanto V. Exa., manifestar pesar pelo desaparecimento trágico de Juracy Magalhães Junior, estamos ambos falando em nome do Senado e do Brasil. Foi uma figura da geração moça que desapareceu, e muito tem a perder essa geração sempre que homens como Juracy Magalhães Junior se vão para a Eternidade.

O Sr. Dinarte Mariz — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não!

O Sr. Dinarte Mariz — Quero trazer também o sentimento do povo do Rio Grande do Norte pelo desaparecimento do jovem Juracy Magalhães Junior, a quem sempre fui ligado, desde a sua juventude. Aproveito a oportunidade para dar um testemunho do seu caráter, da sua abnegação e, sobretudo, da sua tenacidade e vocação política. Quando funcionário do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, dizia-me ele certa vez que ia para a Bahia. Perguntei-lhe como deixaria o Rio, onde se encontrava o seu pai, o que iria fazer na Bahia. Respondeu-me que iria seguir a sua vocação política, fazer política no seu Estado. "Vou concorrer para que o meu pai consiga realizar o seu grande sonho, talvez o último da sua vida de homem público, o de governar a Bahia". Bem criança dava-me ele a impressão de um espírito amadurecido.

Procurando o rumo de servir à sua terra, à Bahia, pensava em candidatar-se, se possível, vereador. Queria participar da vida pública da Bahia e esperava concorrer para que seu pai voltasse a governar o Estado. Tempos depois, voltando para a Bahia, ele de fato concorreu para ver o sonho de seu pai realizado, participando da campanha com espírito de liderança. Ao mesmo tempo se candidatou, e foi vitorioso na eleição para a Assembleia Estadual. Foi ligado a Juracy Magalhães por laços indestrutíveis de amizade e de afe-

to, e por isso com grande emoção manifesto nesta hora o pesar meu, pessoalmente, e daqueles companheiros do Rio Grande do Norte que têm na sua vida pública um grande exemplo, acompanhando-o através da sua trajetória desde a mocidade revolucionária até os dias de hoje. Era o que tinha a dizer nesta hora, solidarizando-me com o pesar da Bahia que, compreendo muito bem, é como disse o nobre Senador João Agripino, o pesar de todo o povo brasileiro, notadamente da geração de Juracy Magalhães.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Diante do fato doloroso, e de tantas palavras ponderosas agora proferidas pelos nobres senadores, peço a V. Exa., Sr. Presidente, que haja por bem dar conhecimento dessas manifestações de pesar ao Governador Juracy Magalhães, à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e à viúva Lucy Nogueira Magalhães, todos dignos, no seu sentimento de tristeza e de saudade, da nossa solidariedade e do nosso respeito. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa acolhe a solicitação do nobre Senador Josaphat Marinho e tomará as providências indicadas por S. Exa. com referência ao falecimento do jovem Juracy Magalhães Junior.

Tem a palavra o nobre Senador Miguel Couto.

O SR. MIGUEL COUTO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores:

Assisti em São Paulo, emocionado, a solene instalação oficial da "Aliança Brasileira para o Progresso", acontecimento que enche a alma de profunda alegria.

Homens os mais credenciados do País, cônscios de suas responsabilidades pelos destinos da nacionalidade, hoje seriamente ameaçada pela turbulência de ideologias exóticas, reuniram-se no Palácio dos Campos Elísios, em torno do Governador Adhemar de Barros, para anunciar ao País e ao Mundo Livre que no Brasil, uma nova cruzada cheia de fé cristã, se levanta contra a miséria, e, animada dos mais nobres ideais de solidariedade humana e porta em marcha pelo grande Chefe populista, para libertar nossos irmãos do nordeste, das torturas de uma vida sócio-econômica incompatível com a dignidade humana. Para lá caminha ela; vai impedir o abandono da terra; vai fixar para sempre as populações de bravos brasileiros amantes de seus lares e de suas terras e, onde, daqui por diante, terão os meios para cultivá-las, devendo de futuro se integrarem em igualdade de condições, na prosperidade exuberante, que anima e enriquece o Estado de São Paulo e o Sul do País — prosperidade crescente, conseguida dentro de um sadio regime democrático pelo esforço e patriotismo de seus filhos, tal como, recentemente pude observar na Califórnia e outras regiões dos Estados Unidos outrora também inhóspitas e abandonadas.

Sr. Presidente, estou convicto de que a "Aliança Brasileira para o Progresso" vai promover completa metamorfose no viver dos nordestinos, cujo amor à terra e bravura cívica, tão bem descritos por Euclides da Cunha impediram o nordeste de fracionar a nossa nacionalidade e eles serão, novamente, quando bem esclarecidos os patriotas que não de repelir as doutrinas exóticas como a que hoje infelicitou o povo cubano.

Sr. Presidente, devemos portar nos bons exemplos. A Dinamarca, que visitei há pouco tempo, em companhia de Adhemar de Barros, é um país pequeno, de poucos recursos, mas onde o viver é tranquilo e feliz.

Ela, porém, conduz o povo para satisfazer-se com o que tem e divide os bens com espírito de compreensão e cooperação — e dizem orgulhosos: "Este é um País onde há pouca riqueza e ainda menos pobreza". A "Aliança Brasileira para o Progresso" vai assistir, dinamizar atividade, criar trabalho, fazer nascer o espírito de cooperação, o bem estar e a felicidade do viver.

Sr. Presidente, ao chegar recentemente dos Estados Unidos apresentei ao Senado um relatório do que observara durante meu estágio na Unidade da Califórnia em favor dos problemas econômicos-sociais do Nordeste brasileiro. Sem se entrosarem, sem conhecimento do que se articulava em São Paulo, os professores e técnicos americanos idealizaram um plano de recuperação das regiões subdesenvolvidas do Cariri, no Ceará, quase que idêntico ao que pensam realizar os dirigentes da "Aliança Brasileira para o Progresso".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estão de parabéns São Paulo e o Brasil. Acontecimento de tal magnitude, de tamanha ressonância em todos os meios sociais, fala bem alto dos nobres ideais, do descortínio e da clareza de visão do Estadista que governa o Estado líder da Federação.

Por essa razão, Sr. Presidente, entendemos que se deva trazer ao Senado da República todas as falas autorizadas que se fizeram ouvir na solenidade da instalação da "Aliança Brasileira para o Progresso". Notáveis discursos foram proferidos. O Senhor Adhemar de Barros, mostrando detalhes de sua genial iniciativa; o Sr. Humberto Reis Costa — Presidente da Aliança Brasileira para o Progresso — apresentando as diretrizes da ação dos órgãos executivos; o Sr. Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Carlos Carmelo de Vasconcellos Mota ofereceu as bênçãos de Deus à notável cruzada de redenção da pobreza; o General Perí Bevilacqua, Comandante do 2º Exército, garantindo o apoio do Exército para que todos possam agir e trabalhar em paz, pelo engrandecimento da Pátria.

Sr. Presidente, tenho a honra de encaminhar à Mesa esses discursos, pedindo a V. Exa. que faça incluir essas orações ao pé do meu discurso. Ficará, assim, registrado nos Anais do Parlamento Brasileiro esse documentário histórico, que formaliza a proclamação da "Aliança Brasileira para o Progresso".

Quero antes, todavia, Sr. Presidente, destacar trechos dessas orações que precisam ser bem divulgadas, porque são afirmações que confortam e tranquilizam a opinião pública brasileira, alarmada nos últimos dias por atitudes impatrióticas e por fatos estranhos oriundos de certos setores que procuram perturbar a vida tranquila e próspera do Estado da Guanabara, sob a vigilância democrática e a operosidade administrativa do Governador Carlos Lacerda.

Sr. Presidente, assim se expressou, com a sua extraordinária coragem cívica, o Governador de São Paulo: "Neste momento, ameaças muito sérias pairam sobre as instituições, sobre a democracia, sobre as liberdades humanas e ao ensejo desta cerimônia de instalação da "Aliança Brasileira para o Progresso" faço questão absoluta de dizer que haverá paz e ordem em São Paulo, por bem ou por mal. Garantiremos a Constituição, como velho soldado daquela gloriosa Revolução Constitucionalista que somos. Asseguramos que aqui não haverá desordens. Aqueles que pregam, lá fora, a violência, a opressão, o assassinio através do "paredão", pretendendo trazer essas inovações, que desistam de tentá-las neste Estado. Tenham a certeza de que este

Governo do Estado de São Paulo está preparado e está em condições de não permitir aqui dentro aventuras e nem aventureiros".

Em seguida, Sr. Presidente, o nobre General Comandante do Segundo Exército, General Perí Bevilacqua, fez, em sua patriótica oração asseverando: "V. Exa., Sr. Governador, está fazendo obra política e dignificando e reabilitando a palavra Política no Brasil. V. Exa. está lançando uma semente que há de frutificar com as bênçãos do céu. Que Deus desça sobre a cabeça de V. Exa. e sobre a sua magnífica obra numa terna messe de bens. Hoje, Sr. Governador, o Exército Nacional, pela minha palavra, se perfila em continência a este grandioso Brasil do futuro (Muito bem!)"

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO.

DISCURSO DE ADEMAR DE BARROS

Foi o seguinte o discurso do governador Ademar de Barros:

"Com a leitura da ata inaugural praticamente demos início, nesta tarde, neste 2 de abril de 1963, os fundamentos da Aliança Brasileira Para o Progresso.

"Foi muito bom, Sr. Cardeal-Arcebispo de São Paulo; foi muito, meu caro comendante do 2º Exército General Perí Bevilacqua; meu caro comendante da 4ª Zona Aérea; Senador Miguel Couto Filho; e demais altas autoridades presentes; que V. Exa. e vosses vindo a este velho casarão dos Campos Elísios para assistir ao nascimento deste organismo, desta nova instituição que visa promover a criação de riquezas, despertar novas energias em cada Estado, em cada território, em cada recanto e que visa através de ciência e da tecnologia a serviço da livre empresa, da iniciativa particular, fomentar e criar possibilidades, dar trabalho a 2 milhões e trezentos mil brasileiros que, anualmente, atingem os 18 anos e que não conseguem encontrar trabalho de forma alguma.

"A Aliança Brasileira Para o Progresso nasce num momento extremamente difícil mas extraordinariamente oportuno, eis que ela nasce no momento em que a retração do crédito, a dificuldade dos financiamentos geram crises sociais, provocam ameaças que estamos vendo surgirem de todos os lados, ameaçando-nos. Nós, que somos filhos da democracia, soldados da lei, encontramos nesta Aliança o remédio e o estímulo necessários para dar a paz precisa para poder prosperar e progredir.

"O que nós sonhamos, meu caro Cardeal-Arcebispo de São Paulo, é exatamente fortalecer a unidade nacional em São Paulo, através desta máquina, através das classes produtoras, da Universidade de São Paulo e, também agora, da Universidade do Brasil, através dos seus institutos superiores, dos seus órgãos de engenharia e de pesquisas, a fim de fomentarmos a energia latente do povo e colocar tudo a serviço do povo mais doce, mais suave e mais tolerante do mundo.

"O governo de São Paulo, neste instante, tem um único sonho: o de servir a Deus, Nosso Pai, servindo ao seu próximo, a esses quase 70 milhões de brasileiros. Foi para nós uma grande alegria ver toda esta gente aqui reunida, estes homens responsáveis, toda esta coletividade brilhante presente nos Campos Elísios. Todos os brasileiros que se encontram neste salão e que vieram de todos os Estados, de todos os territórios de cada recanto do Brasil para assistir ao nascimento da Aliança Brasileira Para o Progresso, que outra coisa não é senão aquilo que o seu próprio nome a di-

zendo. Queremos, através da ABPP, fomentar o progresso e a prosperidade, criando novas iniciativas e oportunidades de riquezas.

O TEMOR

"O nosso temor, Senhor Cardeal-Arcebispo de São Paulo e Senhor Arcebispo de Sergipe; o nosso medo, caros oficiais gerais do Exército e da Aeronáutica e da Marinha; o meu temor, senhores representantes das forças vivas do Brasil, é quanto à grandeza da responsabilidade que estamos assumindo, porque a ABPP — isto que está aqui — nasceu de um sonho nosso, porque conhecemos dois mil e tantos municípios brasileiros, porque vimos o nosso povo, em cada pedaço da Pátria, sem destino, sem saber como seria vivido o dia de amanhã. Por isso idealizamos este organismo aqui em São Paulo, sem nenhuma preocupação de ordem política partidária. Tanto é assim que nós, que criamos esta organização, nela somos minoritários. Entregamos a sua direção a homens responsáveis das forças produtoras do Estado, que serão os dirigentes deste órgão porque o nosso desejo é o de que ele seja um órgão permanente e a minha prece, neste instante, é para que Deus regule, com o seu amor, este nosso sonho, para que ele termine, cresça se transforme em frondosa árvore, dê frutos, sorria e abraço sobre a sua proteção o povo do Brasil!

"Desejamos, realmente, ser úteis, porque conhecemos o Brasil como a palma da nossa mão. Desejamos colocar este órgão à disposição de todos aqueles que queiram lutar, que queiram progredir, que queiram prosperar numa terra como a nossa, que tem fome, fome de justiça social, fome de crédito, fome de financiamento. Em nossas andanças pelo Brasil vimos dezenas e centenas de empreendimentos parados porque o dinheiro custa 3-4 e 5% ao mês. Não queremos fechar nada. Pelo contrário. Queremos colaborar com filhos mais velhos, como irmãos mais crescidos e em condições de ajudar os seus irmãos mais novos.

"No instante invocamos a proteção de Deus e a bênção do nosso Cardeal-Arcebispo e a consciência crítica de todos os presentes e dos que nos ouvem para este empreendimento ao qual, de agora em diante irei assistir de fora, mas, colorando, que a serviço do seu presidente, do meu varão Humberto Reis Costa, porque este órgão, meus amigos é de vocês. Vocês é que irão tomar conta dele depois que o melhor dos seus esforços. Tenho certeza de que vocês não irão ter, pelo trabalho, prestado, nenhuma paga nesta vida, a não ser o reconhecimento após a morte. Mesmo assim pois que que virá, talvez, mais tarde, de não somos nada neste mundo, vamos trabalhar fazendo o bem que pudermos, fazendo tudo quanto nos for possível a fim de acabar com esse regime de caridade, com esse regime de pau de ara, com esse regime de nódo de pivô que não pode continuar entre nós.

"Humberto Reis Costa, entregou-lhe este órgão e uma equipe de homens. Você deverá lembrar-se deste governador cada vez que estiver aqui, cada vez que enfrentar dificuldades. Não quero imiscuir-me no órgão, que deve funcionar pela ação de vocês. Não quero tomar conta de coisa alguma. Sou realmente um político, mas sou um político por ideal e entro nesta luta exclusivamente por amor. Entregou-lhe, Humberto Reis Costa, esta equipe de homens escolhidos com esmero. Você tem ao seu lado, a Federação e o Centro das Indústrias, as federações de todo o Estado as associações e federações de comércio de São Paulo e do Brasil. Tem também a cooperação não só da indústria, mas também da lavoura e da pecuária. Tem a Universidade de São Paulo e a Universidade do Brasil. Tem uma equipe de homens e pesquisadores extraordinários.

"Tenho, por isso, a certeza de que tudo irá correr bem. Vocês não estarão sozinhos. Estejam seguros de que nós também iremos ficar vigilantes. Não lhe entrego este órgão — que sei que é grande demais e o abandono à sua sorte — não! Estaremos ao seu lado para que você possa transformar em realidade aquilo que tanto sonhamos; para que você transforme, num órgão útil em benefício do país, para que você, quando andar pelo Brasil, como eu tenho andado, não veja mais os nossos irmãos se queixando, para não ouvir mais os reclamos daqueles que querem trabalhar e não podem porque não têm os meios necessários. Todo o mundo procura o dinheiro da República e ninguém vê esse dinheiro. Todo mundo procura a assistência da mãe República e vê ela transformar-se em madrasta".

SÉRIAS AMEAÇAS

"Neste momento, ameaças muito sérias pairam sobre as instituições, sobre a democracia, sobre as liberdades humanas e ao ensino desta cerimônia de instalação da ABPP, faço questão absoluta de dizer a todos que haverá paz e ordem em São Paulo, por bem ou por mal. Garantiremos a Constituição, como velho soldado daquela gloriosa Revolução Constitucionalista que somos. Asseguramos que aqui não haverá desordens. Aquelles que pregam, lá fora, a violência, a opressão, o assassinato através do "paredão" pretendendo trazer essas inovações, que desistam de tentá-las neste Estado: tenham todos a certeza de que este governo do Estado de São Paulo está preparado e está em condições de não permitir aqui dentro nem aventuras e nem aventureiros.

"Nós nos transformamos, Senhor Cardeal-Arcebispo, numa trincheira, cristã da democracia, onde o Evangelho de Nosso Senhor poderá ser pregado sem temor e onde nós nos oferecemos por amor a este povo, por amor à Pátria.

"Senhores diretores da ABPP, aqui está o chefe, aqui está a organização. Já lhes disse quando e onde é este órgão e não pederiamos no menorizar todos os seus aspectos. Sei que nele tudo é muito grande. Vamos ter de reformular muito, mas quem pode o mal pode o menos e aqui sempre estaremos para atender a vocês, sempre que necessarem da nossa ajuda para acertarmos ou corrigirmos a máquina.

"A Aliança Brasileira Para o Progresso está fundada. Sr. Cardeal-Arcebispo aceita. Você a Fundação se abençoar os nossos ideais, na certeza de que este é um órgão que, um dia, marcará uma data — 2 de abril de 1954 — feita de amor, de carinho e de ternura.

"Nós, filhos de Deus, seguidores do Divino Mestre estamos convictos de que demos, com a instituição da ABPP, o que de melhor poderíamos dar. Mas não obstante, continuaremos em nosso gabinete a pagar e a assistir tudo aquilo que diga respeito ao bom funcionamento deste órgão que há-de ser o símbolo do bem-estar e da felicidade não apenas dos treze milhões e meio de brasileiros de São Paulo, mas dos treze e tantos milhões de brasileiros, mas da felicidade e bem-estar da Pátria comum.

"Queremos ser os estóicos desta nova era e que Deus Nosso Pai, tome conta de nós, dos nos- os atos e do futuro deste órgão! Sejamos felizes. Dirigentes da Aliança Brasileira Para o Progresso. Para a frente e para o alto como sempre costumamos dizer, com coragem, com fé, com decisão com aquele destemor que abala montanhas. Não devemos ter medo de dificuldades porque o homem foi feito para enfrentar instantaneamente esses momentos difíceis.

"É o que espero de vocês, diretores da ABPP sob a liderança do seu presidente certo de que todos estarão à altura da confiança e das obrigações depositadas em suas capacidades.

DISCURSO DE HUMBERTO REIS COSTA

"A semana passada, no Rio de Janeiro, eu dizia àquela assistência que compareceu para prestigiar a conferência do Sr. Governador Ademar de Barros sobre a Aliança Brasileira para o Progresso, que São Paulo tinha chegado, que São Paulo ali estava presente, que São Paulo tinha se integrado na comunidade nacional.

"Dizia também que, depois de décadas de ausência, este São Paulo, que tanto tem sofrido, ali estava para, num amplexo fraternal, juntar-se aos seus irmãos.

O Brasil chegou para São Paulo, o Brasil veio para prestigiar a ação de São Paulo, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, o Brasil que trabalha e que produz, o Brasil das classes produtoras, da indústria, do comércio, da lavoura, da pecuária, todo ele, enfim, aqui está para prestigiar São Paulo, para prestigiar V. Exa. e para dizer ao Dr. Ademar de Barros: não tenha medo, Sr. Governador, que nós executaremos o seu notável programa.

"É com estes homens, Sr. Governador, que eu tive a coragem de aceitar este cargo. V. Exa. mesmo me dizia que o peso seria pesado demais. No entanto, V. Exa. pode contar conosco. Conte, pois, com a minha classe, conte com os meus amigos e com os meus colegas de todo o Brasil para ajudar-nos a realizar esta grande tarefa, porque todos nós iremos cerrar fileiras ao lado do Dr. Ademar de Barros.

"O Brasil inteiro, Sr. Governador, está aqui para colaborar conosco. Não tenhamos, portanto, receio para enfrentar a empreitada. Seguiremos para a frente. As dificuldades serão terríveis, mas com o nosso ânimo, com a nossa fé, com o nosso trabalho, a Aliança Brasileira Para o Progresso será realmente a união brasileira para o progresso.

"Esta é a nossa finalidade, esta é a nossa disposição. Nós, Sr. Governador, em cada canto do Brasil, sabemos executar a tarefa que nos foi confiada. Não somos enciclopédicos, procuraremos agir em nosso trabalho, mas não ficaremos diante de grandes falhas, procuraremos corrigi-las e ir adiante.

"Estamos certos de que do Norte ao Sul, o Brasil inteiro estará em São Paulo para tudo fazer em benefício da nossa terra. Chega de pauperismo, chega de miséria. Precisamos, Sr. Governador, executar o seu programa em que a meta é o homem. Deveremos ajudar a gente do Nordeste e também a gente de São Paulo. O caçara de São Paulo onde a miséria é o domínio, porque a miséria não existe somente no Nordeste, ela existe aqui também, logo ali adiante, onde vivem os caçaras. Ajudamos a todos e a todos. A Aliança Brasileira Para o Progresso irá beneficiar, com a graça de Deus, com o poder poderoso do entusiasmo do Sr. Governador de São Paulo, a todo o Brasil. Tudo faremos, tenha V. Exa. a mais absoluta certeza, no cumprimento desta empreitada. Sabemos que a tarefa é dura, mas os homens das classes produtoras, da indústria, do comércio, da lavoura, da pecuária ignoramos a palavra fracasso. Nós funcionaremos e haremos de vencer, Sr. Governador Ademar de Barros.

DISCURSO DO CARDEAL

"Este é um momento de suma alegria para todos nós e, em particular, para o arcebispo de São Paulo, por haver sido convidado a invocar as bênçãos de Deus sobre este magno acontecimento.

"Nesta hora, solene que vivemos e presenciemos, o Sr. Governador fez referência ao seu perfeito conhecimento do Brasil inteiro e das condições do nosso povo. Posso, perfeitamente,

acolitar as palavras de S. Exa. zendo que também tenho a ale conhecer o Brasil de Manaus, Porto Alegre, Vivi meus primeiros anos em Minas Gerais, estive no centro do Maranhão, e viajei, a fim de conhecer nossa grandeza de conforto que envia maior parte dos brasileiros do Brasil.

"Sinto-me sumamente feliz, brasileiro e como bispo, em este movimento de solidariedade, esta realização frater assistida cristã ao nosso povo cido de auxílio. Fico satisfeito que V. Exa., Sr. Governador de Barros, volta os seus olhos, tudo, para a parte mais sofrida do Brasil, para o Nordeste, a região abrange vinte milhões de pa nossos carentes de tudo, que n tam de mais assistência, de ma rinho porque eles representam cerca de nossa pátria, porque eles que expulsaram os invasores holandeses, os franceses e ingleses suas incursões pela região do N

"É preciso atender àquele gen fadora, aquele povo heróico e porém recalcado pelo sofrimento bora cheio de patriotismo, cheio e amor em Deus e pleno de lea para com o Brasil. É preciso para aquela gente que bem mer auxílio deste movimento de fra zação que parte, agora, de São em benefício de todo o Brasil.

"Disse, meus caros amigos, na meira missa celebrada em Br que o problema do Nordeste é maior problema do Brasil, e o grave de todos, e vemos que até o problema de que menos se cuida.

"É portanto com alma de bras e de brio que acolho este provi e o pensamento de V. Exa., hoje cretizado em benefício dos nossos mos e em defesa da solidarieda da unidade da nossa Pátria. A de tudo quanto ter presente q miséria, quando extrema, é capa faz perigar a nossa unidade, cerando o seu o do dever e a c elência do patriotismo.

"Devemos, pois, trabalhar para ir a desonra da fome, da miséria ignorância e do sofrimento do n povo do interior. Disse um brasileiro — Eduardo Prado — não pode haver país independente economicamente sem independência econômica. É justamente a independência econômica do Brasil que esse m racio irá realizar, porque ele se t tina a consular a independência econômica do Brasil e a garantir a r a independência política.

"V. Exa., Sr. Governador Ademar de Barros, perdoe as bênçãos Deus. Terei o prazer de ser o seu i ramento. Ao mesmo tempo V. E manifestou uma preocupação em não ad ditamos muito. Mas, em todo o c disse "medo" pode ser objeto de contentamento. Lembremo nos de que história nos relata que Carlos Ma certa vez, enfrentava uma tornei com seus companheiros e todos tinu medo. Disse-lhes, então, o grande i perador que não deviam temer por os frades de tais e tais convent estavam rezando por eles.

"Quando V. Exa. declarou ter n do, Sr. Governador, pensamos nisto queremos eliminar esse medo, dizem a V. Exa. que ele não deve exis porque todo o povo paulista, o po brasileiro todo acompanha este m vimento com as suas orações e com Aliança Brasileira Para o Progres estará também a bênção de Deus, q eu invoco neste momento para tod e para tudo.

DISCURSO DO GENERAL PEREIRA AQUA

"S. Eminência o Cardeal Cerejeir ao aproximar-se da antiga capital d República, contemplando o Cristo Re

r, de braços abertos sobre o Cor-
te, teve esta exaltação que re-
zo neste momento: "Agora é
ou valor nos meus olhos. Agra-
a Deus a bênção da visão". E eu
neste instante que contemplo o
do futuro, que contemplo o
que vai surgir desta mangle-
sagrada de São Paulo, onde
u a nossa independência política.
assim proferindo o magnífico
Pedro Pedrossian quando estava
tendo as mãos de Rui Barbosa
se que as eram cinzas que pas-
a, erra o funeral do verbo di-
que reatavam à Bahia, mangle-
sagrada onde nasceu o Brasil.
tamos aqui assistindo às vibra-
deste segundo trado do Ipiranga
o Edifício, representado pelo seu
nente or. mais exatamente, o
do Nacional — pois embora não
o continente do Exército Na-
l, tendo a certeza de estar, neste
ento, intensizado o meu coração
porções de todos os meus cama-
os de armas e de estar interpre-
o o seu pensamento — o Exército
onal, repito, é que se perfila, em
nência, a grandeza do Brasil que
a às mupens plácidas do Ipiran-
le São Paulo. (Palmas).

r. Governador Ademar de Bar-
V. Exa. afirmou, há pouco, que é
ico mas que não está fazendo po-
Eu afirmo o contrário: Vossa
lência está fazendo política com
atúsculo, aquela política de que
falava José Bonifácio ao procla-
que a política é filha da mo-
da razão. Nós estamos assistindo
a ato profundamente político,
ue a política é a arte de prover à
idade do povo e a arte de dar co-
ura aos interesses legítimos do
São Paulo, colocando-se à testa
a magnífica iniciativa, está reali-
do uma obra altruística, está pro-
endo as bases sobre as quais irá
ntar-se realmente o edifício da
idade de nossa Pátria, pois en-
a prosperidade sem limite do
sil é necessária a criação de um
de mercado interno, a fim de que
idústria e a economia de São Pau-
josem transbordar-se para o resto
Brasil. Para que isso ocorra é ne-
ário, é indispensável que o Brasil
e se constitua num grande mer-
o para a produção brasileira, para
relação e o progresso do seu povo.
O moral de todos os atos humanos
voce neste momento o padre
chista que afirmava que o homem
e que são os seus atos, nem mais
n morais e a moral real dos atos
nemos se ser a da ambição, am-
ão laíctica, porque quem menos
biciona, ambiciona o reino dos céus
Exa., Sr. Governador, com este
benemérito, depois de receber as
ções de S. Exa. o cardeal-arcebis-
D. Carlos Carmelo de Vasconce-
V. Exa., repito, certamente terá
bênçãos de todos os brasileiros, de
los aqueles que tiveram a ventura
abrir os olhos sob o céu do Cru-
ro do Sul de todos aqueles que irão
a ventura de gozar dos benefícios
sta Alaiça, no futuro, que não de-
er dias melhores propiciados por
a grandiosa iniciativa.

"Para nós, soldados, escravos do
que proclamamos, como Cícero,
tamos a escravidão da lei para os
rmos de liberdade; para nós, sol-
dos, que assistimos a este marco da
defensão, que assistimos ao iníci-
sta interação socio-econômica do
asil, mediante esta obra dos novos
ndelantes do século XX, para nós,
lçados, este ato nos traz uma con-
ança tranqüila e nos alenta, porque
ra nós é dura a possibilidade de
rmos de encerrar, muitas vezes,
a éia de uarmos as nossas armas para
atar rebeldes sem a certeza de ma-
e rebeldia.

Governador, está fa-
e dignificando a

reabilitando a palavra política no
Brasil. V. Exa. está lançando uma
semente que há-de frutificar com as
bênçãos do céu. Que Deus desça sobre
a cabeça de V. Exa. e sobre a sua
magnífica obra numa farta messe de
bens.

"Hoje, Sr. Governador, o Exército
Nacional, pela minha palavra, se per-
fila em continência a esse grandioso
Brasil do futuro.

"Contemplando o seu vulto sagrado.
Compreendemos o nosso dever.

E o Brasil, por seus filhos amado,
Poderoso e feliz há-de ser!"

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Eu-
rico Rezende. (Pausa).
Não está presente.

Tem a palavra o nobre Jefferson de
Aguiar. (Pausa).
Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Be-
zerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

(Sem revisão do orador) — Senhor
Presidente, pedi a palavra, no adian-
tado desta hora, para que os Anais do
Senado Federal registrem um fato que
reputo de suma significação para a vi-
da do oeste brasileiro, particularmen-
te para a região sul-matogrossense.
Nesta quadra da vida brasileira, en-
que vemos desfilar profetas do nega-
tivismos, desenhadores de tragédias, es-
cribas e fariseus de toda ordem, cegos
por sua vez guias de cegos, Sr. Presi-
dente, eu continuo dentro de minha
humildade de homem trabalhador que
começou a vida na área matogrossen-
se, e se pode considerar um emigrante
brasileiro dentro do Brasil.

Encontrei na minha modesta luta os
estímulos nascidos desta seiva exuber-
ante que a nossa Pátria oferece, e
oferecerá sempre, a todos os seus fi-
lhos que querem trabalhar, a todos
aqueles que acreditam no futuro desta
terra.

Eu, de minha parte, assistindo o es-
petáculo de muitos brasileiros como eu
marchando todos nós para o grande
cenário matogrossense, vi ali e conti-
nuo vendo o homem brasileiro trans-
formando aquela terra inerte, mas ex-
uberante, em riqueza viva para a ver-
dadeira recuperação econômica da Pá-
tria brasileira.

Sr. Presidente, são fatos positivos
que eu paulatinamente irei relatando
para que constem do cenário da Re-
pública; será um documentário através
dos meus depoimentos.

Hoje devo analisar o feito de moros
matogrossenses, traduzidos na inaugu-
ração do serviço telefônico interurba-
no, dirigido, realizado por uma com-
panhia organizada na Cidade de Cam-
po Grande — a Teleoste. — Serviço
telefônico do Oeste Brasileiro e mais
pela Companhia Campos, empresa que
ali se constituiu com capitais locais
integralizando o montante de treze-
tos milhões de cruzeiros através de
dois mil e quinhentos acionistas cam-
pograndenses. Dois mocos, filhos de
Campo Grande, estão à frente deste
empreendimento — Humberto Nader,
Suplente do nobre Senador Filinto
Müller, moço idealista banqueiro de
Campo Grande, e seu amigo o Com-
mandador e industrial Michel Nassi.

Foi inaugurado, em 16 de fevereiro
do corrente ano o serviço de comuni-
cação com São Paulo, isto representa
a ligação telefônica da Cidade de
Campo Grande a todo o plano nacio-
nal, o que significará, dentro de pou-
cos dias, a integração deste serviço
até a Cidade de Corumbá através do
sistema telegráfico, com a Estrada de
Ferro Noroeste do Brasil e em segu-
da, sua ligação com o sistema in-
tercontinental pela Estrada de Ferro Co-
rumbá, até Santa Cruz de la Sierra
na Bolívia, e dentro de poucos dias
a ligação do Pacífico com o Atlântico

pelo serviço interurbano de telefones
iniciado por brasileiros, filhos de Ma-
to Grosso, que ligará Arica, no Chile,
à Cidade de Santos, no Atlântico.

Sr. Presidente, terei oportunidade de
dar os detalhes deste empreendimento.
Quero agora assinalar o concurso
prestado a esta magnífica jornada por
outro grande matogrossense, também
moço, de trinta e poucos anos, o en-
genheiro ilustre, dinâmico, animado,
cheio de esperanças e de vida o Doutor
Pedro Pedrossian. Em novembro de
1961, foi o Dr. Pedro Pedrossian, filho
da Cidade de Miranda, onde já seu
também o mestre x Presidente Jânio
Quadros, nomeado Diretor da Estrada
de Ferro Noroeste do Brasil. Graças a
sua assistência e ao seu incentivo a
Companhia Teleoste lançou-se ao em-
preendimento de criar um serviço in-
terurbano de telefones, num plano
muito avançado.

Sr. Presidente, assistimos fatos ex-
traordinários como este e outros, no
território matogrossense, onde a popu-
lação de muitos povoados conhece o
avião, conhece o serviço de comuni-
cações radiotelefônicas e os aparelhos de
RT e ainda não conhece o trem, o na-
vio e o automóvel. São esses imprevistos,
interessantes e curiosos que o progre-
so matogrossense nos mostra para nos
impressionar e seduzir.

A participação do Dr. Pedro Pedros-
sian não se limitou à ligação do sis-
tema de seletivo, e telegráficos da Es-
trada de Ferro Noroeste do Brasil pa-
ra que nele corresse a linha interur-
bana da telefônica, nascida em Cam-
po Grande e que, ao chegar a São
Paulo, num percurso de dois mil qui-
lômetros, se tornou uma das maiores,
senão a maior rede física do mundo,
no setor de comunicações.

O Dr. Pedro Pedrossian foi sensi-
vel também, na sua animação, a ou-
tros reivindicações do povo corumba-
ense. Todos sabem que Corumbá é a
sede, o ponto de partida dos serviços
da ligação ferroviária do Brasil com
Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. A
estrada está feita, admite o tráfego
mas os trens, o sistema de transpor-
tes ainda não está regularmente inau-
gurado.

Para a Cidade de Corumbá, há mu-
tos e muitos anos foi projetada a cons-
trução de uma estação ferroviária in-
ternacional. Tratados entre os dois
Países, protocolos do Itamarati, notas
reversais, projetos de lei do Senado e
da Câmara, tudo isto tem anunciado
a construção de uma gare internacio-
nal na Cidade de Corumbá. Nada, po-
rém, foi feito ainda nesse sentido e o
Dr. Pedro Pedrossian, pelo fato de a
Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
chegar também a Corumbá, para esta-
belecer a conexão com o sistema fer-
roviário Brasil-Bolívia, vai agora in-
ciar, com os recursos da Noroeste do
Brasil, a tão sonhada Estação Internacio-
nal Ferroviária daquela cidade. Já
não espera pela ação do Itamarati,
pela anunciada intervenção dos dois
Governos, pois já desanimamos de ver
realizado o projeto empreendimento
do sistema ferroviário brasileiro-
boliviano.

O Dr. Pedro Pedrossian tem, por
nossa iniciativa, os seus gestos de ver-
dadeiro e objetivo patriotismo registra-
dos no Senado da República. Certo
estou de que aqui interpreto os senti-
mentos do povo de Mato Grosso, Es-
tado natal do jovem engenheiro ferro-
viário.

Neste depoimento, Sr. Presidente,
vou permitir-me também ler algumas
notas que colhi a respeito da atuação
do Dr. Pedro Pedrossian.

A Estrada de Ferro Noroeste do
Brasil, unidade de operações da Rede
Ferroviária Federal S. A., é o quarto
em importância dentre as 18 que com-
põem o sistema ferroviário pátrio.
Possui 1.661 quilômetros de extensão,
partindo seus trilhos de Brasília e atin-
gindo as divisas do Brasil com o Pa-
raguai e Bolívia, respectivamente em

Ponta Porã e Corumbá, e os ataves-
sar o Estado de Mato Grosso.

Em 19 de novembro de 1961, por ato
da Diretoria daquela empresa de eco-
nomia mista, foi designado para a su-
perintendência da Noroeste o Engen-
heiro Pedro Pedrossian, que já há
alguns anos vinha servindo à mesma,
tendo exercido diversas funções de
confiança.

Já na solenidade de posse, referido
engenheiro anunciava seus propósitos
de dirigir a ferrovia em função de dois
objetivos: a valorização do elemento
humano e a transformação da inertida-
dade de que estavam imbuídos seus
servidores para adaptar a ferrovia a
uma exploração em bases realmente
comerciais.

Atendendo a esses propósitos foi
dado início a um vasto programa de
realizações, que vem dando origem a
muitos satisfatórios, que se refletem
em boas relações de administração
com o pessoal, quer no que se refe-
re ao ponto às melhorias notadas nos servi-
ços operacionais.

Um dos problemas básicos que se a-
va a exigir a atenção do novo super-
intendente era o do aumento do
pessoal, nos termos da Lei número
3.760-60, a denominada "Lei de Re-
classificação". A demora da com-
issão desse trabalho estava acarretando
uma série de justas reclamações dos
servidores. A tensão existente nas re-
lações entre administração e servi-
dos estava chegando a um ponto
crítico. A situação foi enfrentada com
decisão e, dentro de alguns dias, após
um árduo trabalho, foi concretizada
essa sentida aspiração do pessoal.
Assim é que, no Diário Oficial da
União, de 28 de janeiro do corrente
ano, foi publicada relação nominal de
enquadramento definitivo dos servi-
dos noroestinos. Por outro lado ten-
do em vista as disposições do Decreto
nº 51.466, todas as readaptações a que
faziam jus os servidores da Noroeste
foram cor.comitadamente realizadas.
Desta forma, está superado o grave
problema que acarretava a inadequa-
ção do cargo ocupado com as atribui-
ções que estavam afetas à maioria do
pessoal da ferrovia. O atendimento
dessa reivindicação foi recebido no
meio ferroviário com justo júbilo.

Outro fator gerador de descontente-
mento da classe é o que se refere às
grandes atrasos na concessão de apo-
sentadoria de funcionários que, após
tantos anos de intenso labor, adu-
riam este direito. Determinando uma
série de medidas tendentes a solu-
cionar essa falha, o Engenheiro Pedro
Pedrossian conseguiu, em tempo rela-
tivamente curto, a expedição de cerca
de 400 decretos beneficiando servi-
dos, entre os quais se encontravam al-
guns que aguardavam há mais de oito
anos.

Ainda com relação a aposentados,
contribuiu o Engenheiro Pedro Pe-
drossian para o atendimento de 207
aposentados, que se encontravam há
22 meses sem o pagamento das com-
plementações a que tinha direito. Es-
te atraso ocasionava sérios transtornos
já precária situação econômica dos

interessados. Em virtude dos esforços
despendidos para a concretização des-
te anseio, foi o Engenheiro Pedro Pe-
drossian alvo de comovente homena-
gem.

O Departamento de Assistência So-
cial recebeu do Superintendente o me-
lhor de suas atenções, constituindo-se,
atualmente, em padrão dificilmente
igualado por outras repartições públi-
cas de nosso País. Inaugurou o Hospi-
tal "Filadelfo Garcia", em Campo
Grande, com capacidade para 80 le-
itos, dotando-o de todos os melhora-
mentos que a boa técnica hospitalar
aconselha. Os demais hospitais de
Bauru, Araçatuba e Aquidauana fo-
ram, também, melhorados a fim de
proporcionarem ao ferroviário e a sua
família um perfeito atendimento mé-
dico. Novos consultórios dentários fo-

ram instalados em Bauru, Campo Grande e Miranda, ao lado de colocação de modernos equipamentos já existentes. A colaboração efetiva da estrada na construção de clubes ferroviários e estádios, ao lado das providências já mencionadas, é a responsável pela harmonia ora reinante entre a administração e o pessoal. Esta política trouxe benéficos reflexos na produtividade do ferroviário, que mantém disciplina e entusiasmo pelo trabalho, confiante em que a Administração sempre se antecipa às suas justas reivindicações.

A diretoria seguida pelo Engenheiro Pedro Pedrossian permitiu a implantação de medidas destinadas a tornar mais eficiente e em bases comerciais, a exploração dos transportes ferroviários.

A adoção dessas medidas, constantes do programa de trabalho do Engenheiro Pedrossian, teve início com a criação do Departamento Comercial, destinado fundamentalmente à recuperação do prestígio do transporte ferroviário entre os usuários e consequente aumento da receita ferroviária.

Dentro deste programa foram estabelecidos ajustes para transporte com empresas, como o Expresso Real, Cia. de Cimento Corumbá, Celusa, etc., que acarreta apreciável receita adicional. Basta dizer que o volume de transporte efetuado pela Noroeste cresceu de 463 milhões de ton/km em 1960 para 503 milhões em 1962.

Em decorrência, a receita vem crescendo, dia a dia, aproximando-se atualmente dos 300 milhões mensais.

Para se colocar em condições de atender ao aumento da demanda de transportes, tornou-se, também, necessária a programação do reaparelhamento da via permanente e da recuperação do material rodante.

Quanto à via permanente, foi nesta totalidade concluído o serviço de empedramento do leito da linha-tronco e está sendo adotada a mecanização dos serviços de conservação. Está, ainda, sendo instalada uma estação de tratamento de dormentes, em Aquidauana.

No que diz respeito ao material rodante, foi realizado o serviço de conversão de freios na quase totalidade dos veículos para o sistema de freios "Westinghouse". Estão sendo modernizados, nas oficinas de Bauru, os carros de passageiros, sendo adotada, na medida das possibilidades, a substituição dos mancais de bronze para o de rolamento. O parque de tração se encontra totalmente dieselizado. Cinco modernas automotriças foram colocadas em tráfego, fazendo o percurso Bauru a Três Lagoas e Campo Grande-Aquidauana.

No setor de construções, estão sendo atacadas as obras de nova Oficina em Bauru, para a manutenção e reparação de locomotivas, Diesel, e modernizadas as instalações onde já funcionam as Oficinas Centrais.

Novos prédios destinados a estações de passageiros em Araçatuba e Aquidauana estão sendo construídos, dentro dos mais modernos princípios da arquitetura funcional.

Ao lado dessas providências, tem o Engenheiro Pedro Pedrossian contribuído de maneira eficaz para o progresso das comunicações servidas pela Noroeste, e, principalmente, no Estado de Mato Grosso, onde esta ajuda se faz mais necessária.

Graças à cessão de canais do seletivo e a ajuda técnica emprestada pela Estrada, foi possível à Cia. Teleoeste ligar, por telefone, o Estado de Mato Grosso com os demais da Federação.

A administração do Engenheiro Pedro Pedrossian tem sido acolhida pelo pessoal, pelos usuários e, principalmente, pelos matogrossenses, com satisfação, tendo em vista os reflexos na economia daquele Estado. Prova dessa afirmação é a concessão de títulos honoríficos de "cidadão" ao Engenheiro Pedro Pedrossian, por diversas lo-

calidades matogrossenses, como, por exemplo, Aquidauana, Campo Grande e Três Lagoas.

Sr. Presidente, ao fazer este registro, certo estou de que o Senado da República consignará, nos seus Anais, o trabalho de um brasileiro moço, jovem, patriota e que constitui um dos índices positivos que nos dá o direito de confiar no futuro desta grande pátria. (Muito bem! Muito bem!)

SR. PRESIDENTE:

Está findo o tempo destinado à sessão.

Vou encerrá-la, designando, antes, para a sessão do dia 15, a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 15 de abril de 1963
(Segunda-feira)

MATERIA EM REGIME DE URGÊNCIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 8, DE 1963

Discussão, em turno único do Projeto de Resolução nº 8, de 1963, de autoria da Comissão Diretora, que dá nova redação ao art. 143 da Resolução número 6, de 1960 (Regulamento da Secretaria) — em regime de urgência, nos termos do art. 326, nº 5-c do Regimento Interno, em virtude do Requerimento nº 74, de 1963, aprovado na sessão de 2 do mês em curso — dependente de pronunciamento das Comissões — De Constituição e De Finanças sobre o projeto e das mesmas Comissões e, mais, da Comissão Diretora sobre as emendas apresentadas na fase prevista no art. 407, § 407, do 1º, do Regimento.

MATERIA EM TRAMITAÇÃO NORMAL

ESCOLHA DE CHEFE DA MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE

Discussão, em turno único, do Parecer Secreto da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 46 (nº de origem 32), de 15 de fevereiro de 1963, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Diplomata Armando Braga Ruy Barbosa para exercer a função de Enviado Especial e Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Popular da Bulgária.

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE

Discussão, em turno único, do Parecer Secreto, da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 53 (número de origem 48), de 21 de março de 1963, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Diplomata Roberto Luiz de Assumpção Araújo para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Argélia.

O SR. PRESIDENTE:

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 35 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Ato do Diretor Geral

PORTARIA Nº 16, DE 5 DE ABRIL DE 1963

O Diretor-Geral, no uso da atribuição que lhe confere o art. 213, item IV, e de acordo com o art. 207, letra a, resolve reprecender Gilson Gomes Feitosa, Guarda de Segurança, PL-9, por falta de exação no cumprimento de ordem superior.

Secretaria do Senado Federal, em 5 de abril de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral

Concurso para Taquígrafo de Debates

VISTA DA PROVA Nº 2

(Ditado Taquígrafico)

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal comunica aos interessados que, na Diretoria da Taquígrafia, será dada a vista da Prova nº 2 (Ditado Taquígrafico) do Concurso para Taquígrafo de Debates, por 48 (quarenta e oito) horas, a partir do dia 8 (oito) do corrente, segunda-feira, às 14 (quatorze) horas.

Secretaria do Senado Federal, em 5 de abril de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral

Resenha dos discursos proferidos durante o mês de março de 1963

Organizada pela Sinopse do Protocolo Geral do Senado Federal

AARÃO STEINBRUCH

Em 18-3-63, tece considerações acerca de desvirtuamento na aplicação dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, submetendo ao Senado, a apreciação de um projeto que regularizaria aquelas fraudes (DCN., de 19 de março de 1963).

ADALBERTO SENA

Em 27-3-63, trata da situação do Estado do Acre, fazendo um apelo, no sentido de que os representantes dos outros Estados, ajudem ao Acre, porque ele está enfrentando a crise de transição da tutela Federal para a emancipação administrativa (DCN., de 28-3-63).

ALOYSIO DE CARVALHO

Em 18-3-63, deixa registrado, em nome da Bancada da Bahia, o sentimento de pesar pelo desaparecimento de Nita Costa, que exercera o mandato eletivo, pela Bahia, na Câmara dos Deputados (DCN., de 19-3-63).

ARGEMIRO DE FIGUEIREDO

Em 27-3-63, analisa o momento brasileiro, afirmando que, nunca sobre os ombros de um homem, acumulou-se o peso de tantos problemas como o que desafia a capacidade do atual Chefe da Nação. Ressalta, ainda, o papel que deverá ter o Congresso, sem tibieza nem covardia, mas sim, com a consciência de suas responsabilidades frente aos problemas nacionais (DCN., de 28-3-63).

ARTHUR VIRGÍLIO

Em 21-3-63, analisa a situação brasileira, respondendo a um discurso do Senador Padre Calazans (DCN., de 22 de março de 1963).

Em 25-3-63, manifesta-se sobre as normas baixadas pela Mesa Diretora do Senado, em relação ao horário de trabalho dos servidores da Casa (DCN., de 26-3-63).

Em 26-3-63, para uma explicação pessoal, declara que não comparecera ao Senado, na quinta-feira próxima passada, porque fora participar da Reunião de Líderes, no Palácio da Alvorada. Refere-se, ainda, ao discurso pronunciado naquele dia, pelo Senhor Senador João Agripino, Líder da Minoria, dando, nesta ocasião, ao Sr. João Agripino, explicações que isentam de suspeita o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dr. Evandro Lins e Silva (DCN., de 27-3-63).

ATÍLIO FONTANA

Em 27-3-63, aborda o problema que diz respeito à produção agrícola de Santa Catarina, ressaltando a necessidade de ser posta em prática a Reforma Agrária. Cita, entre outras coisas

notícia referente ao milho, chega pelo Boletim da Bolsa de Cereais São Paulo (DCN., de 29-3-63).

AURELIO VIANNA

Em 20-3-63, tece considerações sobre a situação do Brasil nos campos externo e interno — defendendo a tese de "soluções brasileiras para os problemas brasileiros" (DCN., de 21-3-63).

Em 25-3-63, discutindo o PLS nº de 1962, aborda a situação do Senado frente aos problemas nacionais, tratando, ainda, do problema agrário brasileiro, ressaltando que, na sua opinião, caberá ao Senado, um grande papel na discussão e votação das reformas de base por que este País clama (DCN. de 26-3-63).

BARROS DE CARVALHO

Em 18-3-63, presta homenagem memória do Sr. Senador Fausto Cabral (DCN., de 19-3-63).

BEZERRA NETO

Em 20 de março de 1963, apresenta uma denúncia da Câmara Municipal de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, formulando, ao mesmo tempo, um requerimento de informações. — (DCN., de 31 de março de 1963).

Em 5 de março de 1963, trata do PLS nº 48-62, de autoria do ex-Senador Paulo Fender, declarando-se de acordo com o mesmo. Na mesma sessão, solidariza-se com o Sr. Senador Lopes da Costa, que antes apresentara ao Senado, memorial chegado da Cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso. (DCN., de 26 de março de 1963).

Em 27 de março de 1963, dá conhecimento ao Senado, de telegrama recebendo de Cutabá (Mato Grosso), enviado pelo Sr. Deputado Emanuel Pissheiro de Silva, sobre a agressão sofrida pelo Sr. Vereador Raulfo Pais de Barros. (DCN., de 28 de março de 1963).

CARLOS JEREISSATI

Em 18 de março de 1963, envia discurso à Mesa, para publicação reverenciando a memória do Sr. Senador Fausto Cabral. — (DCN. de 19 de março de 1963).

CATETE PINHEIRO

Em 26 de março de 1963, vai à tribuna, cumprir delegação que lhe fora solicitada por pais e mestres das escolas do Plano Piloto de Brasília. — (DCN., de 27 de março de 1963).

DANIEL KRIEGER

Em 13 de março de 1963, me nome da UDN, associa-se às homenagens que o Senador presta à memória do falecido Senador Fausto Cabral. — (DCN., de 19 de março de 1963).

DINARTE MARIZ

Em 28 de março de 1963, focaliza a situação política de seu Estado (Rio Grande do Norte), tecendo considerações sobre o atual Governador daquele Estado. — (DCN., 30 de março de 1963).

EURICO REZENDE

Em 25 de março de 1963, dá conhecimento à Casa de um memorial, recebido da Mulher Brasileira, apresentando, na ocasião, um Projeto de Lei, na ocasião, um Projeto de Decreto Legislativo, e de nº 5 de 1963, e justificando-o. — (DCN., de 26 de março de 1963).

Em 26 de março de 1963, suscita questão de ordem, sobre a Resolução nº 6, da Mesa Diretora do Senado. Na mesma sessão, trata do levantamento estatístico das proposições entregues aos cuidados parlamentares e legislativos da Casa, afirmando que há necessidade de uma reformulação no método de trabalho do Senado. — (DCN., de 27 de março de 1963).

GUIDO MONDIN

8 de março de 1963, para encerrar votação do Requerimento de 1963, (que propõe que a 1ª do Senado, seja dedicada à a-do ex-Senador Fausto Cana mesma ocasião, dirige palavra de saudade e reverência ao — (DCN. 19 de março de 1963).

HERIBANDO VIEIRA

29 de março de 1963, fala sobre a PLS nº 44 de 1962, do Sr. Senador Calazans, apresentando e dando, emenda substitutiva Projeto. — (DCN. de 30 de março de 1963).

IRINEU BORNHAUSEN

20 de março de 1963, tece comentários sobre a navegação de cabotagem do Brasil, apontando erros disparidade salarial, etc. — (DCN. de 21 de março de 1963).

JEFFERSON DE AGUIAR

18 de março de 1963, presta homenagem ao extinto Senador Fausto Cebra. — (DCN. de 19 de março de 1963).

JOÃO AGRIPINO

20 de março de 1963, manifesta estranheza em relação ao ato do marechal Peixoto que instituiu um o de Trabalho, para estudar e rar o projeto referente à organização do Ministério das Minas e Energia, e confiou a Presidência desse o de Trabalho ao Sr. Mário da Pinta. — (DCN. de 21 de março de 1963).

22 de março de 1963, definindo e entende por oposição; na mesma ocasião, faz reparos e restrições ao Poder Judiciário e ao Poder Executivo. — (DCN. de 23 de março de 1963).

26 de março de 1963, agradece palavras ditas sobre o seu discurso de 5ª feira passada, pelo Sr. Senador Arthur Virgílio e, também, as explicações que aquele Senador dera, com relação ao processo do Dr. Evandro Lins e Silva. Ainda nesta ocasião, transmite Srs. Senadores e à Nação, o texto da carta que recebera, do Sr. Senador Antônio Balbino, Ministro da Indústria e do Comércio, em que trata sua exoneração de Consultor-Geral da República. — (DCN. de 27 de março de 1963).

29 de março de 1963, fala sobre a PLS nº 44-62, de autoria dos Senhores Senadores Padre Calazans e Aníbal Lages — declarando-se pela aprovação do mesmo. — (DCN. de 30 de março de 1963).

JOAQUIM AGRIPINO

26 de março de 1963, dá conhecimento ao Plenário, do falecimento Desembargador José de Arimatéa, piaulense; transmitindo à família do extinto e a todos os piaulenses, suas condolências. — (DCN. de 27 de março de 1963).

JOSAPHAT MARINHO

Em 27 de março de 1963, tece considerações sobre o importante papel que cabe ao Congresso na votação das reformas, etc. Referindo-se à considerações sobre o importante papel aos Partidos do Brasil, critica a excessiva proliferação dos mesmos. — (DCN. de 28 de março de 1963).

JOSE FELICIANO

Em 29 de março de 1963, refere-se a Brasília, focalizando tópicos como: custo de Brasília, Brasília atual, NOVACAP, etc. Focaliza, também, problemas como o da política agrária, eac. — (DCN. de 2 de abril de 1963).

LEITE NETO

Em 26 de março de 1963, rememora fases de sua carreira política, citando obras do Sr. Eurico Dutra, como: o asfaltamento da rodovia São Paulo, a ligação Rio-Baía, a Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso. Referindo-se, ainda, ao Parlamentarismo no Brasil, declarando que foi dos que, desde o princípio, repudiaram aquela ideia. — (DCN. de 27 de março de 1963).

LOPES DA COSTA

Em 25 de março de 1963, ocupa a Tribuna para apresentar dois assuntos relacionados com o Estado de Mato Grosso, que representa: o 1º assunto, é sobre a inauguração da instalação do Serviço Telefônico Interurbano da Cidade de Campo Grande. Na mesma ocasião, lê memorial chegado de Corumbá, encaminhado ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro do Trabalho e ao Senhor Presidente do Departamento Nacional de Previdência Social, pelos: Presidente da Associação Comercial, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista em Gêneros Alimentícios e o Presidente da Associação Profissional dos Contabilistas de Corumbá. — (DCN. de 26 de março de 1963).

MEM DE SA

Em 29 de março de 1963, reitera pedido de informações ao Poder Executivo sobre a contratação de uma usina termoeletrônica no Estado do Rio Grande do Sul. — (DCN. de 30 de março de 1963).

MIGUEL COUTO

Em 19 de março de 1963, tece considerações sobre a viagem que fez aos Estados Unidos aproveitando suas férias parlamentares. — (DCN. de 20 de março de 1963).

Em 20 de março de 1963, trata da construção da ponte pênsil Rio-Niterói, apresentando Projeto de Lei, referente ao assunto. — (DCN. de 21 de março de 1963).

MOURA ANDRADE

Em 20 de março de 1963, responde à questão de ordem suscitada pelo Sr. Senador Vasconcelos Torres. — (DNC. 21 de março de 1963).

Em 26 de março de 1963, responde

ao Sr. Senador Eurico Rezende, apresentando-lhe informações sobre o andamento dos projetos em tramitação no Senado. — (DCN. de 27 de março de 1963).

PADRE CALAZANS

Em 29 de março de 1963, pronuncia-se sobre a questão de ordem suscitada pelo Sr. Senador Vasconcelos Torres. — (DCN. de 21 de março de 1963).

Em 21 de março de 1963, aborda o problema da infiltração comunista no Brasil, lendo um manifesto dos dirigentes sindicais de São Paulo. — (DNC. de 22 de março de 1963).

RUY CARNEIRO

Em 19 de março de 1963, registra a morte de Apolônio Sales de Miranda, político paraibano, ocorrida no Estado da Guanabara. — (DCN. de 20 de março de 1963).

SIGEFREDO PACHECO

Em 25 de março de 1963, trata do problema do transporte aéreo no Piauí. — (DCN. de 26 de março de 1963). — Rep. DCN. de 29 de março de 1963).

SILVESTRE PERICLES

Em 22 de março de 1963, congratula-se com o Sr. Lima Teixeira, ex-Senador, por sua nomeação para Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. — (DCN. de 23 de março de 1963).

VASCONCELOS TORRES

Em 18 de março de 1963 tece considerações sobre o Congresso Nacional de Alcañis (C. N. A.), no Município de Cabo Frio — declarando que apresentou à Mesa, requerimento de informações aos Srs. Ministros da Guerra Indústria e Comércio e das Relações Exteriores, sobre o citado assunto. — (DCN. de 19 de março de 1963).

Em 20 de março de 1963, suscita questão de ordem sobre a leitura de um ofício do Sr. Ministro da Aeronáutica (Brigadeiro Reynaldo de Carvalho), respondendo às considerações expedidas pelo Sr. Senador Padre Calazans. — (DCN. de 21 de março de 1963).

Em 22 de março de 1963, suscita questão de ordem sobre pedido de informações acerca da indústria automobilística. — (DCN. de 23 de março de 1963).

Em 25 de março de 1963, trata do problema sanitário no País, lendo, na ocasião, trecho de um relatório intitulado "Desnacionalização da Indústria Farmacêutica Brasileira", de autoria do Cel. Mário Vitor de Assis Pacheco. (DCN. de 26 de março de 1963).

VITORINO FREIRE

Em 26 de março de 1963, para explicação pessoal, congratula-se com o Sr. Senador Sebastião Archer pelo seu octogésimo aniversário natalício frisando que este é um dia de festa

no Maranhão, pelo aniversário daquele Sr. Senador. — (DCN. de 27 de março de 1963).

VIVALDO LIMA

Em 22 de março de 1963, tece comentários acerca da nomeação do ex-Senador Lima Teixeira, para Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. — (DCN. de 23 de março de 1963).

WALFREDO GURGEL

Em 20 de março de 1963, ocupa a Tribuna para ser portador de um apelo recebido do Presidente da Associação Rural, do Presidente da Associação Comercial e do Presidente do Rotary Club do Rio Grande do Norte, — no sentido de que obtenha das autoridades competentes, a revogação da medida adotada, no Banco do Brasil, como o cancelamento do crédito para as atividades agrícolas. — (DCN. de 21 de março de 1963).

Em 26 de março de 1963, elogiando a Diretoria das Comissões do Senado, pelo trabalho distribuído a todos os Srs. Senadores, relacionando os Projetos em andamento na Casa. Referindo-se, ao fato de não constar da relação dos trabalhos do Senado, o Projeto do 2º Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste, de grande interesse para aquela região. — (DCN. de 27 de março de 1963).

Em 27 de março de 1963, suscita questão de ordem, relativamente às reuniões das várias Comissões. — (DCN. de 28 de março de 1963).

WILSON GONÇALVES

Em 13 de março de 1963, presta homenagem ao extinto Senador Fausto Cebra. — (DCN. de 19 de março de 1963).

Brasília, 5 de abril de 1963. — Chefe da Seção do Protocolo-Geral do Senado Federal.

Resenha das matérias votadas no mês de março de 1963

Organizada pela Seção do Protocolo-Geral do Senado Federal

A COMISSÃO DA RELAÇÃO

Projeto de Lei do Senado número 48, de 1962, que altera disposições do Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944. (Reforma a Lei de Acreditamentos do Trabalho).

REJEITADO

Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1960, de autoria do Sr. Senador Coimbra Bueno que estabelece normas de entrosamento entre os sucessivos "Períodos de Governo" (Per. de Gov.) e os "Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico e Social" (Pl. Q.), a partir de 1960, em Brasília.

Brasília, 5 de abril de 1963. — Celia Teresa, Chefe do Protocolo-Geral do Senado Federal.